

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

Ana Paula Alves Correa

**"ELES TORTURAVAM AS CRIANÇAS NA FRENTE DAS MULHERES":
MULHERES, TRAUMA E MATERNIDADE NA RESISTÊNCIA À DITADURA
MILITAR BRASILEIRA**

Santa Maria, RS
2018

Ana Paula Alves Correa

**"ELES TORTURAVAM AS CRIANÇAS NA FRENTE DAS MULHERES":
MULHERES, TRAUMA E MATERNIDADE NA RESISTÊNCIA À DITADURA
MILITAR BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Amanda Eloína Scherer

Santa Maria, RS
2018

Correa, Ana Paula

"ELES TORTURAVAM AS CRIANÇAS NA FRENTE DAS MULHERES":
MULHERES, TRAUMA E MATERNIDADE NA RESISTÊNCIA À DITADURA
MILITAR BRASILEIRA / Ana Paula Correa.- 2018.

131 p.; 30 cm

Orientador: Amanda Scherer

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação
em Letras, RS, 2018

1. Mulheres 2. Memória 3. Ditadura 4. Testemunhos 5.
Maternidade I. Scherer, Amanda II. Título.

Ana Paula Alves Correa

**"ELES TORTURAVAM AS CRIANÇAS NA FRENTE DAS MULHERES":
MULHERES, TRAUMA E MATERNIDADE NA RESISTÊNCIA À DITADURA
MILITAR BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras. Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

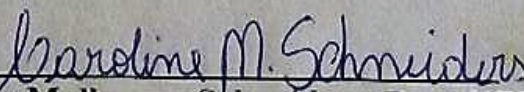
Aprovado em 26 de fevereiro de 2018:



Amanda Eloina Scherer, Dra (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



Susel Oliveira da Rosa, Dra. (UEPB) - Videoconferência



Caroline Mallmann Schneiders, Dra (UFFS)

Santa Maria, RS
2018

DEDICATÓRIA

Dedico às mulheres que resistem aos sistemas, os quais insistem em oprimir: às mulheres de ontem, às mulheres de hoje e às mulheres de amanhã.

AGRADECIMENTOS

À Dra. Amanda Scherer, exemplo de coragem, de determinação, de força. Uma mulher que diz ser uma “velha senhora”, mas que tem mais fôlego e sede de vida do que muitos de nós. Agradeço por me aceitar em seu grupo e me encorajar a seguir sempre. Por mergulhar comigo neste trabalho com a memória, ajudando-me a deslocar, (des)estabilizar, emergir, movimentar e deslizar sentidos. Agradeço por me ensinar o valor das reticências no texto, no discurso, na vida...

À Dra. Verli Petri, uma incentivadora de pessoas, alguém que sempre sabe o que dizer e quando dizer. Agradeço por ter aberto, a mim, às portas do Laboratório Corpus, do PET-Letras, e do tripé ensino, pesquisa e extensão. Agradeço por ter sido a primeira pessoa a confiar no meu potencial, quando nem eu mesma confiava. Agradeço por ter aceitado compor minha banca e por desde sempre me ajudar a lapidar meus textos e minha formação.

Às professoras Dra. Susel Rosa, Dra. Maria Iraci Costa e Dra. Caroline Schneiders, mulheres fortes, encantadoras e apaixonadas por suas pesquisas. Agradeço por me inspirarem, por lerem e se aprofundarem comigo, em meu texto.

À Andressa Brenner, companheira de luta, de lida, de vida. Agradeço por ter dividido comigo todos os momentos difíceis de uma pós-graduação, todas as tensões, todos os problemas, todos os prazos. Agradeço por ter sido aquele alguém com quem eu sempre pude compartilhar e celebrar a vida.

À Marilda Lachovski, uma mulher destemida que larga tudo pelo saber, que se reconstrói, se reafirma, se reinventa. Agradeço pelas discussões teóricas, pelas acolhidas e pelos conselhos, sempre muito válidos.

Ao Elivelton Krummel, à Thais Costa, ao Maurício Bilião, à Adriele Dias e ao Felipe Schevarria, colegas do Laboratório Corpus, do mestrado, da graduação, amigos de longa data. Agradeço por tornarem a vida mais colorida, mais leve, mais calorosa.

Ao grupo PET-Letras, agradeço pela formação de excelência que me proporcionou, preparando-me tanto para atividades de cunho acadêmico, quanto para a vida e tudo o que podemos encontrar e enfrentar “lá fora”.

Às minhas grandes amigas Tuane Cardozo e Jordana Rodrigues (in memoriam), agradeço por serem abrigo, por serem calma, por sempre despertarem o melhor de mim. À minha mãe, Mediatrix Santiago, uma mulher que não tem medo de nada, que não sabe o significado da palavra abandonar e jamais deixou que eu e meu irmão nos sentíssemos assim em relação a ela. Agradeço por nunca deixar a “casa cair” e por apoiar a mim e ao meu

irmão nas aventuras e devaneios. Agradeço por me mostrar que a mulher PODE e que ela não precisa de ninguém para PODER.

Ao meu irmão, Fábio Santiago, um homem corajoso, que está sempre se desafiando. Agradeço por sempre me entender, me apoiar e tentar me defender dos outros e dos meus próprios pensamentos.

Aos meus avós, agradeço por me mostrarem que sem afeto, sem amor, sem partilha, não se chega a lugar nenhum.

Agradeço à CAPES pela bolsa concedida durante os 24 meses de mestrado, em uma Universidade PÚBLICA.

Agradeço à Linha de Pesquisa Língua, Sujeito e História e aos professores que a compõem, por terem me proporcionado um espaço de reflexão e análise, e de me colocar como analista de discurso, de maneira a nunca mais ler, ouvir ou dizer algo “inocentemente”.

Por fim, agradeço ao destino por ter me trazido até aqui.

*Quem é essa mulher
Que canta sempre esse estribilho?
Só queria embalar meu filho
Que mora na escuridão do mar
Quem é essa mulher
Que canta sempre esse lamento?
Só queria lembrar o tormento
Que fez meu filho suspirar
Quem é essa mulher
Que canta sempre o mesmo arranjo?
Só queria agasalhar meu anjo
E deixar seu corpo descansar
Quem é essa mulher
Que canta como dobra um sino?
Queria cantar por meu menino
Que ele já não pode mais cantar
Quem é essa mulher
Que canta sempre esse estribilho?
Só queria embalar meu filho
Que mora na escuridão do mar
(Chico Buarque)*

RESUMO

"ELES TORTURAVAM AS CRIANÇAS NA FRENTE DAS MULHERES": MULHERES, TRAUMA E MATERNIDADE NA RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR BRASILEIRA

AUTORA: ANA PAULA ALVES CORREA
ORIENTADORA: AMANDA ELOINA SCHERER

A presente pesquisa, filiada à Análise de Discurso de Linha Francesa Pecheuxtiana, tem o objetivo de propor uma reflexão sobre o lugar que o sujeito mulher ocupa nas condições de produção de prisão e da tortura feminina, durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), nas quais o corpo feminino é tratado diferente do corpo masculino, no que se refere às formas de tortura. Debruçamo-nos sobre a problemática da maternidade, que permeia os processos discursivos em funcionamento nas condições de produção referidas, possibilitando um lugar possível de visibilidade do confronto entre a posição sujeito-mulher, a posição sujeito-militante e a posição sujeito-mãe, do ponto de vista discursivo. Como premissa para nossa reflexão, selecionamos, na obra *Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*, organizada por Tatiana Merlino e Igor Ojeda (2010), seis testemunhos de mulheres que foram presas e torturadas durante a ditadura militar brasileira, dos quais fizemos recortes dos enunciados em que as militantes relatam ameaças a seus filhos e os sentidos que tal ato desperta nelas. Apoiados nesses recortes, dedicamo-nos a compreender como se produz a desestabilização dos sentidos acerca do que é ser mulher, do que é ser militante e do que é ser mãe. Com base no estudo desenvolvido, compreendemos que, pela interpelação ideológica, a mulher/militante/mãe, tomando uma dessas posições, não apaga sua posição anterior, portanto não é possível dizer, do lugar de uma mãe, sem carregar o dizer da mulher e o dizer da militante. Com isso, afirmamos que o silêncio foi a alternativa encontrada pelas mulheres, nas condições de produção em que se encontravam, e que, pela ausência do dizer, se produzia uma forma de resistência à tortura. O silêncio, aqui entendido como lugar de incompletude, divisão e produção de sentidos sempre outros, atesta para a íntima relação entre o sujeito, a linguagem e o mundo. Nos recortes analisados, destacamos como os testemunhos produzidos por essas militantes se organizam em torno da maternidade, isto é, do “ser mãe” como uma construção histórica e ideológica, na qual se atravessam diferentes formações discursivas que sustentam o seu dizer pelo funcionamento da memória, do político e do simbólico. A criança é entendida, pelo torturador, como uma extensão da mãe, e pelo trabalho da ideologia é sempre já-sujeito, significada e significando nas práticas sociais efetivas. Na perspectiva teórica, na qual nos embasamos, não há sentido e não há sujeito pleno, assim como não há uma identificação plena. Dessa forma, concluímos que a produção de sentidos sobre “ser mãe”, na tentativa de desestabilizar a resistência feminina frente à ditadura, não apaga a posição-sujeito mulher e militante, visto que elas resistem no/pelo silêncio, não deixando de significar.

Palavras-chave: Mulheres. Ditadura. Tortura. Maternidade. Posição-sujeito.

ABSTRACT

“THEY TORTURED CHILDREN IN FRONT OF WOMEN”: WOMEN, TRAUMA AND MATERNITY IN RESISTANCE AGAINST THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP

AUTOR: ANA PAULA ALVES CORREA
ADVISOR: AMANDA ELOINA SCHERER

The present research, in the field of Pecheux's French Discourse Analysis, has the objective of proposing a reflection on the place that the subject woman occupies in the conditions of prison production and feminine torture, during the Brazilian military dictatorship (1964 - 1985), in which the feminine body is treated different from the masculine in what he/she refers to the torture forms. We leaned over on the problem of the maternity that permeates the discursive processes in operation in the production conditions referred, making possible a possible place of visibility of the confrontation among the position subject-woman, the subject-militant position and the position subject-mother, of the discursive point of view. As premise for our reflection, we selected, in the work *Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*, organized by Tatiana Merlino and Igor Ojeda (2010), six testimonies of women that were arrested and tortured during the Brazilian military dictatorship, of which we made cuttings of the statements in that the militants tell threats to their children and the senses that such action wakes up in them. Leaning in those cuttings, we were devoted to understand as the *desestabilização* of the senses is produced concerning the one that is to be woman, that is to be militant and of the one that is to be mother. With base in the developed study, we understood that, for the ideological interpellation, the woman / militant / mother taking one of those positions, it doesn't turn off his/her previous position, therefore it is not possible saying of a mother's place, without carrying the woman's saying and the militant's saying. With that, we affirmed that the silence was the alternative found by the women, in the production conditions in that you/they were, and that, for the absence of the saying, if it produced a resistance form to the torture. The silence, here expert as incompleteness place, division and production of senses always other, he/she attests for the intimate relationship among the subject, the language and the world. In the analyzed cuttings, we highlighted as the testimonies produced by those militants are organized around the maternity, that is, of the "being mother" as a historical and ideological construction, in the which different discursive formations are crossed that they sustain his/her saying for the operation of the memory, of the politician and of the symbolic. The child is understood, for the torturer, as an extension of the mother, and for the work of the ideology you/he/she is always already-subject, meant and meaning in the effective social practices. In the theoretical perspective in the which we based ourselves, there is no sense and there is no full subject, as well as no there is a full identification. Like this, we concluded that the production of senses on being "mother", in the attempt of destabilizing the resistance feminine front the dictatorship, doesn't turn off position-subject woman and militant, because resists in the / for the silence, not stopping meaning.

Keywords: Women. Dictatorship. Torture. Motherhood. Position-subject.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Capa do Livro <i>Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos</i>	51
Figura 2 - Capa do Livro <i>Aos descendentes de homens e mulheres que cruzaram o oceano a bordo de navios negreiros e foram mortos na luta contra o regime militar</i>	52
Figura 3 - Capa do Livro <i>Histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura</i>	53
Figura 4 - Capa do livro <i>Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura</i>	54
Figura 5 - Capa do Livro <i>Retrato da Repressão Política no Campo - Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos</i>	55
Figura 6 - Página Inicial do site da CEMDP	56
Figura 7 - Busca avançada - Lista oficial de mortos e desaparecidos político.....	57
Figura 8 - Pesquisa “Lugares de Memória”.....	59
Figura 9 -Eleonora Menicucci de Oliveira	65
Figura 10 – Testemunho de Eleonora Menicucci	65
Figura 11 - Gilse Cosenza	66
Figura 12 - Testemunho de Gilse Cosenza.....	66
Figura 13 - Jessie Jane	67
Figura 14 - Testemunho de Jessie Jane	67
Figura 15 - Maria Almeida Teles	68
Figura 16 - Testemunho de Maria Almeida Teles	68
Figura 17 - Hecilda Fontelles Veiga.....	69
Figura 18 – Testemunho de Hecilda Fontelles Veiga.....	69
Figura 19 - Darcy Andozia	70
Figura 20 – Testemunho de Darcy Andozia	70

SUMÁRIO

PREÂMBULO.....	13
PARA INICIAR	17
PARTE I – MEMÓRIA	23
1. A RESISTÊNCIA EM PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL: UMA POSSÍVEL HISTÓRIA CONTADA PELAS MULHERES.....	23
1.1 OS PORÕES DA DITADURA: A HUMILHAÇÃO	30
1.2 TESTEMUNHO: RASTRO, MEMÓRIA, LEMBRANÇA.....	39
1.3 LEMBRAR PARA RESISTIR: A POLÍTICA DO SILÊNCIO	41
PARTE II – TESTEMUNHO	44
2. PRIMEIROS GESTOS DE INTERPRETAÇÃO: A CONSTITUIÇÃO DE UM OBJETO	44
2.1 ARQUIVOS DA DITADURA BRASILEIRA: UMA HISTÓRIA VELADA	45
2.2 A COMISSÃO ESPECIAL DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS (CEMDP)	47
2.3 LUTA, SUBSTANTIVO FEMININO: MULHERES TORTURADAS, DESAPARECIDAS E MORTAS NA RESISTÊNCIA À DITADURA	61
2.4 RETRATOS E TESTEMUNHOS	62
PARTE III – MULHERES	72
3. MULHER: UM LUGAR POSSÍVEL	72
3.1 A NOÇÃO DE SUJEITO PARA A AD	73
3.2 O CORPO COMO MATERIALIDADE SIGNIFICANTE DO SUJEITO.....	82
3.3 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA RESISTÊNCIA À DITADURA	85
PARTE IV- MATERNIDADE.....	90
4. MULHERES, MILITANTES, MÃES: A PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE “SER MÃE”.....	90
4.1 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE.....	92
4.2 “DE TODA A MINHA HISTÓRIA, ESSA É A MAIS DRAMÁTICA”.....	94
4.3 É PRECISO “OUSAR REVOLTAR”	108
EPÍLOGO ILUSÓRIO	110
REFERÊNCIAS.....	113

PREÂMBULO

É sempre difícil começar, apresentar, dizer em algumas palavras o que queremos. Somos sujeitos desejantes, divididos, clivados. Pensamos ter controle sobre nós, mas, na verdade, somos mais uma peça de uma história que se (re)produz e se transforma. Somos substituíveis, somos interpelados pela ideologia desde sempre e para sempre. Por isso, ousamos dizer que não sabemos para onde vamos. Somos constituídos, sobretudo, pela falha, pela incompletude e pela falta. Estamos sempre buscando pertencer a algum lugar, temos necessidade de pertencimento, necessidade de nos “encontrar”. Mesmo tendo consciência de toda essa falta que nos constitui, sabemos que é necessário marcar esse lugar de onde estamos falando. Não somente esse lugar teórico, permeado pela teoria da Análise de Discurso (AD) Pecheuxiana, mas, também, o lugar físico de onde estamos falando. Somos afetados pelo que postula Scherer (2007, p. 347): “é preciso falar de lugar pela via da língua, e voltar a repetir que não temos lugar, mesmo nos dando lugar”.

Nosso lugar, ao adentrar esse estudo, no qual trabalharemos com testemunhos de mulheres, observando a tortura sofrida no período ditatorial brasileiro, é, em primeiro momento, um lugar de quem se sente tocado, instigado, pelo que elas têm a dizer. Em um segundo momento, é um lugar de partilha de sentidos, no qual nos transportamos ao lugar delas, um lugar de partilha do sensível¹, de onde pensamos sobre o quão difícil foi suportar a violência psicológica, física e sexual. Em um terceiro momento, nossos lugares físicos, simbólicos e teóricos entrelaçam-se, de maneira que refletimos sobre os processos de significação presentes nos testemunhos dessas mulheres. Começamos a interrogar-nos sobre a possibilidade de tomar tais testemunhos enquanto objeto analítico, a partir da AD, que “trabalha com a materialidade da linguagem, considerando seu duplo aspecto: o linguístico e o histórico, enquanto indissociáveis no processo de produção do sujeito do discurso e dos sentidos que (o) significam” (ORLANDI, 2004, p. 37).

Os testemunhos dessas mulheres carregam um duplo aspecto: eles vêm na/pela língua e se constituem na/pela história. Com isso, podemos, também, entender a mulher/mãe enquanto sujeito, isto é, “um lugar de significação historicamente constituído” (ORLANDI, 2004, p. 37). Nos testemunhos que analisamos, neste estudo, temos esse lugar discursivizado pelas próprias mulheres/mães, mas não é o lugar em que elas se colocam ou um lugar com o qual elas se identificam, mas o lugar que é imposto a elas e que, segundo seus testemunhos, é o lugar que o torturador atribui a elas.

¹ Rancière (2005).

Não queremos, neste preâmbulo, entrar em conceitos ou noções, pois sabemos que não é possível, há discursos que se atravessam, a todo o momento, em nosso dizer. O que queremos é expor, ao nosso leitor, o que nos traz aqui, o que nos fascina nos testemunhos com os quais trabalhamos nesta dissertação e como se constitui nossa questão teórica, a saber: como a produção de sentidos sobre a maternidade ou sobre o “ser mãe”, nas condições de produção da prisão e da tortura feminina, na ditadura militar brasileira, funciona como um espaço de visibilidade do confronto entre a posição sujeito-mulher, a posição sujeito-militante e a posição sujeito-mãe, do ponto de vista discursivo.

Nosso primeiro contato com os testemunhos ocorreu a partir de um interesse pela história da ditadura brasileira, contudo não pela história “tradicional”, dos livros de história. Uma história contada pelo viés da resistência à ditadura. O livro *Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*, com o qual tivemos contato, após uma busca por arquivos da ditadura, trazia esse outro viés e, o que era melhor ainda, construía uma possível história, através da memória de mulheres presas e torturadas durante o regime militar.

Nossa questão-teórica surgiu após identificarmos, em alguns testemunhos, ameaças aos filhos dessas mulheres. Começamos a entender que a problemática da maternidade estava presente nessas condições de produção relacionada à questão da tortura. Essas ameaças e torturas as crianças, bem como a produção de sentidos sobre “ser mãe”, reclamavam, dessas mulheres, uma tomada de posição-mãe constituída por um discurso patriarcal machista. Dito isso, afirmamos que a tortura ocorria a partir daquilo que é uma construção histórica, do que define o que é “ser mãe”. Uma busca por uma mãe que faz tudo pelo filho, que protege, que ampara, que zela, que se doa...

Também, instiga-nos a questão política em funcionamento. Todavia, não somente a política relacionada ao governo e à centralização do poder, mas também a política de relação entre os sujeitos, sujeitos diferentes, constituídos e atravessados por dizeres distintos. Relações que criam um abismo entre sujeitos que acreditam, cada um a seu modo, serem origem do dizer e terem controle sobre os sentidos.

Sabemos que a definição do objeto não é aleatória, muito menos uma surpresa, ela tem a ver com uma questão de identificação, com algo que nos incomoda no objeto e que precisa ser “resolvido”. Scherer (2002, p.13) afirma que a “essência do sujeito é seu objeto” e que uma “análise de dados não é dada e o sujeito analista, ao construir o seu objeto de pesquisa, não faz tal análise, sem que ideológica e historicamente ele esteja constituído” (SCHERER, 2002, p. 12). Não há como nos desfazermos daquilo que nos constitui, esse é um caminho

necessário para chegar ao objeto, porém nosso modo de enxergar o objeto deve fugir do óbvio, do dado. É preciso ir além sempre e não refletir apenas sobre o que está dito, mas no porquê e em que condições foi dito e, também, no não dito, pois sabemos que “ao longo do dizer, há toda uma margem de não-ditos que também significam” (ORLANDI, 2012a, p. 82).

Com isso, entendemos que, para que o gesto analítico que pretendemos desenvolver, neste estudo, seja embasado, de fato, por uma teoria que se encontra com outras áreas do saber, como é o caso da AD, devemos ter o discernimento entre aquilo que vem do mundo das ideias, do cotidiano, do empírico e aquilo que nos dá sustentação dentro da teoria. Entender como funcionam os processos de significação no discurso, entender a não transparência do sentido, entender que um gesto interpretativo abre margem para vários outros. E, mais do que isso, entender que, mesmo por entradas diferentes, podemos compreender como se estabelecem os processos de significação, como funcionam ideologia e inconsciente na produção de sentidos.

É preciso compreender as relações de poder que estão em jogo, as construções históricas e as sociais que constituem e atravessam os discursos e os sujeitos. É preciso que, como analista de discurso, concentremo-nos em como se engendra o discurso em questão. É preciso que pensemos no discurso exatamente como um objeto, como esse lugar de “efeito de sentido entre interlocutores” (PÊCHEUX, 1997). Quer dizer, algo que pode ser visto de diversas maneiras, dependendo de cada sujeito e da sua constituição, enquanto sujeito. Afinal, como apresenta a máxima saussuriana, “longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto” (SAUSSURE, 1975, p. 15).

Embora tenhamos encontrado esses testemunhos e tenhamos nos sentido incomodados pelos sentidos que carregam, através de uma aproximação com essas mulheres e com o que elas viveram, o que se constrói, nesse primeiro contato, assemelha-se à situação de estarmos parados em frente a uma casa, vislumbrando essa casa. Porém, estamos apenas contemplando, ainda não adentramos na casa, não sabemos do que ela é feita, nem quantos cômodos ela abriga; entretanto, já temos uma impressão exterior dela: é bonita, é feia, é grande, é pequena. Quanto ao interior dessa casa e seus detalhes, só poderemos descobrir se adentrarmos no recinto. Quando entramos em um lugar desconhecido, corremos o risco de não percebermos alguns detalhes, pois, em uma primeira visita, não há como repararmos em tudo. Nesse caso, abre-se a possibilidade de voltarmos e descobriremos novos dados sobre esse lugar.

Começamos este trabalho com a coragem de quem ousa adentrar na casa, com a curiosidade de quem deseja descobrir de que material ela é feita e com a ciência de que, como

se trata de uma primeira entrada, talvez sejam precisos inúmeros retornos, porque sempre ficará algo em aberto.

PARA INICIAR

“No início, era o Verbo, mas o Verbo era Deus, e Homem” (PERROT, 2005, p. 9). Pautados no discurso religioso, que atravessa a obra de Perrot, *As mulheres ou os silêncios da história*, ao tratar do papel de submissão da mulher, afirmamos que a construção do imaginário sobre a mulher tem sua principal vertente no discurso religioso cristão. Há um discurso bíblico moralizador que produz sentidos sobre o “ser mulher”. É possível compreendermos que a maternidade é considerada um “dever” dentro dessa construção, como presente em “apóstolo Paulo” (I Tm 2. 11-15):

(11) A mulher ouça a instrução em silêncio, com espírito de submissão. (12) Não permito que a mulher ensine, nem que se arrogue autoridade sobre o homem, mas permaneça em silêncio. (13) Pois, o primeiro a ser criado foi Adão, depois Eva. (14) E não foi Adão que se deixou iludir, e sim a mulher que, enganada, se tornou culpada de transgressão. (15) Contudo ela poderá salvar-se, cumprindo os deveres de mãe, contanto que permaneça com modéstia na fé, na caridade e na santidade.²

Temos a culpabilização da mulher por todos os males, a mulher como a que se deixou iludir, a mulher como silêncio e em silêncio da/na história bíblica. A partir de Orlandi (2004), estamos tomando o imaginário como o que determina transformações nas relações sociais e constrói práticas. O imaginário cria um efeito ilusório de que há uma relação entre o mundo e a linguagem, mas, na verdade, o que existe é uma construção, uma convenção. Essa ilusão faz com que o sentido pareça transparente (ORLANDI, 2004).

Ao nos debruçarmos no estudo dos sentidos sobre “ser mãe”, na ditadura militar brasileira, devemos considerar que há um discurso religioso que se atravessa na constituição do imaginário sobre esse sujeito mulher, que toma a posição sujeito-mãe. No cristianismo, doutrina que compreende o maior número de adeptos no Brasil, temos, transitando pelo interdiscurso, a imagem de muitas mães, cuja participação, na narrativa bíblica, está limitada ao lugar de submissão ao homem e à posição mãe, sem que as mulheres possam ocupar outros lugares sociais e discursivos. A imagem de Maria, como modelo de mãe, é o que sustenta a formação discursiva³ (FD) cristã, a mulher que ampara, que cuida, que zela pelo filho, embora, ao mesmo tempo, não possa fazer nada perante os homens que o prendem e o maltratam, afinal, nessas condições de produção, as mulheres não têm força diante de

² Bíblia Sagrada. Traduzida dos originais, mediante a versão dos Monges de Maredsous (Bélgica), pelo Centro Bíblico de São Paulo. 18ª Edição, revista por Frei João José Pedreira de Castro. São Paulo: Editora Ave Maria Ltda, 1971.

³ Noção desenvolvida na Parte III.

acontecimentos políticos e históricos. Nesse sentido, por que começamos refletindo sobre tais questões? O que tem Maria a ver com o tema de nosso estudo?

No evangelho⁴, Maria é referenciada como pessoa de fé, mãe da comunidade, mulher solidária, mãe de todos, *mãe*. Nos porões da ditadura militar brasileira, esses dizeres voltam, ressurgem, ressoam, no intuito de desestabilizar a inscrição dessas mulheres na FD da resistência. Para torturar as mulheres que são mães, ameaça-se o filho, porque, enquanto mães, enquanto pessoas com fé, fieis, essa é a única tortura que pode fazê-las falar.

A teoria que nos embasa, ao tratarmos dos processos de significação, apoiados em testemunhos de mulheres/militantes/mães, que foram presas e torturadas durante o período ditatorial brasileiro, é a Análise de Discurso de Linha Francesa (AD). Segundo Petri (2013), ao tratar pontos referentes aos fundamentos metodológicos, que norteiam a constituição do dispositivo de análise da Análise de Discurso, há um movimento pendular que funciona no processo analítico, visto que o trabalho teórico-metodológico do analista está sempre em movimento. Nas palavras da autora:

A metodologia da Análise de Discurso existe, mas não para, está em suspenso, em movimento, (de) pendendo como o pêndulo, relativizando os olhares sobre o mesmo objeto. Isso a caracteriza como em constante movimento, como metodologia capaz de apresentar-se como singularidade (PETRI, 2013, p. 42).

Desse modo, podemos entender que a AD trabalha a partir do ponto de inércia do referido pêndulo, que seria o “lugar de significados estabilizados na forma do já-dito, enquanto noções básicas que sustentam uma teoria” (PETRI, 2013, p. 42). Sabemos que o pêndulo parte de um lugar ao centro, para movimentar-se entre leste e oeste. Ademais, é através desse movimento, de sentidos presentes no ir e vir pendular, que são produzidos outros sentidos, partindo do olhar do analista de discurso, relacionando teoria e objeto. É nesse ir e vir do pêndulo que os sentidos se (des)estabilizam: são esquecidos e retomados.

A Análise de Discurso – uma disciplina de entremeio, não positivista (não trabalha com o acúmulo de conteúdos, mas interpreta e discute pressupostos) – organiza-se no espaço entre disciplinas, na contradição com as outras, valendo-se daquilo que as escapa. De acordo com Orlandi (2004), a AD é uma antidisciplina, uma desdisciplina, que vai se concentrar em interrogar a “transparência” da linguagem. A AD trabalha no entremeio, fazendo uma ligação, “mostrando que não há separação estanque entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva”

⁴A *Virgem Maria na Bíblia – Novo e Velho Testamento*. Disponível em: <<https://igrejamilitante.wordpress.com/2013/11/12/a-virgem-maria-na-biblia-novo-e-velho-testamentos/>>. Acesso em: 07 de maio de 2017.

(ORLANDI, 2004, p. 25). Ainda de acordo com Orlandi (2004), entendemos que a AD se interessa por aquilo que é deixado de lado por outras regiões de conhecimento, como a historicidade, o simbólico e o trabalho com a ideologia, respectivamente.

Devemos atentar para a nossa própria tomada de posição, como analistas de discurso, atravessada por outros discursos que nos constituem enquanto sujeitos. Nessa relação análise de discurso/militância, que estamos propondo, somos pegos, muitas vezes, por atos que extrapolam nossa percepção, a qual se refere ao “como” nomear, a partir de uma teoria que estuda a produção de sentidos, as práticas de tortura e os sujeitos nela envolvidos. Nogueira e Cestari (2013) atentam para o fato de que toda intervenção teórico-analítica não é apenas um trabalho de interpretação histórico filosófico, mas é uma aposta cujos resultados são imprevisíveis. Vejamos:

[...] AD pode ser pensada como uma teoria das apostas, ainda que os resultados sejam imprevisíveis. Toda intervenção teórico-analítica nas ciências abre a possibilidade da militância, uma vez que é já intervenção. [...] Não se trata, aí, de apenas uma “interpretação histórico-filosófica”, mas de uma posição marcadamente política e militante, numa certa direção, numa certa conjuntura (NOGUEIRA; CESTARI, 2013, p. 5).

Nessa perspectiva, desenvolvendo um estudo do ponto de vista discursivo, partindo da definição do objeto, da questão, do problema de pesquisa, entendemos que somos afetados pela nossa singularidade, por um gesto de interpretação que é só nosso. Um mesmo *corpus* pode originar outros estudos, através de outras entradas, com base naquilo que interpela cada sujeito. Somos interpelados por esses testemunhos, de forma que nos sentimos, muitas vezes, na “obrigação” de defender, de “tomar partido” por essas mulheres.

Ao refletirmos sobre a questão política, consideramos, ancorados em Rancière (1996), que ela é sempre uma busca por uma suposta igualdade e por uma, também suposta, liberdade. Conforme o autor:

A política — voltaremos a isso — é a atividade que tem por princípio a igualdade, e o princípio da igualdade transforma-se em repartição das parcelas de comunidade ao modo do embaraço: de quais coisas há e não há igualdade entre quais e quais? O que são essas "quais", quem são esses "quais"? De que modo a igualdade consiste em igualdade e desigualdade? (RANCIÈRE, 1996, p. 11).

Para Rancière, embora o primado da política seja a igualdade, o que a constitui, de fato, seriam as desigualdades entre as parcelas da comunidade, de modo que se forma um conflito, pois essas parcelas começam a contestar tais desigualdades. Ao considerarmos a ditadura militar e a fragmentação da sociedade, teríamos os militares, representantes do

governo, tentando manter certa “ordem”, tentando acabar com o conflito, apagar o confronto e estabilizar os sentidos. E, de outro lado, os grupos de resistência, lutando por uma igualdade, por uma liberdade, que também é ilusória. Compreendemos, como coloca Rancière, que se cria um enfrentamento de dois mundos:

A política é primeiramente o conflito em torno da existência de uma cena comum, em torno da existência e a qualidade daqueles que estão ali presentes. É preciso, antes de mais nada, estabelecer que a cena existe para o uso de um interlocutor que não a vê e que não tem razões para vê-la *já que* ela não existe. [...] Existe política porque aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo onde há algo "entre" eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada (RANCIÈRE, 1996, p. 11).

Nesse sentido, há política, porque há sujeitos que não são “contados”, aos quais não é dada visibilidade, sujeitos que, como declara Rancière, “não são contados como seres falantes”. Essa contradição entre as parcelas da comunidade constitui esses sujeitos, que são “excluídos”, e faz com que eles instituem uma comunidade, na busca por enfrentamento, criando uma resistência. Existe, nesse conflito, um desentendimento entre os falantes, porém não no sentido de um não saber o que o outro está falando, e sim um desentendimento que entende o que outro diz, mas não entende da mesma forma que esse outro sujeito. Rancière explica a noção de desentendimento:

Por desentendimento entenderemos um tipo determinado de situação de palavra: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro. O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura (RANCIÈRE, 1996, p. 11).

Podemos relacionar a questão do desentendimento com o que afirma Orlandi (2012b), em seu texto *Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito*: “nos processos discursivos há sempre ‘furos’, falhas, incompletudes, apagamentos e isto nos serve de indícios/vestígios para compreender os pontos de resistência” (ORLANDI, 2012b, p. 213). Dessarte, é no processo de individu(aliza)ção do sujeito pelo Estado que a pesquisadora identifica esses “pontos de resistência”, uma vez que há uma falha nesse processo e, ainda, segundo Orlandi, “a falha é o lugar do possível” (ORLANDI, 2012b, p. 230). Em tal falha, enquanto lugar do possível, existe o espaço para a ruptura e para o deslize de sentidos, que sempre poderão ser outros.

Posto isso, nas condições de produção da prisão política da ditadura militar, quando o torturador diz “mãe”, ele não está dizendo o mesmo que as mulheres militantes quando dizem “mãe”. Há um desentendimento, no qual elas sabem o que é “mãe” para eles, mas para elas “mãe” é mais do que isso, “ser mãe” pode até incluir os sentidos que constituem o dizer do torturador, mas também pode ir além do esperado, daquilo que está no imaginário do torturador, pode carregar outros sentidos. Esse processo falha, dando a ruptura, o deslize de sentidos. Elas resistem.

A política funciona nesse meio, em que um sujeito entende parcialmente o que o outro quer dizer, o que o outro defende, porém não aceita. No entanto, essas parcelas, em que a sociedade está dividida, buscam uma mudança, uma “política diferente”, mas a política carrega o conflito, carrega a desigualdade, e não há como se distanciar disso, dado que agir politicamente é participar dessa luta, dessa divisão que a política promove.

Logo, tentamos entender os sentidos produzidos pelos sujeitos, tomados pelo desentendimento, e o que constitui esses sentidos, o que está em funcionamento, para que o sujeito utilize uma palavra e não outra, para que o discurso do sujeito seja formulado e constituído de um modo e não de outro. Interessamo-nos por todos os processos que constituem seu discurso.

Scherer (2002) assevera que, para constituir um objeto de pesquisa, é necessário levar em conta quatro aspectos. O primeiro aspecto refere-se à escolha do objeto, da questão e do problema de pesquisa. Nosso objeto são seis recortes de enunciados selecionados dos testemunhos de seis mulheres em condição de cárcere político. Ancorados em tais recortes, buscamos refletir sobre a problemática da maternidade relacionada à tortura feminina, enquanto um espaço de visibilidade do confronto entre a posição sujeito-mulher, a posição sujeito-militante e a posição sujeito-mãe, nas condições de produção de prisão feminina durante o regime ditatorial militar. Nosso objetivo é entender como a produção de sentidos sobre “ser mãe” funciona na tomada de posição sujeito das mulheres/militantes, visto que o que existe é uma construção social, que tenta impor e estabilizar esses sentidos sobre “ser mãe”.

O segundo aspecto, postulado por Scherer (2002), concerne ao quadro teórico de referência e aos conceitos fundamentais a serem mobilizados, construindo uma resposta antecipada ao objetivo estabelecido. Nossa análise é fundamentada pela Análise de Discurso de Linha francesa, estruturada por Michel Pêcheux, em 1960, na França. Os conceitos fundamentais relacionados ao objetivo de pesquisa são: memória, história, resistência, silêncio, posição-sujeito e formação discursiva.

O terceiro aspecto é correspondente à constituição do *Corpus*, dos recortes estabelecidos através do gesto de interpretação do sujeito pesquisador. Nossos recortes foram definidos por carregarem sentidos da mesma ordem, isto é, sentidos relacionados à maternidade, enquanto ameaça e tortura feminina.

O quarto aspecto está ligado à interpretação, ou seja, está ligado ao processo de análise e ao que tudo que nós, enquanto pesquisadores, vamos mobilizar no decorrer de nosso estudo. Nosso trabalho está estruturado em quatro partes, cada uma intitulada por um tema central em nossa pesquisa: Memória, Testemunho, Mulher e Maternidade.

Na **Parte I – Memória**, trazemos à baila estudos sobre a resistência feminina em alguns países da América do Sul, que também passaram por ditaduras. Entendemos que é necessário conhecer os trabalhos de outras mulheres que, como nós, se dedicam a testemunhos femininos e a ressaltar a importância da divulgação dessa memória. Trataremos dos porões da ditadura enquanto lugares de memória da tortura. Mobilizamos questões sobre a memória, a lembrança, o rastro como possibilidades de (re)construção de uma história da resistência feminina.

Na **Parte II – Testemunho**, discorreremos sobre as condições de produção do nosso objeto, isto é, dos testemunhos das militantes. Apresentamos os livros da *Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos*, os testemunhos das militantes, fotos, páginas e todas as etapas e informações pelas quais transitamos até chegar ao nosso objeto de análise.

Na **Parte III – Mulheres**, trabalhamos com essa construção do “lugar da mulher”, do “papel da mulher”, dos discursos sobre o sujeito mulher e sobre a participação das mulheres na resistência à ditadura militar brasileira.

E na **Parte IV – Maternidade**, refletimos sobre a questão da construção do ideal de maternidade relacionado à mulher, bem como, analisamos os recortes selecionados, fundamentados na teoria da Análise de Discurso de Linha Francesa.

PARTE I – MEMÓRIA

1. A RESISTÊNCIA EM PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL: UMA POSSÍVEL HISTÓRIA CONTADA PELAS MULHERES



“O que foi censurado não desaparece de todo. Ficam seus vestígios, de discursos em suspenso, in-significados e que demandam, na relação com o saber discursivo, com a memória do dizer, uma relação equívoca com as margens do sentido, suas fronteiras, seus des-limites” (ORLANDI, 1999a, p. 69).

Atravessados pelas palavras de Orlandi, gostaríamos de iniciar este estudo declarando que precisamos refletir sobre a ditadura militar, porém sob outro olhar, a partir de outro discurso – diferente daquele considerado “oficial”, que “tenta ‘moralizar’ o país através de suas regras, não somente as econômicas e as políticas, mas também o comportamento de cada cidadão” (COLLING, 1997, p. 22) –, o discurso de mulheres que ocuparam um lugar considerado, a partir de uma construção social, como “não convencional”.

⁵ Fonte: MERLINO, Tatiana e OJEDA, Igor (Orgs): **Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

A história contada por mulheres que militaram e foram presas durante a ditadura militar – no Brasil, no Peru, na Argentina e no Paraguai (alguns dos países da América do Sul que passaram por esse momento de crise política e social) – encontra-se e completa-se em muitos pontos, constituindo-se como uma só. Ser mulher, ser mãe, ser militante, ser presa, ser torturada, ser estuprada, ser violada, ser mutilada... são sentidos que entram na ordem da repetibilidade, no discurso de mulheres que viveram essa história. Resgatando a história da ditadura militar em outros países, como Peru, Uruguai e Argentina, tomamos a ditadura brasileira não como um fato isolado na história, mas como um fato que se repete em outros países e que, no momento em que perseguimos seus rastros, descobrimos uma memória e sentidos que se repetem e que se assemelham.

Na configuração pós Segunda Guerra Mundial, o mundo estava fragmentado em dois blocos: o primeiro era comandado pelos Estados Unidos e o segundo era comandado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Os países latino-americanos, que lutaram em aliança e sob o comando dos Estados Unidos, mantiveram tal aliança, dando início a certa cooperação operacional, a certa unidade de doutrinas entre esses países e a certa identidade ideológica comum. Em meados de 1959, através da Revolução Cubana e de sua aproximação com o bloco da URSS, houve um atravessamento na política exterior dos Estados Unidos (EUA). Com isso, os Estados Unidos anunciaram que não tolerariam mais qualquer tipo de ataque que ameaçasse sua influência sobre os demais países que constituíam sua aliança (MERLINO; OJEDA, 2010).

A fim de garantir que os governos do continente permanecessem como aliados, o Departamento de Estado dos Estados Unidos passou a sustentar e a custear os golpes militares de âmago anticomunista. Tal conjuntura trouxe a “generalização de regimes políticos repressivos nos países do Cone Sul: Brasil, Argentina, Uruguai e Chile – a ditadura de Alfredo Stroessner, no Paraguai, já havia se iniciado em 1954” (MERLINO; OJEDA, 2010, p. 20). O grupo mais atingido com os golpes militares foi a classe trabalhadora, principalmente os sindicatos e os partidos políticos de esquerda, pois o governo visava ao controle sobre as massas e à existência de grupos com outra orientação – outra liderança que não fosse a do governo ameaçava esse controle. Em outras palavras:

Tais ditaduras buscaram estreitar, no plano econômico, a associação com seus aliados do capital externo, sob tutela militar nacional, e incorporaram plenamente a estratégia norte-americana de contenção do comunismo, sintetizada na Doutrina de Segurança Nacional” (MERLINO; OJEDA, 2010, p. 20).

Essa doutrina de segurança nacional foi idealizada no Brasil pelo general Golbery do Couto e Silva, “principal teórico do regime, assentava-se na tese de que o inimigo da pátria não era mais externo, e sim interno” (MERLINO; OJEDA, 2010, p. 20). De acordo com Merlino e Ojeda (2010), no intuito de promover a Doutrina de Segurança Nacional, o general declarou ser urgente a estruturação de um mecanismo repressivo, o qual funcionaria por meio da integração dos órgãos de segurança – Exército, Marinha, Aeronáutica, Delegacias Estaduais de Ordem Política e Social (Dops), Departamento de Polícia Federal, Força Pública, Guarda Civil. Tais órgãos de segurança, com apoio de alguns civis paramilitares, compuseram, em São Paulo, em 1969, a Operação Bandeirante (Oban). Com a aprovação da criação da Oban pelo regime, seu formato foi estendido para todo o país, a partir da fundação do Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna, o DOI-Codi. Entretanto, os Dops, as delegacias regionais da Polícia Federal, o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa) e o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) continuaram realizando suas ações repressivas independentes: prendendo, torturando e assassinando os considerados “opositores” (MERLINO; OJEDA, 2010). Nesses espaços, com o uso da força desses órgãos de “segurança”, eram torturados os guerrilheiros.

Ao deslocarmos questões que trazem a história da ditadura, pelo discurso do torturado, pelo discurso de mulheres, estamos movimentando a memória: “[...] já não como simples matriz da história, mas como (re)apropriação do passado histórico por uma memória que a história instruiu e muitas vezes feriu” (RICOEUR, 2003, p. 1). Isto posto, ao retomarmos um discurso sobre a ditadura, mais especificamente sobre a tortura feminina na ditadura militar, estamos abrindo possibilidade para a produção de novos sentidos, partindo da relação língua, história e sujeito. A prisão, a tortura e a militância feminina constituem uma memória coletiva, restrita apenas para os que sofreram com essa repressão, os que carregam o ressentimento a cada vez que essa memória é acordada. Não discorrer sobre isso é perpetuar a violência.

Desse modo, queremos apresentar, nesta primeira parte do nosso texto, por meio da relação língua, sujeito e história, na qual temos sujeitos que discursivizam sobre o trauma feminino pela/na língua, buscando inscrever na história o que foi vivido, testemunhos de mulheres militantes e estudos neles baseados. As mulheres, que testemunham sobre esse confinamento forçado, como coloca Cruvinel (2015, p. 22), “inscrevem-se na história, reivindicam uma memória e enfrentam o desafio de lembrar, esquecer e dizer o que é o (im)possível, com a expectativa de romper com o silêncio que lhes foi imposto”. Nesta dissertação, retomaremos tais dizeres em suspenso, (in)significados, sobre a tortura feminina

na ditadura militar brasileira, no entanto, antes disso, pretendemos retomar as lembranças de mulheres que, em outros países, durante uma ditadura, sofreram a tortura e também produziram sentidos sobre ela.

Orlandi, em seu texto *Maio de 68: os silêncios da memória*, teoriza que: “falando de história e de política, não há como não considerar o fato de que a memória é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer” (ORLANDI, 1999a, p. 49). Por conseguinte, temos uma memória não homogênea, mas esburacada, em que sempre há lugar para novos dizeres: retomar um acontecimento discursivo e, a partir dele, produzir novos sentidos. É permitir outras interpretações, é romper com limites: “os sentidos se constroem com limites. Mas há, também limites, construídos com sentidos” (ORLANDI, 1999a, p. 49). Quanto à relação entre memória e história, Nora (1993) vai observar que ambas estão longe de serem sinônimos, pois há oposições entre elas. Nas palavras do autor:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente: a história, uma representação do passado (NORA, 1993, p. 9).

A memória mantém-se em movimento, em evolução, como diz Pêcheux (1999), esburacada, sempre possível de renovação e de atualização. Já a história preocupa-se em registrar o passado, sem lugar para o movimento de sentidos, para lacunas. Como afirma Davallon (1999, p. 26): “a história resiste ao tempo; o que não pode a memória”.

Pela Análise de Discurso, entendemos que não é possível estabelecer sentidos sem considerar a relação entre o linguístico e o histórico. As palavras têm história e não são determinadas aleatoriamente pelo sujeito. Assim, inconscientemente, estamos reproduzindo ideologias que nos constituem. “O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua” (ORLANDI, 2012a, p. 32). Sabemos que, através do gesto de interpretação, um mesmo acontecimento pode ter várias interpretações. Dessa maneira, ao contar-se uma história, ao falar-se sobre um acontecimento, em determinadas condições de produção, estão em funcionamento a memória, o inconsciente e a ideologia, na relação com o simbólico e com o político. Temos, também, nessa produção de

sentidos, o interdiscurso⁶, retomando o que já foi dito, em outras circunstâncias, em outros lugares e por outros sujeitos, ou seja, trazendo a memória do dizer, ressignificando-a.

Na posição de analista de discurso, dizemos que a língua não é concebida apenas como estrutura, mas também como acontecimento (ORLANDI, 2012a). O indivíduo, interpelado pela ideologia, constitui-se em sujeito, inscrevendo-se em uma Formação Discursiva. Ante tal Formação Discursiva, ele ocupa uma posição e produz seu discurso. Nessa lógica, os efeitos de sentido produzidos “são múltiplos e variados”. Existe uma relação que se estabelece entre “sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história” (ORLANDI, 2012a, p. 21). Retomando Courtine (1999, p. 16), dizemos que não estamos tratando da língua, “mas de discurso, quer dizer, de uma ordem própria, [...] do enunciável, a ordem que constitui o sujeito falante em sujeito de seu discurso e ao qual ele se assujeita em contrapartida”. Na perspectiva da AD, o discurso é definido como “efeito de sentido entre interlocutores” (ORLANDI, 2012a). O sujeito discursivo, interpelado pela ideologia, produz sentidos, inscrevendo-se em uma Formação Discursiva, que sustenta seu discurso. Segundo Orlandi (2012a, p. 46), “a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos”.

Para entendermos como a ditadura lidava com o fato de existirem mulheres na posição sujeito-militante – mulheres que saíam do espaço privado da casa, do anonimato político, para o espaço público da política, da luta, da guerrilha contra o governo militar –, buscamos testemunhos femininos que pudessem movimentar sentidos sobre como era, nessas condições de produção, “ser mulher” e ser, também, militante.

Por esse viés, apresentaremos, partindo dos trabalhos de Leonor Arfuch, Graciela Sapriza, Monica Cruvinel e Susel Oliveira da Rosa (pesquisadoras que se dedicaram a movimentar sentidos em relação às lembranças de mulheres acerca da prisão e das torturas – ocorridas nos períodos ditatoriais do Uruguai, do Peru, da Argentina e do Brasil), um possível relato a respeito das torturas, as quais sofriam as mulheres militantes. Uma tortura ampliada, “que condena duplamente as militantes mulheres: por serem insurgentes e por serem mulheres” (CRUVINEL, 2015, p. 34).

Leonor Arfuch (2009), em seu trabalho “Mujeres que narran: trauma y memoria”, disserta sobre a relação entre subjetividade, memória e narrativa, através da escritura autobiográfica e testemunhal de mulheres que estiveram em cativeiro nos campos de concentração durante a ditadura militar na Argentina, entre os anos de 1976 e 1983. Segundo

⁶ Trabalharemos o conceito de interdiscurso na Parte I, subtítulo 1.2.

Arfuch (2009, p. 1), com esse estudo, pretendeu-se “[...] suscitar o trabalho da memória em seu deslizamento entre o público e o privado e o íntimo quando também está em jogo o corpo”. A pesquisadora diz que, pela narração do trauma dessas mulheres presas e torturadas, tem-se a palavra como um ato de resistência, que funciona em oposição ao vazio.

Já Graziela Sapriza (2009), em seu trabalho “Memorias de mujeres en el relato de la ditadura (Uruguay, 1973-1985). Violência/carcel/exilio”, dedica-se a refletir sobre a reconstrução de uma memória traumática. Seu estudo é focado, também, em testemunhos de mulheres militantes presas e torturadas, no Uruguai. Nessa sua pesquisa, ela faz questionamentos relevantes sobre o que se espera da “escuta feminina”, como: o que se espera desse conjunto de vozes de mulheres? Por que um relato pela voz das mulheres nos daria outra versão da ditadura? São as mulheres portadoras de uma memória específica?

Ainda, Monica Cruvinel (2015), em seu trabalho “Mulher e testemunho: das (im) possibilidades de lembrar, esquecer e dizer”, problematiza o estatuto do testemunho, enquanto discurso político que necessita da escuta pública para construir um espaço de memória e de dizer. A pesquisadora desenvolve tal questão utilizando testemunhos de mulheres prisioneiras e ex-prisioneiras políticas, que fizeram parte do movimento de militância do Partido Comunista do Peru, entre os anos de 1968 e 1979.

E Susel Oliveira da Rosa, em seu livro “Mulheres, ditaduras e memórias: não imagine que precise ser triste para ser militante”, faz uma reconstrução da história pelo viés discursivo, pelo entrelaçamento de memória individual e da memória coletiva, apresentando a trajetória de três ativistas políticas de esquerda, que foram presas e torturadas durante a ditadura militar brasileira, entre os anos de 1964 e 1985. As três mulheres, que foram entrevistadas por Rosa, relatam sua decisão e experiência de lutar em movimentos de resistência ao regime militar, falando sobre o cárcere, a tortura e o exílio.

Tomados pela leitura desses textos, compreendemos a importância do espaço de testemunho, que essas pesquisadoras constroem com as militantes, à proporção que a política de esquecimento, que funciona em nossa sociedade, é muito maior, é uma amnésia que silencia os sentidos sobre esse passado, sobre o que foi vivido por mulheres, homens, crianças, que estiveram envolvidos em movimentos de resistência aos regimes militares. Para Sapriza (2009, p. 66), os fragmentos do passado, reunidos em uma nova estrutura interpretativa, “revelam o desconhecido/ o que foi silenciado, produzindo outra conceitualização do que aconteceu, de forma a permitir o resgate e o registro das omissões que até hoje toleramos”. A pesquisadora conclui que o testemunho das mulheres pode ser dividido em três temas: torturas sofridas, vida na prisão e relação com os familiares.

Encontramos esses três temas também nos estudos das outras pesquisadoras. As mulheres relatam as torturas que sofriam na prisão, torturas psicológicas, sexuais e físicas, relatam a convivência umas com as outras dentro da prisão, a união que havia entre elas e a separação dos familiares, maridos, filhos, casamentos na prisão, partos na prisão, desaparecimento/morte de familiares.

Nesta dissertação, interessa-nos, a partir de recortes de testemunhos de mulheres militantes, que foram presas e torturadas na ditadura militar brasileira (1964-1985), movimentar essa memória, objetivando um espaço para outros sentidos, para outra possível história. Trabalhamos, aqui, com seis recortes de testemunhos de mulheres/militantes que, no momento em que foram presas ou durante a prisão, eram/tornaram-se mães, refletindo sobre como, a partir de uma problemática da maternidade nessas condições de produção, podemos observar como a posição-sujeito mulher/militante/mãe entra em confronto nesse embate entre torturador e torturado, visto que a criança é ameaçada e torturada em frente da mãe, “exigindo dela” uma tomada de posição sujeito-mãe. Nas palavras de Sapriza, “a maternidade, nessas circunstâncias, se explica pela ‘intensidade, pela urgência com que se vivia’” (2009, p. 71). Além disso, a maternidade, nessas condições de risco, acarretava em novas concepções sobre a família, o “ter” uma família, ser responsável, ser um bom pai, ser uma boa mãe, cuidar uns dos outros, pertencer a alguma coisa (SAPRIZA, 2009).

Por meio do contato com os trabalhos citados anteriormente, de estudiosas que trabalham os temas: *mulheres, tortura e ditadura*, encontramos o que chamaremos de *repetibilidades em relação à maternidade, no discurso feminino*. Essas repetibilidades constituem o discurso de mulheres peruanas, uruguaias, argentinas e brasileiras e carregam sentidos sobre a angústia e o medo de terem seus filhos torturados. Os dois testemunhos a seguir, recortes dos trabalhos de Sapriza (2009) e Cruvinel (2015), focam nessa questão da maternidade e do medo das mães em relação à tortura dos filhos:

[...] O que era mais forte para aqueles de nós que eram mães era isso... eles poderiam (silêncio) se envolver com nossos filhos ... então foi minha vez de ouvir que eles levaram meu filho. Não? (silêncio) Eles levaram meu filho à tortura que naquela época tinha 5 anos. [...] (Ex prisioneira política peruana) (CRUVINEL, 2015, p. 3, tradução nossa).

De todas as coisas que eu vivi, a mais difícil, a que me causou mais angústia e sofrimento é essa: minha condição de mãe no período histórico que tive que viver. [...] me parece que, em uma situação de cárcere, a mulher se sente muito culpada pelo sofrimento causado a seus filhos do que pode se sentir um homem quando separado da família. Essas coisas são mais dolorosas e custosas para a mulher e para mim foi muito (Ex prisioneira política uruguaia) (SAPRIZA, 2009, p. 72, tradução nossa).

Mesmo assombradas por esse medo, as militantes não se privavam de ter filhos, pois o movimento militante era concebido por elas como uma grande família, na qual, caso faltassem, qualquer companheiro podia ser um bom pai ou mãe para seus filhos (SAPRIZA, 2009).

Conforme Sapriza (2009), a tortura feminina configurava-se na relação poder, corpo, gênero feminino e ideologia, funcionando como um jogo, “[...] onde o abuso sexual, a violação aos corpos, a sedução foi praticada como um programa de escravização, a conquista de um troféu” (SAPRIZA, 2009, p. 73). A masculinidade do torturador estava, inclusive, ligada ao seu poder absoluto de causar dor e sofrimento. Para os torturadores, a tortura significava castigar “corpos anônimos”. Porém, o corpo feminino sempre foi considerado um objeto especial para os torturadores. Sapriza afirma que:

O tratamento das mulheres incluía sempre uma alta dose de violência sexual. Os corpos das mulheres – suas vaginas, seus úteros, seus seios -, ligados a identidade feminina como objeto sexual, como esposas e **como mães**, eram claros objetos de tortura sexual (SAPRIZA, 2009, p. 74).

Nessa direção, cabe refletirmos sobre esse torturador, sobre esse sujeito, e sobre o “prazer” que ele (torturador) manifestava ao causar dor no outro. Quem era esse torturador? Por que o tinha que ser? Por que estaria sua masculinidade ligada à dor e ao sofrimento?

1.1 OS PORÕES DA DITADURA: A HUMILHAÇÃO

Os porões foram os espaços nos quais agiam os “tribunais militares secretos, ‘sem rosto’, em que os supostos juízes estavam encapuzados ao proferirem as sentenças” (CRUVINEL, 2015, p. 34). Nesses porões, ficaram presas as militantes, onde eram torturadas, estupradas, isoladas e, algumas, até mesmo, assassinadas. Porões tomados como lugares de memória, memória de violação dos direitos, de violação do corpo e dos direitos sobre o corpo. Cruvinel (2015, p.34) compara esses porões com os campos de concentração, “de permanente exceção, especializados na docilização de corpos femininos”.

A jornalista Magali Moser, em artigo⁷ elaborado para o *Portal Desacato*⁸, relata uma visita aos porões da ditadura militar brasileira. Apoiados em seu relato, podemos entender melhor onde e como estavam organizados esses espaços. A antiga sede do Departamento de

⁷Visita ao inferno dos porões da ditadura militar brasileira. Disponível em: <<http://desacato.info/visita-ao-inferno-dos-poroes-da-ditadura-militar-brasileira/>>. Acesso em 25 de dezembro de 2017.

⁸O **Portal Desacato** foi fundado em 25 de agosto de 2007 com formato de Revista Virtual. Ao longo do tempo, passou a publicar charges, vídeos e projetos multimídia.

Ordem Política e Social (DOPS), entre 1940 e 1983, era o local onde agia a maior parte da organização de repressão política da ditadura militar. Desde o ano de 2009, nas dependências do prédio que abrigava a sede DOPS, foi implantado o **Memorial da Resistência**⁹. Em seu artigo, Moser traz um pouco da história do edifício que carrega a memória da repressão política, ao longo dos anos do regime militar:

Construído no início do século XX para abrigar escritórios e armazéns da Companhia Estrada de Ferro Sorocabana, o edifício testemunhou a prisão e tortura de presos políticos como Freis Betto e Tito, Dilma, Wladimir Herzog, Rose Nogueira, Elza Lobo. Hoje se dedica à preservação da memória política do país. É possível visitar as celas onde os presos políticos ficavam detidos. Logo no início, os sons de cadeados abertos, fotos tiradas e da máquina de escrever criam a ideia de que o visitante está dando entrada no DOPS. O DOPS/SP esteve por anos sob a responsabilidade do delegado Sérgio Paranhos Fleury, responsável direto por torturas e assassinatos (MOSER, 2012, s. p).

Como exposto por Moser, o DOPS atuava em prol do Estado, era o espaço onde se consumava a prisão e a tortura dos sujeitos que eram caçados e privados da liberdade. O delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, citado por Moser, é um policial que atuou como delegado do DOPS. Fleury é citado em testemunhos de várias militantes, que ligam seu nome ao sadismo e ao abuso do corpo feminino. O testemunho de Rose Nogueira, ex-militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), publicado no livro *Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*, reflete essa postura de Fleury em relação às mulheres:

‘Sobe depressa, Miss Brasil’, dizia o torturador enquanto me empurrava e beliscava minhas nádegas escada acima no Dops. Eu sangrava e não tinha absorvente. Eram os ‘40 dias’ do parto. Na sala do delegado Fleury, num papelão, uma caveira desenhada e, embaixo, as letras EM, de Esquadrão da Morte. Todos deram risada quando entrei. ‘Olha aí a Miss Brasil. Pariu noutra dia e já está magra, mas tem um quadril de vaca’, disse ele. Um outro: ‘Só pode ser uma vaca terrorista’. Mostrou uma página de jornal com a matéria sobre o prêmio da vaca leiteira Miss Brasil numa exposição de gado. Riram mais ainda quando ele veio para cima de mim e abriu meu vestido (NOGUEIRA, 2010, p. 45).

Os dizeres de Fleury e de outro torturador, chamando Rose Nogueira de “vaca”, de “vaca terrorista”, por ser mulher, por estar amamentando, retomam o discurso patriarcal machista da mulher apenas como um corpo, que tem por função reproduzir, sendo vista como um animal. Na fala do torturador, Nogueira ainda é chamada de terrorista. O testemunho de Nogueira nos leva a compreender que os sentidos nunca são novos, que fazem parte do já

⁹**Memorial da Resistência de São Paulo.** Disponível em: <<http://memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?mn=4&c=83&s=0>>. Acesso em: 25 de dezembro de 2017.

dito, do já posto, que funcionam no interdiscurso. O dizer “Vaca terrorista” é um dizer que volta entre os anos de 2015 e 2016, durante o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, como um discurso de ódio e também como um discurso de chacota¹⁰ sobre a presidenta.

Outro local utilizado como centro clandestino de tortura foi a *Fazenda 31 de Março*, assim denominada em “homenagem” a data do golpe militar. O espaço foi concedido pelo empresário Joaquim Rodrigues Fagundes aos agentes da repressão militar (PROGRAMA LUGARES DA MEMÓRIA, 2014).

As dependências do DOI-Codi/SP e DOI-Codi/RJ também são citadas, inúmeras vezes, nos testemunhos das militantes. São espaços que as militantes nomeiam e localizam em sua memória, são lugares que carregam essa memória:

A nossa prisão foi muito violenta. **Fomos levados para o DOI-Codi, onde fomos muito torturados.** As torturas foram tudo que você pode imaginar. Pau de arara, choque, violência sexual, pancadaria generalizada. Quando chegamos lá, tinha um corredor polonês. Todas as mulheres que passaram por ali sofreram com a coisa sexual. Isso era usado o tempo todo (JANE, 2010, p. 125, grifo nosso).

Dois homens entraram em casa e me sequestraram, juntamente com meu marido, o jornalista Paulo Markun. **No DOI-Codi de São Paulo, levei choques nas mãos, nos pés e nas orelhas, alguns tapas e socos, sendo inquirida sobre colegas de universidade e suas supostas ligações com o PCB.** Durante o tempo em que isso aconteceu, eu usava um capuz preto que sufocava. Num determinado momento, eles extrapolaram e, rindo, puseram fogo nos meus cabelos, que passavam da cintura. Imediatamente retirei o capuz, apaguei o fogo com ele e encarei meu algoz, um senhor com rosto de pai de família e uns 60 anos de idade. Os torturadores auxiliares perguntaram: ‘E agora, acabamos de vez com ela?’. Tornei a olhar para o mais velho nos olhos e falei: ‘Isso que vocês estão fazendo comigo é um absurdo, sou católica e vou batizar minha filha no domingo’. E perguntei: ‘Você acredita em Deus? Você tem filhos?’. Os mais jovens avançaram sobre mim, e o mais velho disse: ‘Deixa’. Logo depois, fui jogada numa cela com outras mulheres (FRATE, 2010, p. 128, grifo nosso).

Logo que fui levada ao DOI-Codi/RJ – depois de três dias no Dops – recebi na cela onde estava, um pouco antes de a tortura começar, uma estranha ‘visita’: Amílcar Lobo, que se disse médico. Ele tirou minha pressão e perguntou se eu era cardíaca. Ou seja, preparou-me para a tortura para que esta fosse mais eficaz. Os guardas que me levavam, frequentemente encapuzada, percebiam minha fragilidade e constantemente praticavam vários abusos sexuais contra mim (COIMBRA, 2010, p. 157, grifo nosso).

Jane, Frate e Coimbra relatam as torturas que sofreram, evidenciando, principalmente, a questão do abuso sexual: “todas as mulheres que passaram por ali sofreram com a coisa sexual. Isso era usado o tempo todo” / “[...] constantemente praticavam vários abusos sexuais

¹⁰**Bovinamente, a vaca terrorista da Dilma vai escapar do matadouro.** Disponível em: <<http://pinheirochumbogrosso.blogspot.com.br/2017/04/bovinamente-vaca-terrorista-da-dilma.html>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2017.

contra mim”. O sistema repressivo brasileiro, atuante no período ditatorial militar, apresentava peculiaridades em relação às práticas de tortura centradas no gênero. Considerar essa violência, focada no gênero, permite-nos problematizá-la, já que, em nossa sociedade, ela ainda se faz presente, não em práticas de tortura, mas no convívio diário, no qual as mulheres sofrem com o abuso, o estupro, a violência doméstica, o sequestro, a violência psicológica. Tega (2015) disserta sobre a complexidade de se refletir acerca da violência de gênero:

Examinar a violência a partir de uma perspectiva de gênero é, portanto, uma tarefa complexa, pois implica denunciar e desativar os mecanismos de poder patriarcal que operam sobre os corpos marcados pelo gênero [*gendrados*], historicamente controlados a partir de um especial poder sobre a sexualidade e a maternidade, provocando a subordinação e a opressão das mulheres num sistema que se expressa fundamentalmente pelas violências físicas e simbólicas contra o corpo feminino (TEGA, 2015, p. 161).

Arantes (2010) relata que o corpo da mulher ficou à deriva dos desejos malignos do torturador, desejos autorizados/permitidos por seus “superiores e mandantes”. Havia a tentativa de usar tudo o que constituía essas mulheres contra elas. Observamos, a partir de um primeiro gesto interpretativo de alguns testemunhos de mulheres militantes brasileiras, publicados no livro *Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*, que o torturador se valia de sua condição de mãe e dessa tomada de posição sujeito-mãe (ao ver os que os filhos foram pegos, ao receber os filhos na sala de tortura, ao saber que os filhos estavam nas dependências do DOPS) para ameaçá-las em relação à maternidade e fazer com que confessassem algo para proteger seus filhos. Arantes (2010) afirma:

A tentativa de destituir a mulher de seu lugar feminino, de mulher, de mãe, não encontrou nos porões da ditadura qualquer trégua. O lugar de cuidadora e de mãe foi vulnerado com a ameaça permanente aos filhos também presos ou sob o risco de serem encontrados onde estivessem escondidos (ARANTES, 2010, p. 30).

Cruvinel (2015) vai chamar os porões de tortura, nos quais foram torturadas as prisioneiras políticas do Partido Comunista do Peru, de “espaços de exceção”, lugares onde a violência contra a mulher era “naturalizada e silenciada nas sociedades contemporâneas em tempos de suposta paz, nos supostos Estados de Direito” (CRUVINEL, 2015, p. 35). Entendemos que os porões da Ditadura Brasileira se constituem, também, nesse espaço de exceção, que, localizando-se abaixo, na camada inferior, é o lugar daqueles que estariam “atrapalhando” a “suposta” paz instaurada pelo governo ditatorial militar. Essa suposta paz era promovida através de um silêncio imposto pela violência institucionalizada pelo Estado.

Para tratar dessas condições de produção e compreender o funcionamento das ações do Estado, cabe trazeremos à baila uma reflexão sobre a noção de Estado, proposta por Althusser (1985):

O Estado é uma “máquina” de repressão que permite às classes dominantes (no século XIX à classe burguesa e à “classe” dos proprietários de terras) assegurar a sua dominação sobre a classe operária para a submeter ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, à exploração capitalista). [...] O aparelho de Estado que define ' Estado com a força de execução 'e de intervenção repressiva, “ao serviço das classes dominantes”, na luta de classes travada pela burguesia e pelos seus aliados contra o proletariado é de facto o Estado, e define de facto a “função” fundamental deste (ALTHUSSER, 1985, p. 31).

Compreendemos que as ações do Estado privilegiam a classe dominante em relação à classe dominada. Nesse privilegiar, pensando no governo militar enquanto classe dominante detentora de poder em relação as outras, entendemos que, embora a busca pelo poder sempre constitua uma luta, a luta entre Estado e militantes não era “justa”, no sentido de força política. Essa luta, essa repressão do Estado sobre os militantes, ocorria não só pelo poder, que já estava centralizado nas “mãos” dos militares, mas também pelo modo de conservação desse poder:

O Estado (e a sua existência no seu aparelho) só tem sentido em função do poder de Estado. Toda a luta de classes política gira em torno do Estado. Quer dizer: em torno da detenção, isto é, da tomada e da conservação do poder de Estado, por certa classe, ou por uma aliança de classes ou de fracções de classes. Esta primeira precisão obriga-nos, portanto a distinguir o, poder de Estado (conservação do poder de Estado ou tomada do poder de Estado), objetivo da luta de classes política por um lado, e o aparelho de Estado por outro lado (ALTHUSSER, 1985, p. 36-37).

Althusser diz que a luta de classes por poder de Estado diferencia-se do Aparelho de Estado. Dessa perspectiva, entendemos que o poder de Estado está para a detenção do poder, e o Aparelho de Estado está para como se mantém esse poder, seja pela repressão, seja pela violência, é aquilo que legitima, que realiza tais ações. Nessa acepção, sabemos que o Estado queria poder sobre os cidadãos, sobre seus pensamentos, sobre suas ações. No caso dos grupos de militância, a questão era a ameaça que esses representavam para o “poder” estabilizado. Os representantes do Estado, isto é, os militares, que sequestravam, prendiam e torturavam os militantes, buscavam apagar o confronto existente naquelas condições de produção, uma vez que uma ditadura não admite a resistência, não admite a falha na interpelação dos sujeitos.

Ao trabalharmos com testemunhos de mulheres vítimas desse torturador “sem rosto”, que se utilizava de diversos métodos para que elas realizassem uma delação, vemos o

Aparelho de Estado agindo, buscando o controle, visando manter o poder. O torturador apropriava-se do fato de as mulheres serem mães, esposas ou, ainda, de sua cor, raça, condição física e, até mesmo, de detalhes íntimos de seu corpo para intimidá-las e inferiorizá-las. No testemunho de Maria Diva de Faria, temos exposta essa questão:

Os torturadores falavam muito das presas, ridicularizavam, gritando para você ouvir. Eram coisas libidinosas, como do tamanho da vagina de uma pessoa que eu conhecia. Uma vez, eles me chamaram para um interrogatório com um homem negro que diziam ser um psicólogo. Isso foi muito tocante para mim, porque é claro que chamaram um homem negro para eu me sentir identificada. Um dia, eles me chamaram no pátio e lá estava o satanás encarnado, o capitão Ubirajara [codinome do delegado de polícia Laerte Aparecido Calandra], apoiado num carro, e um outro ao lado dele em pé, e um bando de homens do outro lado. Ele me pôs para marchar na frente dele, para lá e para cá, para lá e para cá durante um bom tempo. E os homens falando: ‘Ô negra feia. Isso aí devia estar é no fogão. Negra horrorosa, com esse barrigão. Isso aí não serve nem para cozinhar. Isso aí não precisava nem comer com essa banhona, negra horrorosa’. E eu tendo de marchar. Imagine só, rebaixar o ser humano a esse ponto... (FARIA, 2010, p. 57).

A partir das palavras de Maria Diva de Faria, entendemos que há a tortura psicológica, física, racial, o rebaixamento do ser humano, a humilhação. Pierre Ansart (2005) desenvolve um estudo sobre as humilhações, afirmando que, para caracterizá-las, é necessário explorar dois níveis de análise, a saber:

Em primeiro lugar, entendemos por humilhação uma ‘situação’ particular na qual se opõem, em uma relação desigual, um ator (individual ou coletivo) que exerce uma influência, e, do outro lado, um agente que sofre esta influência. A situação humilhante é, por definição, racional: comporta uma agressão na qual um sujeito (individual ou coletivo) fere, ultraja uma vítima sem que seja possível uma reciprocidade. A ausência de reciprocidade é aqui essencial [...] Além disso, este é o segundo nível de análise, a humilhação é um ‘sofrimento’. Ser humilhado é ser atacado em sua interioridade, ferido em seu amor próprio, desvalorizado em sua autoimagem, é não ser respeitado” (ANSART, 2005, p. 15)

Conforme Ansart (2005), a não reciprocidade daquele que sofre a agressão, e o sofrimento causado por aquele que é o autor da agressão, ferindo o amor próprio, não respeitando e atacando a autoimagem do outro, são as características da humilhação. Na prisão política da ditadura, o autor da humilhação é o torturador, e a vítima é o militante, que está presa e sofre com as práticas de tortura. Nos testemunhos das mulheres militantes, elas reconhecem essa “função da tortura”:

[...] o que mais dói é a humilhação de estar lá, uivando, com o corpo empapado de merda e pulando sem poder controlar, pulando sem que a sua vontade possa impedi-lo. O objetivo da tortura é esse: vilipendiar você como pessoa, que seu corpo e sua vontade percam o controle e você se sinta um montão de carne, ossos, merda, dor e medo (CELIBERTI, 2010, p. 92).

Segundo Rosa (2013, p.117-118), “a tortura para fazer confessar tem alguma coisa de inquérito, mas também de duelo. Nesse duelo, o torturador quer arrancar de sua vítima a palavra que deseja ouvir, e não o que o outro tem a dizer”. O torturador, muitas vezes, tinha consciência de que a vítima não lhe diria algo de total importância naquelas condições de produção, porém tentava fazê-la falar aquilo que lhe convinha. Lúcia Coelho, ex-militante do Partido Operário Comunista (POC), relata certo sadismo por parte do torturador, como podemos constatar a partir de seu testemunho:

Eles abusam, violentam, de uma maneira ou outra, humilham, tornam objeto. Eles faziam a gente se sentir uma porcaria. Também faziam uma certa gozação, como se eu tivesse me metido nisso sem saber o que era. Eles tinham muito prazer na tortura. Não me pareceu que eles faziam por obrigação (COELHO, 2010, p. 158).

Questionamo-nos sobre esse sujeito torturador e sobre como ele tomava essa posição. Esses torturadores eram militares que tinham família, esposas, talvez filhos, e estavam diante de sujeitos assim como eles. Porém, baseados no testemunho de Coelho (2010), no qual a militante relata um “prazer” na tortura, somos levados a introduzir o conceito de *banalidade do mal*, trabalhado pela filósofa Hannah Arendt. Temos um Homem diante de outro Homem, porém torturar esse outro se torna algo normal, banal, um dever e, nas palavras da própria testemunha, “não parecia que eles faziam por obrigação”.

Hannah Arendt (1964), na obra *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, vai dar origem ao conceito filosófico de *banalidade do mal*. A filósofa vai pensar esse conceito quando, em Jerusalém, acompanha o julgamento de Adolf Eichmann, pela morte de milhares de judeus. Ao assistir o julgamento, Arendt entende que Eichmann é um homem como qualquer outro, isto é, não apresenta traços de sadismo, não é um psicopata, enfim, não sofre de nenhum distúrbio que o faça sentir prazer ao causar e ao assistir o sofrimento alheio. Além disso, o réu não apresentava traços de arrependimento ou de qualquer reflexão sobre o genocídio cometido, afirmava apenas ter cumprido ordens. Com isso, a pensadora concebeu que, através da doutrina imposta por Hitler, a violência era transformada em algo banal, fazer o mal tornou-se algo corriqueiro, possível de acontecer. Em conformidade com Arendt (1964, p. 326):

[...] somos forçados a concluir que Eichmann agiu inteiramente dentro dos limites do tipo de discernimento que se esperava dele: agiu de acordo com a regra, examinou a ordem expedida para ele quanto à sua legalidade “manifesta”, sua regularidade; não teve de depender de sua “consciência”, uma vez que não era

daqueles que não têm familiaridade com as leis do seu país. O caso era exatamente o contrário.

É como se o sujeito perdesse a capacidade de julgar suas atitudes em nome da proteção de um líder, como se o sujeito se desfizesse de sua consciência, para seguir a massa e não ter que pensar por si. No Brasil, os torturadores eram treinados para extrair uma delação daqueles que torturavam, como podemos observar nesse recorte do testemunho de Dulce Vargas: “muitos deles vinham assistir para aprender a torturar. E lá estava eu, uma mulher franzina no meio daqueles homens alucinados, que quase babavam” (VARGAS, 2010, p. 70). Sabemos, então, que os militares “aprendiam” a torturar e havia a autorização para tortura. Os torturadores buscavam uma delação, por isso espancavam e estupravam essas mulheres. Poderíamos refletir sobre a banalidade do mal, nas condições de produção da ditadura militar brasileira, pois a violência era tão intensa, e o torturador tão incansável em sua busca por uma delação, que já não se constituía mais em uma relação entre duas pessoas. O torturado já não era mais visto como semelhante, como um ser “igual” ao torturador.

No julgamento de Eichmann, esperava-se que ele pudesse se colocar como errado, mas como tudo o que ele fez fora “aprovado” por um líder e pelas leis desse líder, ele não conseguia fazer tal distinção, como afirma Arendt:

O que exigimos nesses julgamentos, em que os réus cometeram crimes “legais” é que os seres humanos sejam capazes de diferenciar o certo do errado mesmo quando tudo o que têm para guiá-los seja apenas seu próprio juízo, que, além do mais, pode estar inteiramente em conflito com o que eles devem considerar como opinião unânime de todos a sua volta (ARENDDT, 1964, p. 328).

Na Ditadura Militar Brasileira, as condições repetem-se, o golpe militar foi apoiado por muitos e as torturas nem sempre eram reveladas, porém aqueles que tinham conhecimento sobre a prática de violência, nos porões, achavam que as vítimas “mereciam”, já que não estavam cumprindo as regras. Além dos torturadores, haviam também os que chamaremos de “facilitadores”, sujeitos que compactuavam com a tortura e com as ações recorrentes dela, como médicos, enfermeiras e advogados. Selecionamos trechos dos testemunhos de duas militantes brasileiras que mostram a participação dos médicos na tortura:

Nesse dia, para apressar as coisas, o médico, irritadíssimo, induziu o parto e fez o corte sem anestesia. Foi uma experiência muito difícil, mas fiquei firme e não chorei. Depois disso, ficavam dizendo que eu era fria, sem emoção, sem sentimentos. Todos queriam ver quem era a ‘fera’ que estava ali (VEIGA, 2010, p. 76).

Eu passei muito mal, comecei a vomitar, gritar. Aí me levaram para a cela e, dali a pouco, entrou um médico com outros torturadores. Ele me examinou, tomou minha pressão e o torturador perguntou: ‘Como ela está?’. E o médico respondeu: ‘Tá mais ou menos, mas ela aguenta’ (PANDOLFI, 2010, p. 58).

De acordo com os testemunhos de Veiga e Pandolfi, podemos observar que haviam profissionais que agiam juntamente com os torturadores, “qualificando” as vítimas para a tortura, ocultando arquivos, informações, defendendo os torturadores de denúncias.

A tortura começa com a prisão, tirar esse sujeito de sua família, impedi-lo de circular no espaço público. Na prisão, há a violência, o desrespeito, a redução de um sujeito pensante a um animal, que se encontra em condições insalubres de sobrevivência. O corpo tenta reagir, mas logo o psicológico é afetado e, então, a situação piora. Nesse jogo de tortura, agem todas as entidades que funcionam como Aparelho Repressivo de Estado, são elas:

[...] o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões, etc., que constituem aquilo a que chamaremos a partir de agora o Aparelho Repressivo de Estado. Repressivo indica que o Aparelho de Estado em questão “funciona pela violência”, - pelo menos no limite (porque a repressão, por exemplo, administrativa, pode revestir formas não físicas) (ALTHUSSER, 1985, p. 43).

A prisão política, durante a ditadura militar, visava manter uma “ordem”, haja vista que os militantes eram considerados baderneiros, marginais e terroristas. Ademais, criava-se uma barreira ideológica do restante da população com esses sujeitos, visto que, por mais que estivessem sendo vítimas do sistema, eram inferiorizados e tinham sua imagem denegrida. Na ditadura militar brasileira, houve uma inversão, pois quem estava cometendo o crime, atentando contra a vida dos próprios cidadãos, era o Estado e não o contrário. O regime, que teve seus piores anos de 1964 a 1974, repudiava e punia toda e qualquer manifestação considerada suspeita, jornais, revistas, livros, peças de teatro, filmes, músicas e outras quaisquer formas de expressão. Muitos professores, políticos, músicos, artistas e escritores foram considerados suspeitos, presos e torturados. Podemos entender que os militares queriam um silenciamento do povo a qualquer custo, e as formas usadas para tal propósito foram a censura e a tortura. Famílias foram presas, maridos e mulheres separados de seus filhos e torturados por defenderem seus ideais. Através dessas prisões, o Estado queria o poder sobre os sujeitos e não poderia deixar que essa ideologia contrária (comunista) pudesse atravessar os outros sujeitos.

A quem devemos atribuir a autoria das torturas ocorridas durante a ditadura militar? Àqueles que praticavam o ato de torturar? Àqueles que determinavam as ordens de tortura? Todos que, de alguma forma, estiveram envolvidos devem responder, mas o torturador, ou

seja, quem violou os direitos das vítimas, foi o Estado, perseguindo e torturando, enquanto Aparelho Repressivo.

1.2 TESTEMUNHO: RASTRO, MEMÓRIA, LEMBRANÇA

Somos afetados pelo que assevera Gagnebin (2006) sobre a testemunha. A autora declara que testemunha não é somente quem presenciou um ato, ou quem diz “ter visto com os próprios olhos”, é, também, quem não vai embora, quem ouve a narração do outro, quem aceita as palavras do outro. Não apenas num ato de compaixão ou de remorso, “mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente” (GAGNEBIN, 2006, p. 57). No testemunho, temos uma memória revelada, que tenta construir uma história, preenchida pelo tempo-agora, proporcionando uma nova compreensão. Compreendemos que “[...] o testemunho é da ordem do memorizável, esse é um dos seus aspectos. Dar um testemunho aponta para um falar urgente, para o não esquecer e para um não deixar os outros esquecerem.” (MARIANI, 2016, p. 50-51). Entendemos que é pela/na narratividade que podemos “capturar” a memória em funcionamento na relação entre sujeito, discurso e exterioridade. É a narratividade, como forma de construção de uma linearidade, que viabiliza a observação de uma memória que se textualiza e se conta nos testemunhos.

Os testemunhos das mulheres torturadas, durante a ditadura militar no Brasil, nos proporcionam essa outra compreensão dos acontecimentos, visto que nos permitem ter acesso a algo que ainda permanece velado. Além disso, os testemunhos nos explicitam outra visão sobre a relação desigual que se estabeleceu durante a ditadura militar brasileira, entre aqueles sujeitos que a sustentavam e os que a combatiam. Com isso, “essas histórias singulares e, ao mesmo tempo, essencialmente coletivas materializam a convicção de que a produção social da história é feita de atos, palavras e, sobretudo, gestos nunca imaginados” (ARANTES, 2010, p. 30).

Ricoeur (1995) propõe pensar a construção da história partindo de rastros deixados pelo passado. Desse passado que “nos habita e estrutura involuntariamente, inconscientemente, o tecido com o qual nós somos feitos” (ROBIN, 2016, p. 219). Remontemos ao que postula Régine Robin (2016) sobre o controle, a distorção, a celebração e a ocultação do passado:

O passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa à mercê da própria sorte. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente (ROBIN, 2016, p. 31)

O passado que vem pelos testemunhos de mulheres que foram presas e torturadas durante o período ditatorial militar brasileiro. Gagnebin (2006), ao movimentar a noção de rastro na tradição filosófica e na psicológica, afirma que “o rastro inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente” (GAGNEBIN, 2006, p. 44). Essa falta constitutiva da memória, esburacada, incompleta, alerta-nos para sua fragilidade, de maneira que devemos considerar a importância do registro e da luta contra o silenciamento, inscrever essa lembrança, percorrer esse rastro para registrar essa memória da resistência à ditadura são tarefas políticas. Uma tarefa que ajuda na “não repetição do horror (que infelizmente se reproduz constantemente)” (GAGNEBIN, 2006, p. 47).

Segundo Orlandi (2012a), a memória é tratada como interdiscurso quando pensada em relação ao discurso. A autora também denomina interdiscurso como memória discursiva, definida como: “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2012a, p. 30). É a memória discursiva que torna possível o dizer, visto que, para a AD, o sujeito não é a origem do dizer, há sempre um saber discursivo que é da ordem do já-dito, do pré-construído, que irá sustentar o dizer do sujeito. Desse modo, neste estudo, os sentidos sobre a maternidade, que estão funcionando nos testemunhos das militantes, já foram ditos por alguém, em algum momento. São sentidos constituídos, historicamente, e que vão ser (re)produzidos nas condições de produção da ditadura militar brasileira e, mais tarde, nos testemunhos das militantes. Orlandi (2012a) sustenta que há uma relação entre o já-dito e o que está se dizendo. Para a autora, trata-se de dois eixos confluentes em discurso, em que o já-dito é o interdiscurso, o sentido; e o que está se dizendo, em determinado momento, em condições dadas, é o intradiscurso, a formulação.

Com isso, os rastros para a construção de uma possível memória encontram-se no eixo da constituição do sentido e, quando estes são discursivizados nos testemunhos, temos uma atualização, temos o já-dito, porém dito de outra maneira. Os sentidos sempre podem deslizar, sempre podem vir a serem outros, nesse embate entre memória e atualidade.

O encontro entre memória e atualidade, constituinte de todo o dizer, conduz-nos a pensar na dificuldade de narrar um trauma, de lembrar a tortura, afinal, toda a vez que se trata sobre a tortura, sobre a ameaça ao filho, outros sentidos ressoam, ecoam. Ao refletirmos sobre

essa questão do ponto de encontro entre memória e atualidade e sobre o deslizamento de sentidos sempre possível, podemos considerar que o discurso é sempre pensado como estrutura e acontecimento e, dessa forma, passível a deslocamentos de sentidos, equívocos e novos processos de significação. De acordo com o Orlandi (2007, p.103) “como acontecimento, o discurso não para de significar e pode vir a significar de muitas e diferentes maneiras. [...] o sentido sempre pode ser outro. Porque tem materialidade, historicidade.”

Mesmo que, agora, exista a possibilidade de “denunciar” a tortura e o torturador, ainda existe a impotência diante dos fatos, pois não se pode mudar o que aconteceu, o que perpetua o sofrimento e perpassa os testemunhos dessas mulheres. Faz sentido, para nós, o “para que não se repita, para que não aconteça de novo”, que prevalece em cartazes, livros, testemunhos sobre a ditadura. Não é possível mudar o passado, mas é possível não deixar que ele se repita. Remontemos ao que diz Gagnebin (2006): “hoje não existe mais nenhuma certeza de salvação, ainda menos de Paraíso. No entanto, podemos e – talvez mesmo devamos – continuar a decifrar os rastros e a recolher os restos” (GAGNEBIN, 2006, p. 118). Cabe a nós a tarefa de percorrer os rastros do passado e recolher os restos, não permitindo o esquecimento ou apagamento daquilo que está na memória.

1.3 LEMBRAR PARA RESISTIR: A POLÍTICA DO SILÊNCIO

Iniciamos essa sessão com um trecho de Fuks (2015, p. 22): “*Toda cicatriz grita ou é apenas a memória de um grito, um grito calado no tempo? Tantas vezes a vi, tão fácil a reconheço, mas não sei dizer o que grita, ou o que cala, aquela cicatriz.*”. Para que não se repita, para que não aconteça de novo, para que não se esqueça. São ideias recorrentes em arquivos relacionados aos acontecimentos referentes aos grupos de militância na ditadura brasileira. É lembrando, (re)construindo essa memória, que aqueles que foram torturados, presos, ou tiveram familiares, amigos que passaram por isso, resistem. É registrando, fazendo circular, que se resiste. É nesses e por esses testemunhos, por meio dos quais as mulheres-militantes-mães relatam as torturas que viveram, que elas resistem e existem.

A pesquisadora Flávia Schilling (2010), que foi militante no Uruguai, trabalha a questão do funcionamento da memória ou da construção da memória enquanto forma de resistência. Schilling (2010) coloca que há uma diferença entre a memória no Brasil, a memória na Argentina e a memória no Uruguai e que essa diferença está relacionada com a especificidade de cada país. Isso quer dizer, no Brasil, há uma construção do esquecimento, não se diz sobre a memória da resistência. Na Argentina, há uma espécie de “obsessão pela

memória”, segundo a pesquisadora, há um material de divulgação que é passado nas escolas, referente aos acontecimentos da ditadura. Já no Uruguai, há um trabalho maior em relação à memória: uma coleção de relatos sobre a memória da resistência, intitulada *Memória para Armar*. O “armar”, do título da coleção, estaria vinculado a certa ideia de memória como quebra-cabeça, uma memória “[...] constituída por peças, por fragmentos e por pedaços, como um quebra cabeça” (SCHILLING, 2010, p. 143).

Essa ideia de memória, que se “arma”, remonta-nos ao que Pêcheux (1999) vai postular sobre a memória como “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização...um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 1999, p. 56). Isto é, a memória como esse espaço de sentidos, os quais sempre podem vir a ser outros, que sempre podem voltar, que podem ser desmontados e montados, novamente. Segundo Schilling (2010), a memória tem um lado individual e um lado coletivo:

A memória, é verdade, é sempre individual, é uma construção individual, mas ela só pode ser constituída coletivamente, cada um coloca um pedaço, um fragmento dessa memória em algo maior, num coletivo. Então, existe o lado individual e o lado coletivo nessa memória que é como um quebra-cabeça (SCHILLING, 2010, p. 143).

O resultado do quebra-cabeça nem sempre será legível e coerente como no quebra-cabeça convencional. Nesse quebra-cabeça, nessa memória que se “arma”, o resultado pode ser nebuloso, inelegível. Para a autora, esse trabalho com a memória, no Uruguai, contempla a “compreensão da memória com sua dimensão individual e coletiva, sem a pretensão de levar a algo necessariamente completo, legível e coerente” (SCHILLING, 2010 p. 143-144). Há outra possibilidade em que a referida autora se ampara, ligada à “memória para armar”: “Ela nos diz que a memória nos arma de alguma maneira. É um instrumento, uma arma, e nos fortalece, de certa forma, para algum tipo de luta. [...] a memória é uma arma” (SCHILLING, 2010, p. 144).

É interessante pensarmos nessa memória para “armar”, no que se refere aos testemunhos das militantes brasileiras. Pensamos nessa luta que essas mulheres relatam em seus testemunhos e na luta que é, para elas, lembrar, contar, dizer sobre. Essa memória arma-as, arma-as enquanto sobreviventes, enquanto testemunhas do ocorrido. Não esquecer, fortalece-as.

Poder ter acesso a esses testemunhos e trabalhar com eles é uma maneira de ir contra a política de esquecimento da memória da resistência à ditadura militar brasileira. Não se trata apenas de esquecimento, mas, também, de silêncio, há um silêncio sobre essa memória, um

silêncio que diz muito, pois carrega a falha e também o possível. “Presença e silêncio se enrolam no mesmo acontecimento da linguagem: o significar” (ORLANDI, 2002, p. 71).

Orlandi (2002) afirma que há uma política do silêncio que possui duas formas de existência ligadas: silêncio constitutivo e silêncio local. Nas palavras da autora, “a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada”, o que atesta que uma política do silêncio controla e limita o dizer. Desse modo, o sujeito “pode dizer” o que a situação discursiva permite e deve silenciar os sentidos “indesejáveis”. “A política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz [...] se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’, este sendo sentido a se descartar do dito” (ORLANDI, 2002, p. 73).

Essa política de silêncio/esquecimento, no Brasil, sobre a memória da resistência à ditadura militar, funciona através do desamparo, da não assistência aos militantes, familiares de desaparecidos que vivenciaram as condições de tortura. Além da não divulgação desses materiais, como o livro do qual selecionamos os testemunhos analisados nesse estudo, dos documentários que apresentam esse outro olhar sobre o período ditatorial. E, também, da falta de espaço para reflexão e conhecimento na esfera escolar sobre a história da ditadura e suas diferentes perspectivas.

PARTE II – TESTEMUNHO

2. PRIMEIROS GESTOS DE INTERPRETAÇÃO: A CONSTITUIÇÃO DE UM OBJETO

“Enterrar os casos, sem enterrar os mortos, sem abrir espaço para uma investigação. Manobra sutil que tenta fazer de cada família cúmplice involuntária. De uma determinada forma de lidar com a história.”
(B. Kucinski, 2011, s. p)

Segundo Pêcheux (1997, p. 77), o discurso “[...] é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas [...]”, ou seja, os dizeres são produzidos em condições determinadas que vão constituir esse discurso, tais condições determinadas constituem o que chamamos, na AD, de condições de produção. Assim, o que faremos, nesta seção, é apresentar as condições em que foram produzidos os discursos que analisamos, isto é, de onde essas mulheres falam, para quem e por quê? Sabemos que as condições de produção são pensadas por Orlandi (2012a) em sentido estrito e amplo. Estritamente, vão dar conta do contexto imediato da enunciação, enquanto que, amplamente, dão conta do imaginário produzido pelas instituições, sobre o já-dito, sobre a memória. A autora vai chamar essa memória do dizer, que é acionada pelas condições de produção, de *Interdiscurso*, que se define por aquilo que já foi dito antes, em outro lugar e, agora, ressoado novamente, pelo discurso, é capaz de produzir novos sentidos. Orlandi (2012a) contrasta as noções *interdiscurso* e *intradiscurso*, formulando-as a partir de dois eixos: o interdiscurso estaria relacionado com o eixo da constituição, “um eixo vertical onde teríamos todos os dizeres já ditos – e esquecidos que representam o dizível” (p. 32), já o intradiscurso estaria relacionado à formulação, um eixo horizontal, “isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas” (ORLANDI, 2012a, p. 33).

Temos, nos testemunhos dessas mulheres, presas e torturadas, na ditadura militar brasileira, representados esses dois eixos, visto que, por se tratar de testemunhos, de lembrar algo testemunhado, relatando o que foi vivido, está funcionando a memória, aquilo que constitui o sujeito, e há uma atualização, porque se trata do que passou e se abre a possibilidade de interpretação e de sentidos outros. Para Orlandi (2012a), toda a enunciação encontra-se no entrecruzamento entre memória (constituição) e atualização do já-dito (formulação). Ainda, de acordo com Orlandi, outros fatores intervêm no funcionamento das condições de produção:

As condições de produção, que constituem os discursos, funcionam de acordo com certos fatores, um deles é o que chamamos de relação de sentidos. Segundo essa noção. Não há discurso que não se relacione com os outros. Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros (ORLANDI, 2012a, p. 39).

O que Orlandi destaca são essas conexões entre os testemunhos, não havendo um início ou término do discurso, mas sim uma relação de continuidade, pois além de o sujeito estar inserido no processo discursivo, ou seja, produzindo sentidos, ele também está sendo interpelado por eles.

Apresentamos, neste capítulo, as condições de produção em que se constituem os testemunhos que analisamos. Dissertamos, em um primeiro momento, brevemente, sobre o projeto *Brasil: nunca mais*, em um segundo momento sobre a *Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos* e, por fim, sobre a *Comissão Nacional da Verdade*, uma vez que, para tratar dos arquivos da ditadura, não há como não apresentar esses três momentos que foram de extrema importância, “tanto para apuração das graves violações aos direitos humanos quanto para o arquivamento dos documentos que comprovavam as acusações” (FIGUEIREDO, 2017).

2.1 ARQUIVOS DA DITADURA BRASILEIRA: UMA HISTÓRIA VELADA

O projeto *Brasil: nunca mais* era constituído por religiosos, jornalistas e advogados, entre eles estava o arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, e o reverendo Jaime Wright. As iniciativas dos integrantes do projeto começaram em 1979, quando o grupo passou a fotocopiar os processos nos tribunais militares no tempo destinado à avaliação pelos delegados. A iniciativa foi motivada pelo receio de uma possível queima de arquivo, do desaparecimento dos documentos que continham depoimentos das vítimas, nomes dos acusados, inquéritos policiais. Foram fotocopiados, ao total, 710 processos, envolvendo 7367 acusados em processos criminais e 1034 em inquéritos policiais. Dom Evaristo Arns decidiu reunir as quase 900 mil fotocópias resultantes desse trabalho em um livro, porém, de forma sucinta e resumida. Assim, foi criada uma equipe de redação sob direção de Paulo Tarso Vannuchi, e foi produzido o livro *Brasil: nunca mais*, publicado em 1985 (FIGUEIREDO, 2017).

A década de 1980 foi marcada por um ambiente de “perdão”, porém um perdão que significou silêncio, concedido pelo Estado aos que eram acusados de crimes contra o mesmo,

que se encontravam presos ou exilados. Não houve um pedido de perdão aos sujeitos que retornam à sociedade e sim uma concessão de liberdade. Kehl (2010) comenta que foi extremamente crítico o modo como o governo tratou o final da ditadura:

Foi espantosa a displicência, diria mesmo a frivolidade, que caracterizou a maior parte do ambiente crítico dos anos 1980: como se a ditadura por aqui tivesse terminado não com um estrondo, mas com um suspiro – já que os estrondos foram inaudíveis para os ouvidos dos que nada queriam escutar. Como se pudéssemos conviver tranquilamente com o esquecimento dos desaparecidos. Como se nosso conceito de humanidade pudesse incluir tranquilamente o corpo torturado do outro, tornado – a partir de uma radical de identificação – nosso dessemelhante absoluto (KEHL, 2010, p. 128).

A partir do que coloca a autora, podemos entender que houve um descaso por parte, principalmente, do Estado enquanto órgão que deveria proteger e ter responsabilidade para/com esses sujeitos que pertenciam aos movimentos de resistência. As sobreviventes das violências não receberam nenhum tipo de apoio no final da ditadura e tiveram de se reestabelecer sozinhas. Sem acompanhamento psicológico, foi dada para elas uma única escolha: a de “aprender” a conviver com essa memória. E como lidar com isso? Simplesmente acabou? Como estão seus filhos, seus entes queridos, diante do desaparecimento, da dor, do silêncio? Que consequências tudo isso gerou? O Estado torturou seus próprios cidadãos e nada foi feito sobre isso após a troca de governo.

No ano de 1985, com a saída do presidente militar e entrada do presidente civil, marcando o início da redemocratização, o governo militar transferiu os arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), órgão de poder autônomo criado durante o regime militar, ao qual eram atribuídas as prisões, interrogatórios e torturas, para a Polícia Federal. Estes arquivos continham informações sobre os militantes presos, sobre cidadãos mortos pelos militares, relacionadas ao que realmente havia acontecido com os que ainda eram dados pela família como desaparecidos. Tais arquivos ainda permaneceram fechados e confidenciais por dez anos, até que, em 1992, o acesso foi liberado e as famílias de desaparecidos e presos políticos puderam consultá-los.

O que aconteceu na verdade é que estes documentos abrigavam a certeza que as famílias procuravam encontrar, nesses arquivos estavam atestados de óbito e listas de falecimento produzidas pelos próprios órgãos de repressão. Quanto aos corpos, restos mortais desses sujeitos, eram impossíveis de serem localizados. As famílias acabaram por realizar enterros simbólicos, na maioria das vezes com cerimônias, enterrando pertences dessas pessoas (*Verdade 12.528*, 2013). Figueiredo (2017) comenta a questão da ausência dos corpos

dos desaparecidos. A autora revela que mais do que um crime de ocultação de cadáver, tal atitude era uma afronta aos familiares das vítimas. Nas palavras da autora:

A questão do corpo é relevante no caso dos desaparecidos por que os familiares não conseguem elaborar o luto através da ritualização da morte. O sumiço do corpo representa um grande desrespeito, pois é próprio da morte humana a cerimônia do enterro ou da cremação. Não devolver o corpo aos familiares é tratar as pessoas como animais. Como Antígona, na tragédia grega, os parentes sabem que devem enterrar seus mortos (FIGUEIREDO, 2017, p. 135).

Destarte, temos o corpo significando mesmo após a morte, afinal a falta, a ausência do corpo não constrói o imaginário de morte, não há uma prova de que o sujeito está morto. Essa falta, essa ausência, remete-nos ao que disserta Fuks (2015), em seu romance *A Resistência*:

Nas páginas desse discurso conheci algo a mais: a atrocidade de um regime que mata e que, além de matar, aniquila os que cercam suas vítimas imediatas, em círculos infinitos de outras vítimas ignoradas, lutos obstruídos, histórias não contadas — a atrocidade de um regime que mata também a morte dos assassinados (FUKS, 2015, p. 78).

A falta do corpo, da “certeza” da morte, movimentam sentidos sobre os acontecimentos, de modo que por serem tratados como desaparecidos, há sempre uma esperança de volta dessas pessoas, pois se não há o corpo, se o ritual do óbito não é realizado, o “buraco”, “o vazio” sobre essa morte, permanece na memória.

2.2 A COMISSÃO ESPECIAL DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS (CEMDP)

Em 1995, o então presidente, Fernando Henrique Cardoso, sancionou a Lei 9.140, que estabelecia a reparação moral para as vítimas da ditadura militar no país, através de indenizações pagas para as suas famílias e a criação da *Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos* (CEMDP). Tal comissão se ocuparia de buscar o reconhecimento do Estado em relação à responsabilidade pelos crimes cometidos contra cidadãos participantes de movimentos de oposição, durante o regime militar, entre os anos de 1961 a 1988. (SANTOS, 2009)

Concomitantemente a promulgação da Lei 9.140, o Estado reconheceu e citou uma lista com 136 nomes de pessoas consideradas desaparecidas, assumindo o óbito desses sujeitos e a autoria dos crimes contra eles praticados. Esses nomes faziam parte do *Dossiê de mortos e desaparecidos políticos*, publicado em 1996, elaborado pela Comissão dos

Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMDP), que reuniu documentos encontrados nos acervos e a maior quantidade de informações sobre as vítimas. O *Dossiê de mortos e desaparecidos políticos* foi de grande importância, pois trouxe novas informações sobre os opositores do regime militar, configurando uma fonte para as investigações futuras. Santos (2009) traz algumas informações sobre o arquivo:

Nesse documento foram relacionados 358 casos separadamente, classificados como: “Mortes Oficiais”, “Desaparecidos no Brasil”, “Desaparecidos no Exterior”, “Mortes no Exílio” e “Outras Mortes”, além da lista de 152 pessoas desaparecidas no país devido à ação dos órgãos de segurança (SANTOS, 2009, p. 233).

Durante a ditadura, o termo *desaparecido* era a condição das pessoas que, mesmo tendo sido sequestradas, torturadas e assassinadas pelos órgãos de repressão, não tinham as prisões e mortes reveladas e assumidas pelos “órgãos de segurança”. Além disso, eram consideradas, pelo Estado, pessoas foragidas até a publicação da lei 9.140, em cinco de dezembro de 1995. No que se refere ao termo *mortes oficiais*, este define a situação das pessoas presas cuja morte foi reconhecida e divulgada pelos órgãos repressivos e, muitas vezes, tornava-se necessário localizar seus restos mortais enterrados sob nomes falsos. O ato de ocultação de cadáveres foi muito praticado durante o regime militar, na medida em que as autoridades sabiam as verdadeiras identidades daqueles que estavam sobre seu domínio, como comprovam diversos documentos encontrados nos arquivos dos antigos DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social).

Além do *Dossiê de mortos e desaparecidos políticos* e suas contribuições, a CFMDP conseguiu o direito de abertura da vala clandestina de Perus. A vala clandestina de Perus, localizada no Cemitério Dom Bosco, de Perus, na Periferia de São Paulo, foi um dos locais onde foram depositadas ossadas de mortos da ditadura militar, que lá foram sepultados com nomes falsos. A Vala foi aberta no ano de 1990, no dia 4 de setembro, e ali foram encontradas 1.049 ossadas de indigentes, presos políticos e vítimas dos esquadrões da morte. No mesmo ano, o jornalista Caco Barcellos, investigando a violência policial através de laudos necroscópicos do Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo, traz à baila, novamente, a história Vala de Perus, fazendo com que o fato ganhasse visibilidade na imprensa. Em virtude de tal repercussão do caso da Vala de Perus e, também, de todo o movimento da CFMDP, a prefeita de São Paulo, na época Luiza Erundina, apoiou a causa dos familiares e criou a Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus¹¹.

¹¹Informações sobre a Investigação das Ossadas de Perus retiradas da página informativa da CFMDP. Disponível em: <<http://cemdp.sdh.gov.br/modules/wfchannel/index.php?pagenum=1>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

A investigação teve investimentos da prefeitura de São Paulo, sendo a primeira medida tomada a transferência das ossadas, retiradas da vala clandestina, e encaminhadas ao Departamento de Medicina Legal da UNICAMP, para que fosse iniciado o processo de reconhecimento das vítimas. Com o término do mandato da prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, em dezembro de 1992, os familiares não tiveram mais o apoio financeiro da prefeitura e continuaram suas pesquisas sem respaldo institucional.

A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos¹², durante seus 11 anos de atuação, carregou a responsabilidade de:

Proceder ao reconhecimento de pessoas mortas ou desaparecidas em razão de graves violações aos direitos humanos ocorridas após o golpe civil-militar (1964); envidar esforços para a localização dos corpos de mortos e desaparecidos políticos do período ditatorial (1964-1985); emitir parecer sobre os requerimentos relativos a indenização que venham a ser formulados por familiares dessas vítimas; e adotar outras medidas compatíveis com suas finalidades que forem necessárias para o integral cumprimento das recomendações da Comissão Nacional da Verdade (CEMDP).

A CEMDP recebeu processos referentes a 475 vítimas, desse total, 136 nomes já constavam no Anexo I da Lei 9 140/95, relacionado aos desaparecidos. No que se refere aos outros 339 casos, foram objeto de análise da Comissão, sendo 221 casos deferidos e as famílias indenizadas, e 118 casos indeferidos (SANTOS, 2009).

Na última composição da CEMDP, em 2007, temos: Marco Antônio Rodrigues Barbosa, como Presidente; Pedro Wilson, representante da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados; Belizário dos Santos Junior, representante da sociedade civil; Diva Soares Santana, representante dos familiares; Maria Eliane Menezes de Farias, representante do Ministério Público Federal; e Coronel João Batista Fagundes, representante das Forças Armadas.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República elaborou o Projeto *Direito à Memória e à Verdade*¹³, o qual busca o não esquecimento da resistência à ditadura militar e, mais especificamente, a história de militantes que sofreram a perseguição, a tortura, o exílio, o banimento, a prisão, a morte e o desaparecimento forçado, por lutarem contra o regime ditatorial.

¹² Informações sobre a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos retiradas de sua página informativa. Disponível em: <http://cemdp.sdh.gov.br/modules/wfchannel/index.php?pagenum=1>. Acesso em: 24 abr. 2017.

¹³ Informações sobre o Projeto Direito à Memória e à Verdade, disponibilizadas na página da CEMDP. Disponível em: <http://cemdp.sdh.gov.br/modules/wfchannel/index.php?pagenum=1>. Acesso em: 24 abr. 2017.

Através do trabalho da CEMDP, no projeto *Direito à Memória e à Verdade*, definido pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, elaborado por meio das resoluções da Conferência Nacional de Direitos Humanos de 2008, há muita contribuição, no sentido de informar, aos mais diversos públicos, especialmente à juventude estudantil, uma versão dos acontecimentos históricos entre os anos e de 1964 a 1985, focando, principalmente, na história desses homens e mulheres que lutaram contra a repressão política. Para tanto, o Projeto tem publicado livros, organizado exposições fotográficas, palestras e seminários.

A CEMDP ouviu muitas pessoas e registrou esses testemunhos, preocupando-se em ter responsabilidade com o arquivo constituído por eles. Dessa forma, a Comissão foi contra a política de silenciamento imposta pós-ditadura, visto que ouviu essas pessoas, seus familiares, e buscou investigar os crimes cometidos. Por mais que seja dolorido de as vítimas lembrarem, relatar o que aconteceu é um ato necessário, para que essa história saia do silêncio. A historiadora Susel Oliveira da Rosa expõe uma reflexão sobre o papel da linguagem nesse sentido de trazer, novamente, uma memória, para que ela seja significada em outras condições de produção. Para a autora:

[...] mesmo que a linguagem possa fracassar na tentativa de abarcar os sentimentos e os sofrimentos envolvidos em situações traumáticas, precisamos inscrever na memória coletiva o trauma individual e social. Especialmente no Brasil, cuja memória do período da ditadura civil-militar é marcada por uma política de esquecimento que só recentemente – e de forma muito parcial e limitada com a criação das Comissões da Verdade, apesar de todo investimento das Comissões de Familiares e Mortos e Desaparecidos –, passa a dar lugar ao trabalho de luto e ao acerto de contas com o passado (ROSA, 2015, p. 310).

Falar do que aconteceu e de como aconteceu, partindo de um viés que não nos foi exposto é ir contra uma política de silenciamento que existe em torno de alguns acontecimentos, principalmente políticos. Assim, é sempre importante nos perguntarmos como fatos aconteceram, quem foram os envolvidos e considerar as diferentes versões.

Todos os casos analisados pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos encontram-se publicados no livro-relatório *Direito à Memória e à Verdade*. Desse livro-relatório, construído a partir do trabalho da CEMSP, além do livro já citado, procederam outras quatro publicações, divididas em volumes temáticos, como apresentaremos a seguir:

O livro-relatório *Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* (Figura 1) registra e divulga o trabalho realizado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos ao longo de 11 anos. A obra foi publicada

em 2007 pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos e contém 400 páginas. Ela está disponibilizada, eletronicamente, para download.

1º Livro: *Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*

Figura 1 - Capa do Livro *Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*

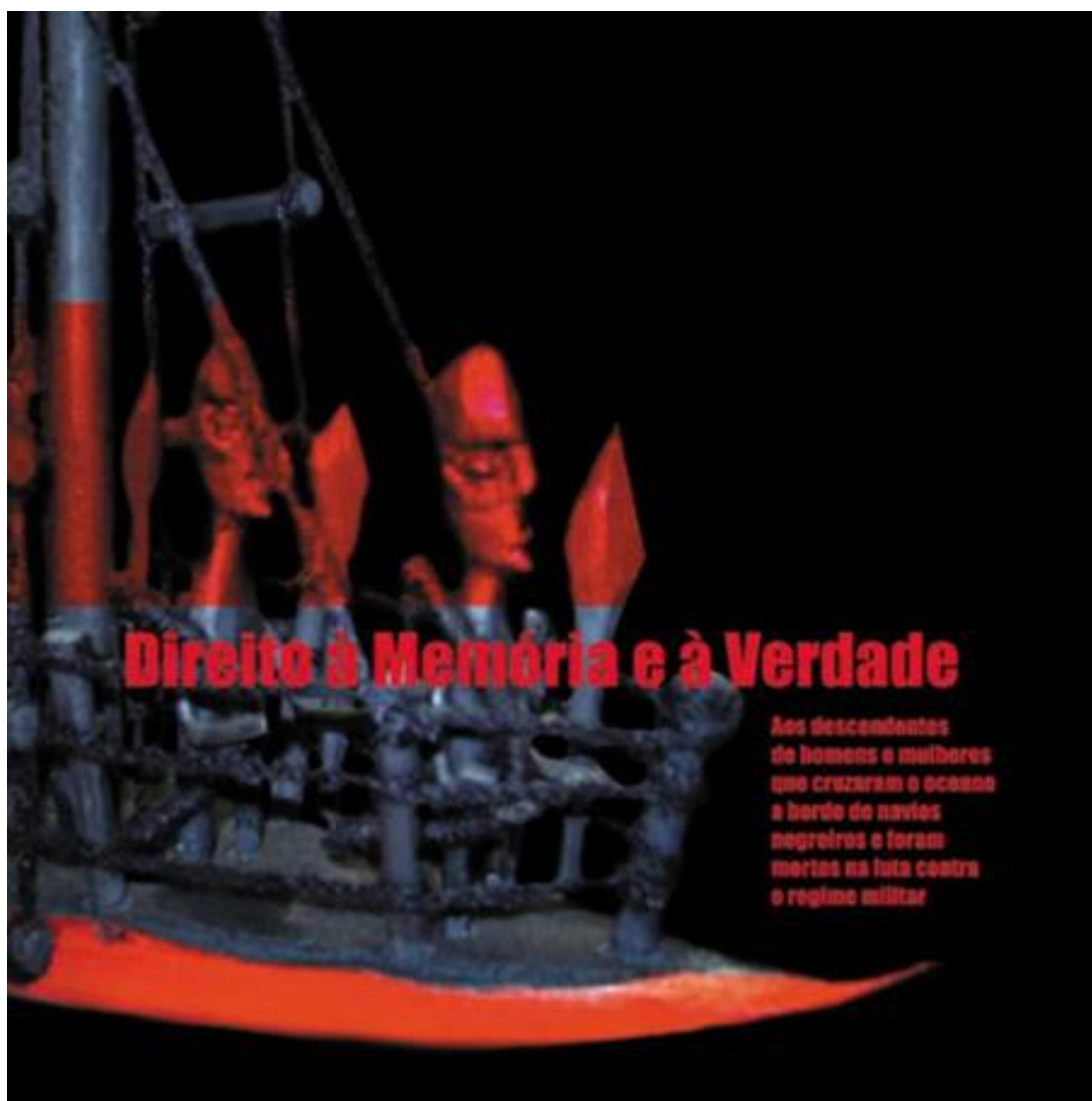


Fonte: Site¹⁴ da Comissão Especial de Mortos e desaparecidos políticos.

¹⁴ Disponível em: <<http://cemdp.sdh.gov.br/modules/news/index.php?storytopic=3&storynum=10>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

2º Livro: *Aos descendentes de homens e mulheres que cruzaram o oceano a bordo de navios negreiros e foram mortos na luta contra o regime militar*

Figura 2 - Capa do Livro *Aos descendentes de homens e mulheres que cruzaram o oceano a bordo de navios negreiros e foram mortos na luta contra o regime militar*



Fonte: Site¹⁵ da Comissão Especial de Mortos e desaparecidos políticos.

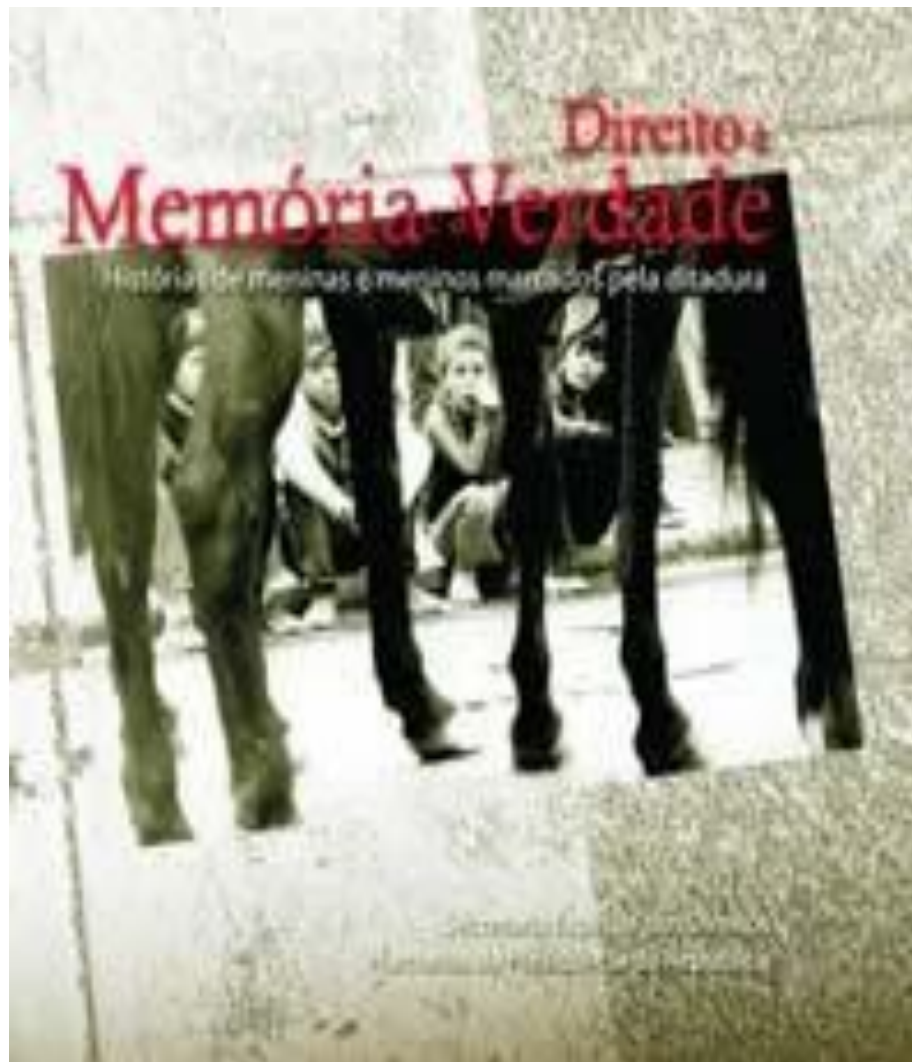
A publicação *Aos descendentes de homens e mulheres que cruzaram o oceano a bordo de navios negreiros e foram mortos na luta contra o regime militar* (Figura 2) foi lançada em 2009, a partir de uma parceria entre a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. O livro está disponibilizado eletronicamente, sendo permitido o seu download. Constitui uma

¹⁵ Disponível em: <<http://cemdp.sdh.gov.br/modules/news/index.php?storytopic=3&storynum=10>>. Acesso em: 15 de abril de 2017.

homenagem aos herdeiros, descendentes de Zumbi dos Palmares, bem como homens e mulheres que cruzaram o oceano em navios negreiros e lutaram contra a escravidão, o preconceito, a violência e a ditadura. “Uma gente que teve ancestrais escravos, mas morreu lutando por liberdade” (BRASIL, 2009, p. 3).

3º Livro: *Histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura*

Figura 3 - Capa do Livro *Histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura*



Fonte: Site¹⁶ da Comissão Especial de Mortos e desaparecidos políticos.

Histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura (Figura 3) foi lançado em 2009, pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos e está disponível, em modo digital. O

¹⁶ Disponível em: <<http://cemdp.sdh.gov.br/modules/news/index.php?storytopic=3&storynum=10>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

livro traz histórias de adolescentes ativistas políticos e relatos de uma infância e adolescência marcadas pela opção de seus pais em resistir à ditadura militar. “Com a palavra, os meninos e as meninas do Brasil” (BRASIL, 2009 p. 9).

4º Livro: *Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*

Figura 4 - Capa do livro *Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*



Fonte: Site¹⁷ da Comissão Especial de Mortos e desaparecidos políticos.

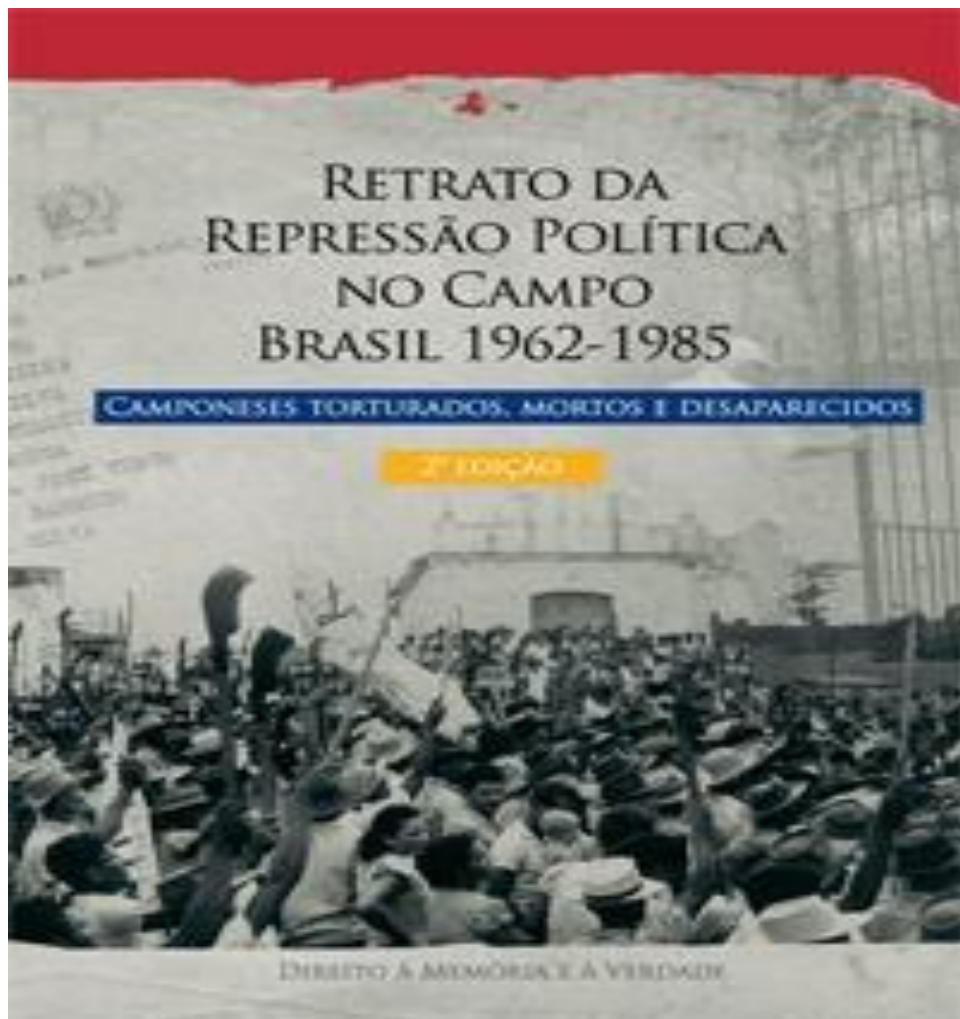
Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura (Figura 4) foi organizado por Tatiana Merlino e Igor Ojeda, lançado em

¹⁷ Disponível em: <<http://cempdp.sdh.gov.br/modules/news/index.php?storytopic=3&storynum=10>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

2010, em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, orientada por Nilcéa Freire. Nesse livro, estão publicados os testemunhos de mulheres que foram presas e torturadas durante os anos da ditadura militar no Brasil, a história de vida de mulheres que não sobreviveram à tortura e aos ataques do Estado e também fotos das vítimas e de alguns protestos femininos que ocorreram no período. O livro está disponível em formato digital e permite download.

5º Livro: *Retrato da Repressão Política no Campo - Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*

Figura 5 - Capa do Livro *Retrato da Repressão Política no Campo - Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*



Fonte: Site¹⁸ da Comissão Especial de Mortos e desaparecidos políticos.

¹⁸ Disponível em: <<http://cemdp.sdh.gov.br/modules/news/index.php?storytopic=3&storynum=10>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

Retrato da Repressão Política no Campo - Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos (Figura 5) foi organizado e escrito por Ana Carneiro e Marta Ciocari, lançado em 2010 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O livro tem por objetivo registrar e dar a conhecer a história daqueles que foram silenciados pela repressão, torturados e mortos. Porém, muitas vezes, não são lembrados, quando falamos de luta contra ditadura. Estamos tratando, aqui, dos camponeses, a quem o livro confere voz e registra a história.

No site¹⁹ da CEMDP, com o qual tivemos contato, encontramos e recortamos algumas das informações sobre essas produções bibliográficas, bem como sobre a própria constituição da comissão, membros, contatos, links de notícias relacionadas à CEMDP e projetos vinculados. A partir da imagem da página inicial do site (figura 6), podemos apresentar a configuração do endereço digital.

Figura 6 - Página Inicial do site da CEMDP



Fonte: Site da Comissão Especial de Mortos e desaparecidos políticos.

¹⁹ Site da **Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos políticos**. Disponível em: <www.cemdp.sdh.gov.br/>. Acesso em: 15 abril. 2017.

Podemos observar que ele apresenta cinco abas (circuladas e numeradas em vermelho), em que a primeira nos encaminha para uma página que contém informações sobre a constituição da CEMDP, sobre membros da comissão, sobre o acervo, notícias e legislação.

A segunda aba, “Mortos e Desaparecidos políticos”, encaminha-nos para uma página que contém a lista oficial de mortos e desaparecidos políticos e oferece-nos a possibilidade de uma busca avançada, a partir de um arquivo digital, por um nome específico, como podemos ver na figura 7.

Figura 7 - Busca avançada - Lista oficial de mortos e desaparecidos políticos

The screenshot shows the website interface for the Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. At the top, there is a navigation bar with five tabs: 'A Comissão Especial', 'Mortos e Desaparecidos Políticos', 'Projeto Direito à Memória e à Verdade', 'Lugares de Memória', and 'Links Contato'. The main content area is titled 'PESQUISA AVANÇADA - MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS'. It features a search form with the following fields and options:

- Palavras-chave:** A text input field with a 'Tipo' dropdown menu set to 'Todos (E)'. A note below states: 'As palavras-chave com menos de 3 caracteres serão ignoradas'.
- IDENTIFICAÇÃO:** A section containing several input fields:
 - Nome
 - Município de Nascimento
 - Codínome(s)
 - Sexo: 'Escolha uma opção' dropdown
 - Data de Nascimento: Three separate input fields for day, month, and year.
 - Unidade Federativa de Nascimento: 'Escolha uma opção' dropdown
 - Município de Nascimento: 'Escolha uma opção' dropdown
 - Raça/Cor: 'Escolha uma opção' dropdown
 - Ordenar por: 'Nome' dropdown
 - Critério de Ordenação: Radio buttons for 'Ascendente' (selected) and 'Descendente'.
- PESQUISAR:** A button at the bottom of the form.

Fonte: Site da Comissão Especial de Mortos e desaparecidos políticos.

Preenchendo os campos da busca avançada, seremos redirecionados para uma espécie de ficha do sujeito pelo qual buscamos. A ficha contém sua foto e as seguintes informações: nome, nome do pai, nome da mãe, idade, quando desapareceu, identificação, situação do procedimento administrativo, data de nascimento, município de nascimento, status (morto/desaparecido), uma breve biografia, local de morte/desaparecimento, organização política ou atividade, data do recolhimento da documentação física para o arquivo nacional,

notação arquivo nacional. No que se refere à terceira aba, ela contém informações sobre o projeto “Direito à Memória e à Verdade”, bem como sobre as publicações, os projetos e exposições organizadas pelos membros. A quarta aba, chamada “Lugares de Memória” (Figura 8), é uma entrada para o Projeto “Lugares de Memória” que, conforme apresentado na página, tem por objetivo principal “identificar e tornar públicos estruturas, locais, instituições e circunstâncias relacionadas à prática de violações contra os direitos humanos durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), os chamados ‘Lugares de Memória’”. Nessa aba, podemos utilizar, a partir da ferramenta Google Maps, um serviço de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite da Terra, ter acesso a imagens, rotas e uma visita virtual a esses 222 lugares de memória relacionados à ditadura civil-militar brasileira, dos quais três se encontram fora do Brasil.

Ainda segundo a página, com tal iniciativa, busca-se “estimular a identificação física dos lugares pesquisados, proporcionando a apropriação regional da memória sobre o período, a reflexão sobre a memória e a ressignificação dos espaços. [...] um mesmo lugar de memória pode relacionar-se a diferentes pessoas vitimadas pela repressão, em diferentes períodos”. A página também apresenta uma definição do que a CEMDP está pensando a partir da expressão “lugares de memória”:

A expressão "lugares de memória" remete aos locais, espaço, lugares ou estruturas nos quais se cometeram graves violações contra os direitos humanos, ou lugares onde se resistiram ou se enfrentaram essas violações, ou que por algum motivo as vítimas, seus familiares ou as comunidades os associam com tais acontecimentos. São espaços para recuperar, repensar e transmitir certos fatos ou processos traumáticos do passado, e/ou para homenagear e reparar as vítimas, podendo funcionar como suportes ou propagadores de memória coletiva. São lugares que buscam transformar certas marcas a fim de evocar memórias evidenciando-as ao situá-las no contexto de um relato mais amplo.²⁰

Entendemos a importância desse espaço de recuperação e transmissão desses fatos e processos traumáticos do passado. Por conseguinte, também reconhecemos a relevância daquele que busca essa outra versão, poder ter acesso a esses locais, seja virtualmente ou fisicamente. Por fim, é possível visitar esses lugares hoje, mas os sentidos produzidos sobre ele são sentidos já pré-construídos que “[...] ao serem retomados, trazem consigo um determinado espaço de memória que ecoa em seu discurso” (INDURSKY, 2013, p. 91).

A quinta aba do site da CEMDP, redireciona-nos a uma página com alguns links de projetos relacionados à ditadura, à tortura, como: “Comissão da Anistia”, “Comissão Nacional

²⁰ Informações retiradas do site da CEMDP. Disponível em: <<http://cemdp.sdh.gov.br/modules/wfchannel/index.php?pagenum=14>>. Acesso em: 15 de abr. 2017

da Verdade”, “Grupo tortura nunca mais”, dentre outros. A sexta e última aba do site concede-nos a oportunidade de fazer contato com a CEMDP, por meio de um formulário, ou pelo número de telefone disponibilizado.

A continuidade do trabalho iniciado pela *Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos* deu-se a partir da criação e estruturação de uma *Comissão da Verdade no Brasil*, em dezembro de 2009. Em virtude da Conferência Nacional de Direitos Humanos, reuniram-se, em Brasília, cerca de 1.200 delegados de conferências estaduais, convocadas pela Secretaria de Direitos Humanos com o intuito de revisar e atualizar o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Nessa conferência, foi recomendada a criação da *Comissão Nacional da Verdade (CNV)*, que teria como tarefa: promover o esclarecimento público das violações de direitos humanos por agentes do Estado na repressão aos opositores. Luiz Inácio Lula da Silva, presidente na época, considerou a relevância da criação dessa comissão, visando conhecer e entender essas violações, para que elas nunca mais se repetissem. Assim, em 13 de janeiro de 2010, um grupo de trabalho foi nomeado, com a finalidade de elaborar o anteprojeto de lei para a criação da CNV.

Figura 8 - Pesquisa “Lugares de Memória”



Fonte: Site da Comissão Especial de Mortos e desaparecidos políticos.

O projeto de lei que resultou do trabalho realizado pelo grupo foi encaminhado ao Congresso Nacional em maio de 2010 e aprovado, após tramitar em regime de urgência. A Lei número 12.528, que propõe o exame e o esclarecimento das violações de direitos humanos praticadas no período de 1946 e 1988, garantindo o direito à memória e à verdade histórica e promovendo reconciliação nacional, foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 18 de novembro de 2011 (DALTOÉ, 2016).

Os relatos contidos nos testemunhos publicados nos livros da CEMDP e nos depoimentos recolhidos pela CNV movimentam uma memória que não foi explicitada, mas merece ser movimentada e significar para nós, utilizando as palavras de Orlandi (1999a, p. 66):

[...] isso não mereceu ainda sua explicitação política. Está fora da memória como sua margem que nos aprisiona nos limites desses sentidos. O que está fora da memória não está esquecido nem foi trabalhado, metaforizado, transferido. Está insignificado, de-significado.

Enquanto conhecemos a ditadura militar, pelo viés apresentado nos livros e na mídia, temos uma versão dos fatos, entretanto, quando alguém que realmente viveu esse período, estando do lado oposto ao governo, discursiviza sobre esse acontecimento histórico, podemos ter outra versão, completamente diferente. Para que os fatos sejam significados e se inscrevam em nossa memória, é necessário que sejam explicitados e trabalhados por nós. A memória “deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 1999, p. 50).

A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, a Comissão Nacional da Verdade, as produções bibliográficas da CEMDP e da CNV, o site da CEMDP, se constituem em espaços de testemunho, de memória e de resistência. Afinal, é do interior desses lugares que o sujeito vai falar, buscando instaurar sentidos “individuais / restritos” na memória coletiva, para que a tortura e a violação dos direitos humanos não caiam na ordem do repetível. O historiador Pierre Nora, em seu texto *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, vai se interessar pela questão dos “lugares de memória”. Na concepção do autor, “os lugares de memória são, antes de tudo, restos, [...] são os marcos testemunhais de outra era, das ilusões de eternidade... São os rituais de uma sociedade sem ritual” (NORA, 1993, p. 13), eles constituem aquilo que sobra, que fica para trás, que não está inscrito na história, mas ressurgem pela memória discursiva, a partir de testemunhos.

2.3 LUTA, SUBSTANTIVO FEMININO: MULHERES TORTURADAS, DESAPARECIDAS E MORTAS NA RESISTÊNCIA À DITADURA

Neste estudo, nos deteremos no terceiro livro procedente do relatório Direito à Memória e à Verdade (2007), intitulado *Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. O livro foi organizado por Tatiana Merlino e Igor Ojeda, lançado em 2010 em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, orientada por Nilcéa Freire.

No referido livro, temos os registros da vida e morte de 45 mulheres brasileiras que lutaram contra a ditadura e, também, o testemunho de 27 sobreviventes que narram a violência da qual foram alvo, principalmente torturas no âmbito sexual, casos de partos na prisão e até mesmo abortos.

O livro está dividido em três capítulos, nos quais há um texto introdutório em cada capítulo com o intuito de resumir o contexto de cada fase da repressão política, são eles: *Do golpe aos anos “linha-dura” (1964-1974)*, *A Guerrilha do Araguaia* e *Da distensão ao fim da ditadura (1974-1985)*. O livro conta com uma galeria de fotos de protestos, assim como de fotos das vítimas. Há, também, boxes explicativos com informações pertinentes às histórias e aos depoimentos. Logo após a apresentação, introdução e contexto histórico do livro, temos um artigo intitulado “Resistência e dor”, de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, Coordenadora-geral de Combate à Tortura da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, em que a autora trata dos aspectos da tortura e destaca a força decisiva das mulheres na luta contra a ditadura no Brasil. A leitura do livro em questão nos fez entender melhor e refletir, a partir de outro viés, sobre a resistência de sujeitos que buscaram defender seus ideais. As questões de Rosa (2013, p. 307) expressam muito bem a necessidade desse arquivo:

Poderíamos perguntar: por que compilar e publicar os depoimentos de mulheres que viveram a ditadura? Ou então, retomar uma questão colocada por Flávia²¹: por que não se fala nas mulheres reféns? As duas questões se entrelaçam e se complementam numa terceira: o que nos leva a esquecer de algo que se quer é lembrado?

Os testemunhos dessas mulheres são parte da história do Brasil, uma história que ignoramos cada vez que nos limitamos a pensar além do que está sendo apresentado, uma história que se repete nas urnas, que se repete em outros países com mulheres que são

maltratadas, estupradas e inferiorizadas por fazer parte de um determinado sistema político social.

2.4 RETRATOS E TESTEMUNHOS

Neste trabalho, selecionamos testemunhos de seis mulheres sobreviventes às torturas durante o regime militar brasileiro. Tais testemunhos compõem o livro *Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. Essa seleção foi realizada com base na produção de sentidos sobre maternidade e tortura que surgiram, especificamente, nos testemunhos dessas seis mulheres. Observamos que todas elas descreviam, em seu relato, uma relação da tortura com a sua condição de mãe. A partir dessa seleção, fizemos recortes dos enunciados em que, em seus testemunhos, as militantes relatam as ameaças a seus filhos e os sentidos que tal ato desperta nelas.

Analisamos recortes dos testemunhos de: Maria Amélia de Almeida Teles (presa em 1972), Eleonora Menicucci de Oliveira (presa em 1971), Jessie Jane (presa em 1970), Gilse Consenza (presa em 1969), Darcy Andozia (presa em 1974) e Hecilda Fontelles Veiga (presa em 1971). Com base nos anos em que as prisões foram realizadas, os testemunhos das vítimas se encaixam no capítulo I, do referido livro, sob o título *Do golpe aos anos “linha-dura” (1964-1974)*. Entretanto, os testemunhos das sobreviventes não seguem uma ordem por período histórico. A história de vida das mulheres que morreram durante a ditadura está distribuída cronologicamente, enquanto que os testemunhos aparecem aleatoriamente no decorrer da obra.

De acordo com o ano de prisão, podemos inferir que as seis mulheres foram presas durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici, que tomou posse em dezembro de 1969 e deu início a maior fase de repressão dos 21 anos de regime²². Médici substituiu a Constituição de 1967 pela de 1969, que desenvolve as determinações do AI-5, conferindo poder total ao Executivo e eliminando todas as liberdades individuais e institucionais ainda existentes no País, como a suspensão dos direitos políticos, proibição de manifestação ou qualquer atividade relativa ao assunto de natureza política. Além disso, o AI-5 permitia que fossem aplicadas as chamadas “medidas de segurança” contra os opositores, como: liberdade vigiada, proibição de frequentar determinados lugares, domicílio determinado.

²² Informações sobre o governo Médici retiradas da introdução histórica do Capítulo I : *Do golpe aos anos “linha-dura”*, do livro *Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino*.

(DOMINGUES et al, 2007). Através da realização dessas determinações, as organizações armadas de oposição, os grupos de guerrilha urbana, os militantes, que incorporavam o grupo de Guerrilha do Araguaia, foram atacados, presos e, até mesmo, aniquilados.

Não podemos deixar de trazer retratos dessas mulheres (Figura 9, Figura 11, Figura 13, Figura 15, Figura 17 e Figura 19), não podemos deixar de mostrar os rostos e dar a conhecer quem nos mostrou muito mais do que o que já estava posto, quem nos fez conhecer esse período que faz parte de uma memória coletiva, porém restrita apenas os que sofreram com a repressão, os que sofrem com o ressentimento a cada momento em que essa memória é acordada. Não falar sobre isso é perpetuar uma violência histórica para com a mulher. Segundo Rosa (2015, p. 312):

[...] abordar a história dessas mulheres significa abordar versões diferentes da ditadura, como propõe Leonor Arfuch (2009). Versões que supõem um trabalho com a memória, em seu entrelaçamento com o público, o privado e o íntimo, especialmente quando também está em jogo o corpo. Está em jogo o corpo, por que se a disseminação da tortura, do desaparecimento e dos sequestros perpetrados pelas forças repressivas atingiram os militantes em geral, adquiriram um caráter específico em relação às mulheres por meio da violência baseada no gênero. Torturar através de estupro, mutilação, humilhação, insultos e ameaças sexuais foram técnicas sistematicamente utilizadas contra as mulheres, desde o momento da prisão até a sala de torturas.

Essas mulheres, presas e torturadas durante a ditadura militar, sobreviventes de violências, devem “aprender” a conviver com essa memória, porém saíram direto da tortura para “vida real”, e como lidar com isso? Que consequências tudo isso gerou? Para a psicanalista Maria Rita Kehl (2010), não há reação mais infeliz, diante do trauma social causado pelas torturas ocorridas durante a ditadura militar, do que a política de silenciamento, na qual não se verbalizam sentidos sobre o ocorrido e o esquecimento e vai se deixando para trás os acontecimentos, para que ninguém os retome. Para a autora:

Se o trauma, por sua própria definição de real não simbolizado, produz efeitos sintomáticos de repetição, as tentativas de esquecer os eventos traumáticos coletivos resultam em sintoma social. Quando uma sociedade não consegue elaborar os efeitos de um trauma e opta por tentar apagar a memória do evento traumático, esse simulacro de recalque coletivo tende a produzir repetições sinistras (KEHL, 2010, p. 126).

Portanto, quando os sujeitos admitem e seguem em frente ignorando “as piores passagens da história de uma sociedade” (KEHL, 2010, p. 126), podemos afirmar que, nessa mesma sociedade, na qual estão inseridos esses sujeitos, essa história, uma vez insignificada,

pode se repetir, causando danos e traumas ainda maiores, afinal, ela tornou-se um sintoma, um mal-estar, que, por mais que esteja esquecido e silenciado, pode voltar.

Os testemunhos analisados nesse estudo constroem-se por uma narratividade que constitui e formula o dizer dessas mulheres. Orlandi (2017) vai trabalhar a noção de narratividade como o funcionamento ou inscrição da historicidade. A historicidade, na AD, é tomada como “a relação do discurso com sua exterioridade, relação entre sujeito, memória discursiva, ou interdiscurso, e condições de produção” (ORLANDI, 2017, p. 313). Dito isto, Orlandi desenvolve o que, segundo suas pesquisas, definiria a narratividade, isto é: “o modo como a memória se diz, se reporta, vinculando o sujeito individuado a espaços de interpretação, em práticas discursivas determinadas” (ORLANDI, 2017, p. 313). Além disso, Orlandi (2017) atesta para a possibilidade de, através da observação da narratividade, “flagrarmos a inscrição do (s) outro (s) no discurso do sujeito, assim como a determinação mais ampla da voz do Outro presente no espaço de interpretação do sujeito individuado” (ORLANDI, 2017, p. 309).

Apresentamos os testemunhos das militantes na íntegra, nos quais podemos observar o funcionamento da memória que se dá pela narratividade e o modo como a memória se diz no sujeito, sinalizando os processos identitários e os efeitos ideológicos na constituição do sentido (ORLANDI, 2017).

Eleonora Menicucci de Oliveira (figura 9), ex-militante do Partido Operário Comunista (POC). Eleonora foi presa pelos militares em 11 de julho de 1971, em São Paulo, na época era estudante de Sociologia e professora do ensino fundamental. Atualmente, ela vive na mesma cidade, onde, segundo Merlino e Ojeda (2010), foi pró-reitora de extensão e cultura e Professora Titular de saúde coletiva da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Também ocupou o cargo de Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Testemunho da militante:

Figura 9 - Eleonora Menicucci de Oliveira



Fonte: Documentando a ditadura²³

Figura 10 – Testemunho de Eleonora Menicucci

Um dia, eles me levaram para um lugar que hoje eu localizo como sendo a sede do Exército, no Ibirapuera. Lá estava a minha filha de um ano e dez meses, só de fralda, no frio. Eles a colocaram na minha frente, gritando, chorando, e ameaçavam dar choque nela. O torturador era o Mangabeira [codinome do escrivão de polícia de nome Gaeta] e, junto dele, tinha uma criança de três anos que ele dizia ser sua filha. Só depois, quando fui levada para o presídio Tiradentes, eu vim a saber que eles entregaram minha filha para a minha cunhada, que a levou para a minha mãe, em Belo Horizonte. Até depois de sair da cadeia, quase três anos depois, eu convivi com o medo de que a minha filha fosse pega. Até que eu cumprisse a minha pena, eu não tinha segurança de que a Maria estava salva. Hoje, na minha compreensão feminista, eu entendo que eles torturavam as crianças na frente das mulheres achando que nos desmontaríamos por causa da maternidade. Fui presa e levada para a Oban. Sofri torturas no pau de arara, na cadeira do dragão, levei muito soco inglês, fui pisoteada por botas, tive três dentes quebrados. Éramos torturadas completamente nuas. Com o choque, você evacua, urina, menstrua. Todos os seus excrementos saem. A tortura era feita sob xingamentos como 'vacá', 'putá', 'galinha', 'mãe putá', 'você dá para todo mundo'... Algumas mulheres sofreram violência sexual, foram estupradas. Mas apertar o peito, passar a mão também é tortura sexual. E isso eles fizeram comigo. Eles também colocaram na minha vagina um cabo de vassoura com um fio aberto enrolado. E deram choque. O objetivo deles era destruir a sexualidade, o desejo, a autoestima, o corpo. ¶¶

Fonte: Luta, *Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura* (2010, p.149).

Gilse Consenza (figura 11), ex-militante da Ação Popular (AP), foi presa em 17 de junho de 1969, em Belo Horizonte (MG), na época, acabara de se formar no curso de Serviço Social. Ela faleceu recentemente, em 28 de maio de 2017. A militante viveu na mesma cidade,

²³ Disponível em: <<http://ditaduraverdadesomitidas.blogspot.com.br/2012/04/depoimento-de-eleonora-menicucci-de.html>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

onde exerceu a profissão de assistente social, mesmo estando aposentada. Testemunho de Cosenza:

Figura 11 - Gilse Cosenza



Fonte: Portal Vermelho²⁴.

Figura 12 – Testemunho de Gilse Cosenza

Estamos cansados de trabalhar com adulto, já estudamos todas as reações, mas nunca trabalhamos com uma criança de quatro meses. Vamos colocá-la numa banheirinha de gelo e você vai ficar algemada marcando num relógio quanto tempo ela leva para virar um picolé. Mas não pense que vamos matá-la assim fácil, não. Vocês vão contribuir para o progresso da ciência: vamos estudar as reações, ver qual vai ser a reação dela no pau de arara, com quatro meses. E quanto ao choque elétrico, vamos experimentar colocando os eletrodos no ouvido: será que os miolos dela vão derreter ou vão tornar? Não vamos matá-la, vamos quebrar todos os ossinhos, acabar com o cérebro dela, transformá-la num monstinho. Não vamos matar você também não. Vamos entregar o monstinho para você para saber que foi você a culpada por ela ter se transformado nisso'. Depois disso, me jogavam na solitária. Eu quase enlouqueci. Um dia, eles me levaram para uma sala, me algemaram numa cadeira e, na mesa que estava na minha frente, tinha uma banheirinha de plástico de dar banho em criança, cheia de pedras de gelo. Havia o cavalete de pau de arara, a máquina do choque, e tinha uma mamadeira com leite em cima da mesa e um relógio na frente. Eles disseram: 'Pegamos sua menina, ela já vai chegar e vamos ver se você é comunista marruda mesmo'. Me deixaram lá, olhando para os instrumentos de tortura, e, de vez em quando, passava um torturador falando: 'Ela já está chegando'. E repetia algumas das coisas que iam fazer com ela. O tempo foi passando e eles repetindo que a menina estava chegando. Isso durou horas e horas. Depois de um tempo, eu percebi que tinham passado muitas horas e que era blefe.

Fonte: Luta, *Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura* (2010, p.192).

Jessie Jane (Figura 13) é ex-militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Jessie foi presa em 1º de julho de 1970, no Rio de Janeiro (RJ), na época era estudante secundarista. Conforme Merlino e Ojeda (2010), ela vive na mesma cidade, onde exerceu o cargo de

²⁴ Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

Docente do curso de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Testemunho da militante:

Figura 13 - Jessie Jane



Fonte: Jornal Correio de Notícias (Online) ²⁵.

Figura 14 – Testemunho de Jessie Jane

“Minha filha nasceu em setembro de 1976, durante o governo Geisel. Eu tive de fazer o parto num hospital privado, fiz uma cesariana, sofri muita pressão. Eles diziam que tinha de fazer como na Indonésia: matar os comunistas até a terceira geração para eles não existirem mais. E depois, a entrega da minha filha foi muito difícil. Eu a entreguei para a minha sogra, pois minha família estava toda no exílio. Foi a pior coisa da minha vida, a mais dolorida. A separação de uma criança com três meses é muito dura para uma mãe, é horrível. É uma coisa que nunca se supera. É um buraco. De toda a minha história, essa é a mais dramática. A minha gravidez resultou do primeiro caso de visita íntima do Rio de Janeiro. Meu marido estava preso na ilha Grande e, quando da passagem do governo Médici para o Geisel, havia uma reivindicação para que nos encontrássemos. Fazia cinco anos que não nos víamos. Foi nessa conjuntura que eu fiquei grávida. A nossa prisão foi muito violenta. Fomos levados para o DOI-Codi, onde fomos muito torturados. As torturas foram tudo que você pode imaginar. Pau de arara, choque, violência sexual, pancadaria generalizada. Quando chegamos lá, tinha um corredor polonês. Todas as mulheres que passaram por ali sofreram com a coisa sexual. Isso era usado o tempo todo.”

Fonte: Luta, *Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura* (2010, p.125).

Maria Amélia de Almeida Teles (figura 15), ex-militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Quando foi presa, em 28 de dezembro de 1972, em São Paulo (SP), Maria era Professora de Educação Artística. De acordo com Merlino e Ojeda (2010), ela vive na mesma

²⁵ Disponível em: <<http://www.jornalcorreiodenoticias.com.br/>>. Acesso: em 18 mai. 2017.

cidade, é diretora da União de Mulheres de São Paulo e integra a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Testemunho da militante:

Figura 15 - Maria Almeida Teles



Fonte: Site²⁶ do Partido Comunista Brasileiro.

Figura 16 - Testemunho de Maria Almeida Teles

Fomos levados diretamente para a Oban. Tiraram o César e o [Carlos Nicolau] Danielli do carro dando coronhadas, batendo. Eu vi que quem comandava a operação do alto da escada era o Ustra [coronel reformado do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra]. Subi dois degraus e disse: 'Isso que vocês estão fazendo é um absurdo'. Ele disse: 'Foda-se, sua terrorista', e bateu no meu rosto. Eu rolei no pátio. Aí, fui agarrada e arrastada para dentro. A primeira forma de torturar foi me arrancar a roupa. Lembro-me que ainda tentava impedir que tirassem a minha calcinha, que acabou sendo rasgada. Começaram com choque elétrico e dando socos na minha cara. Com tanto choque e soco, teve uma hora que eu apaguei. Quando recobrei a consciência, estava deitada, nua, numa cama de lona com um cara em cima de mim, esfregando o meu seio. Era o Mangabeira [codinome do escrivão de polícia de nome Gaeta], um torturador de lá. A impressão que eu tinha é de que estava sendo estuprada. Aí começaram novas torturas. Me amarraram na cadeira do dragão, nua, e me deram choque no ânus, na vagina, no umbigo, no seio, na boca, no ouvido. Fiquei nessa cadeira, nua, e os caras se esfregavam em mim, se masturbavam em cima de mim. A gente sentia muita sede e, quando eles davam água, estava com sal. Eles punham sal para você sentir mais sede ainda. Depois fui para o pau de arara. Eles jogavam coca-cola no nariz. Você ficava nua como frango no açougue, e eles espetando seu pé, suas nádegas, falando que era o soro da verdade. Mas com certeza a pior tortura foi ver meus filhos entrando na sala quando eu estava na cadeira do dragão. Eu estava nua, toda urinada por conta dos choques. Quando me viu, a Janaína perguntou: 'Mãe, por que você está azul e o pai verde?'. O Edson disse: 'Ah, mãe, aqui a gente fica azul, né?'. Eles também me diziam que iam matar as crianças. Chegaram a falar que a Janaína já estava morta dentro de um caixão. ■ ■

Fonte: Luta, *Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura* (2010, p.162)

Hecilda Fontelles Veiga (figura 17), ex-militante da Ação Popular (AP). Quando foi presa, em 6 de outubro de 1971, em Brasília (DF), era estudante de Ciências Sociais. Hecilda Veiga foi presa junto com seu esposo Paulo Fontelles, que foi assassinado em 11 de junho de

²⁶Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

1987, a mando da União Democrática Ruralista (UDR). No ano de 2010, segundo Merlino e Ojeda, ela residia em Belém (PA), onde atuava como Professora do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA). Testemunho da militante:

Figura 17 - Hecilda Fontelles Veiga



Fonte: Fórum paraense de resgate da verdade, memória e justiça ²⁷.

Figura 18 – Testemunho de Hecilda Fontelles Veiga

Quando fui presa, minha barriga de cinco meses de gravidez já estava bem visível. Fui levada à delegacia da Polícia Federal, onde, diante da minha recusa em dar informações a respeito de meu marido, Paulo Fontelles, comecei a ouvir, sob socos e pontapés: 'Filho dessa raça não deve nascer'. Depois, fui levada ao Pelotão de Investigação Criminal (PIC), onde houve ameaças de tortura no pau de arara e choques. Dias depois, soube que Paulo também estava lá. Sofremos a tortura dos 'refletores'. Eles nos mantinham acordados a noite inteira com uma luz forte no rosto. Fomos levados para o Batalhão de Polícia do Exército do Rio de Janeiro, onde, além de me colocarem na cadeira do dragão, bateram em meu rosto, pescoço, pernas, e fui submetida à 'tortura científica', numa sala profusamente iluminada. A pessoa que interrogava ficava num lugar mais alto, parecido com um púlpito. Da cadeira em que sentávamos saíam uns fios, que subiam pelas pernas e eram amarrados nos seios. As sensações que aquilo provocava eram indescritíveis: calor, frio, asfixia. De lá, fui levada para o Hospital do Exército e, depois, de volta à Brasília, onde fui colocada numa cela cheia de baratas. Eu estava muito fraca e não conseguia ficar nem em pé nem sentada. Como não tinha colchão, deitei-me no chão. As baratas, de todos os tamanhos, começaram a me roer. Eu só pude tirar o sutiã e tapar a boca e os ouvidos. Ai, levaram-me ao hospital da Guarnição em Brasília, onde fiquei até o nascimento do Paulo. Nesse dia, para apressar as coisas, o médico, irritadíssimo, induziu o parto e fez o corte sem anestesia. Foi uma experiência muito difícil, mas fiquei firme e não chorei. Depois disso, ficavam dizendo que eu era fria, sem emoção, sem sentimentos. Todos queriam ver quem era a 'fera' que estava ali.

Fonte: Luta, *Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura* (2010, p.76).

²⁷ Disponível em: <<http://www.forumverdade.ufpr.br/>>. Acesso em: 20 mai 2017.

Darcy Andozia (Figura 19) foi presa em 15 de janeiro de 1974, em seu local de trabalho, onde atuava como Secretária, em São Paulo (SP). Hoje, vive na mesma cidade e é aposentada. (MERLINO; OJEDA, 2010) Testemunho da militante:

Figura 19 - Darcy Andozia



Fonte: / Revista Istoé - EDIÇÃO Nº 2503 01.12.

Figura 20 – Testemunho de Darcy Andozia

Eu e meu marido, Dermi Azevedo, militávamos com os padres dominicanos, em São Paulo. Em 15 de janeiro de 1974, um dia após a prisão do Dermi, fui pega. Eu tinha saído atrás de ajuda para ele e acabei sendo presa no meu local de trabalho. Foi um terror. Quando abri a porta, vi cinco homens armados com metralhadora me esperando. Depois de rodar horas pela cidade com os policiais, fui levada para a sede do Dops. Quando cheguei lá, por volta da meia-noite, encontrei meu filho, Carlos Alexandre, que na época tinha dois anos de idade, e a moça que cuidava dele. Me levaram imediatamente para a sala de tortura, e era o delegado Fleury que estava me esperando. Já era tarde da noite e o Fleury ficou irritado de saber que meu filho estava ali. Então, ele saiu para resolver o que fazer com o menino. Eu acabei não sendo torturada e, depois, soube que meu filho foi levado para a casa da minha sogra. Apesar de não ter sofrido tortura física, sofri muita violência psicológica. Fui colocada numa solitária, revistavam a cela com cachorros e faziam chacota de mim. Como eu era muito magra e tinha pouco seio, eles perguntavam como eu tinha conseguido amamentar com tão pouco peito. Mas isso de uma maneira muito escrachada. Eles também falavam que a gente tinha doutrinado nosso filho. Tempos depois eu fiquei sabendo que quando foram me prender em casa, encontraram meu filho e a babá. Os homens passaram o dia lá. Mandaram que os dois ficassem quietos no sofá, mas como meu menino começou a chorar, o cara ficou nervoso e deu um tapa tão forte na boca do meu filho que os lábios dele se cortaram. Eu fiquei 43 dias presa, e o Dermi ficou quatro meses, sendo muito torturado. Quando saiu de lá, estava muito deprimido. Nossa família ficou desestruturada. Isso afetou muito a vida do meu filho, que se fechou nele mesmo e ficou com sequelas. Ele passou a ser uma criança superfechada e hoje tem fobia social.

Fonte: Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura (2010, p.179).

Para nós, os relatos dessas mulheres constituem um arquivo de corpos em memória. Retomando a noção de arquivo para Pêcheux (1997, p. 56) “[...] como campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”, temos recortes dos testemunhos dessas mulheres, militantes, mães (documentos pertinentes) revelando a forma como foram torturadas (questão).

Nosso *corpus* de análise é composto de recortes dos testemunhos apresentados anteriormente, e justifica-se pela importância de interpretarmos esses fatos históricos que se constituem num objeto discursivo acordando “novos sentidos sobre essa história, ajudando a ressignificá-la, a contá-la de novo, de outro ponto de vista” (DALTOÉ, 2016, p.164).

Apoiados nesses recortes²⁸, procuramos responder nossa questão de pesquisa: como a problemática da maternidade, nas condições de produção de prisão e tortura feminina durante a ditadura militar brasileira, funciona como um lugar possível de visibilidade do confronto entre as tomadas de posição mulher/militante/mãe, do ponto de vista discursivo?

Sabemos que, interpelado pela ideologia, o sujeito irá sempre ocupar um lugar para entrar na ordem do dizer. E ao dizer de um desses lugares, seu discurso será determinado pela FD na qual ele está inscrito. Essa inscrição em uma determinada FD se dá por um processo de identificação do sujeito com a mesma. Cabe trazermos as três modalidades de identificação propostas por Pêcheux para que possamos refletir e entender esse processo. Segundo Pêcheux (1997, p. 215), a primeira modalidade de identificação é a do bom sujeito e “consiste numa superposição (um recobrimento) *entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal*”, na qual o sujeito da enunciação se identifica (inconscientemente) com a FD a qual se encontra assujeitado. “A segunda modalidade (do mau sujeito) é a da contra-identificação que corresponde ao sujeito que se revolta, questiona, contesta as evidências ideológicas da formação discursiva à qual ele se encontra assujeitado” (BECK; SCHERER, 2008, p. 173). A terceira modalidade proposta por Pêcheux é a desidentificação, que “permitiria escapar às evidências da ideologia dominante, possibilitando que o sujeito desta modalidade lute contra as causas que o determinam” (BECK; SCHERER, 2008, p. 174).

²⁸ Dispostos e analisados na Parte IV.

PARTE III – MULHERES

3. MULHER: UM LUGAR POSSÍVEL

*“Como beber dessa bebida amarga
 Tragar a dor, engolir a labuta
 Mesmo calada a boca, resta o peito
 Silêncio na cidade não se escuta
 De que me vale ser filho da santa
 Melhor seria ser filho da outra
 Outra realidade menos morta
 Tanta mentira, tanta força bruta...”
 (Chico Buarque)*

O pesquisador Vanderlei Machado desenvolveu, no ano de 2008, um estudo buscando analisar, com base em um conjunto de 12 livros didáticos de História, denominados livro do professor, publicados e distribuídos em 2005, na cidade de São Paulo, relatos sobre a participação feminina na resistência à ditadura. Segundo o autor, as mulheres aparecem muito pouco ou não aparecem na história da ditadura. Quando há uma “História das mulheres”, ela é apresentada separadamente, em um “box”, não relacionado ao contexto, mas como algo incomum, inusitado (MACHADO, 2008).

Como sabemos, as representações da mulher, bem como os ideais de feminilidade foram impostos por um discurso masculino, elas atravessaram os tempos, sempre colocando a mulher numa posição inferior ao homem e submissa a ele, mantendo a desigualdade entre os gêneros. Aquelas que ousam extrapolar esse papel são acusadas de trair sua natureza (COLLING, 2004). A autora afirma que a distinção entre homem, como parte do espaço público e a mulher, como parte do espaço privado, vai dar vazão à problemática de separação do poder e de visibilidade da mulher da/na história:

A distinção entre o público e o privado estabelece a separação do poder. O silêncio sobre a história das mulheres advém de sua não participação na arena pública, espaço da política por excelência. Neste sentido a história da repressão durante o período da ditadura militar é uma história de homens. A mulher militante política não é encarada como sujeito histórico, sendo excluída do jogo do poder (COLLING, 2004, p. 2).

Para que ocorra uma libertação do feminino, sempre considerado como subalterno e “fora da história”, é necessário que se fale “de homens e mulheres numa relação igualitária” (COLLING, 2004, p. 2). Colling (1997) traz, em seu estudo, considerações a respeito da construção do sujeito “mulher subversiva” no período da ditadura civil-militar, ou seja, a

mulher militante que se negava a ocupar espaços nas organizações de esquerda que fossem de domínio masculino. Essas militantes desejavam romper com o imaginário de estereótipo feminino reproduzido pela sociedade machista. Diante disso, interessa-nos refletir sobre o lugar que o sujeito mulher ocupa na ditadura? Ou melhor, qual é o lugar imposto ao sujeito mulher e qual o lugar que esse sujeito ocupa de fato nessas condições de produção? Por que o corpo feminino é tratado diferente do masculino no que se refere às formas de tortura? Que processos discursivos estão em funcionamento em situação de tortura? São algumas questões que nos atravessam e que buscamos responder neste capítulo.

3.1 A NOÇÃO DE SUJEITO PARA A AD

Começamos com a noção de sujeito para a AD, que apresenta um sujeito materialmente dividido, sujeito à língua e à história para produzir sentidos. Assim, podemos considerar que o sujeito da AD é duplamente atravessado em sua constituição: pelo real da língua e o real da história. A noção de real é proposta por Lacan (1974-1975) como uma falha/falta na estrutura do sujeito e é em torno desse lugar de incompletude que se estrutura o inconsciente. Ela é pensada por Lacan (1974-1975) doravante dois pontos, o primeiro é de que não há como simbolizar o real e o segundo de que o real se configura como aquilo que retorna sempre ao mesmo lugar. O autor propõe essa noção juntamente com a noção de simbólico e imaginário, afirmando que elas estão entrelaçadas. O simbólico estrutura-se a partir do real, visto que é esse o lugar ocupado pelo sujeito do inconsciente, que nasce da falta, do furo, da impossibilidade de sentido e será através do simbólico que o sujeito se colocará por meio da linguagem. Quanto ao imaginário, ele é, em princípio, ausente para o sujeito e vai se constituir pelo efeito do simbólico, em plano consciente.

O sujeito, interpelado pela ideologia, constituído na relação com a língua e com a história, sempre vai ocupar um lugar para ser sujeito do seu dizer. Desse modo, podemos afirmar que o sujeito pode falar de diferentes lugares, ou seja, ele não assume apenas uma posição. Ao dizer de um desses lugares os sentidos produzidos por ele derivam da Formação Discursiva em que se inscreve para ocupar determinada posição-sujeito. Cada um desses lugares assumidos pelo sujeito, confere-lhe identidade em relação às outras posições. Assim, o sujeito sempre diz de um lugar, de uma posição; será atravessado por uma ideologia e os sentidos produzidos, em discurso, estarão inscritos na Formação Discursiva, na qual ele se filia. De acordo com Pêcheux (1993), quando o sujeito produz um discurso, ele pressupõe um destinatário, o qual se encontra em um lugar determinado na estrutura da formação social.

Tais lugares estão representados nos processos discursivos, por meio de formações imaginárias, as quais indicam o lugar que o sujeito do discurso e que destinatário se conferem simultaneamente, isto é, a imagem que fazem do seu lugar e do lugar do outro.

Entendemos que também estão funcionando, nessa produção de sentidos pelo sujeito, as Formações Discursivas que vão determinar o que pode e deve ser dito, a partir da posição que ele ocupa, em determinadas condições de produção. Sabemos que na Formação Discursiva está imbricada a Formação Ideológica que, segundo Pêcheux (1997), define-se como um conjunto complexo de atitudes e representações, que não são individuais, mas também não são universais. As FD's se relacionam quase que diretamente com posições de classe em conflito, umas com as outras. Esse conflito realiza-se, de acordo com o pensamento pecheuxtiano, nos Aparelhos Ideológicos de Estado, considerados por Althusser²⁹ (1985) como responsáveis pela reprodução da lógica sistemática desigual da classe dominante, principalmente através da escola, da igreja e da família. Althusser (1985) postula, ainda, sobre os Aparelhos Repressivos de Estado, como a polícia, os presídios, as leis que ditam o que podemos ou não fazer, perpetuando a “ordem” através da violência. Entretanto, o autor afirma que ambos os Aparelhos funcionam através, tanto da ideologia quanto da violência. Assim:

Da mesma maneira, mas inversamente, devemos dizer que, em si mesmos, os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam de um modo massivamente prevalente pela ideologia, embora funcionando secundariamente pela repressão, mesmo que no limite, mas apenas no limite essa seja bastante atenuada, dissimulada ou até simbólica (ALTHUSSER, 1985, p. 46-47).

Do ponto de vista de Pêcheux são os AIE's que se encarregam de “disseminar” ideologias, e, a partir deles, se constituem lugares em que ocorre a luta de classes e se destacam "posições políticas e ideológicas em confronto, formando, nesse embate, as formações denominadas “formações ideológicas”, que apresentam, entre si, relações de antagonismo, de aliança ou de dominação” (PÊCHEUX, 1997, p. 166). Ademais, pensar a noção de Formação Discursiva é essencial em nosso trabalho, afinal, podemos compreender melhor o processo de produção de sentidos, juntamente com sua relação com a ideologia, além de conferir, ao analista, uma maior apreensão em relação às regularidades no funcionamento do discurso. Orlandi (2012a, p. 43) a partir da definição dada por Pêcheux propõe:

²⁹ Na obra *Aparelhos Ideológicos de Estado* (1985).

A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio histórica dada – determina o que pode e deve ser dito. O discurso se constitui em seus sentidos por que aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não em outra para ter um sentido e não outro.

Podemos depreender que as palavras, por si só, não têm sentido, tendo em vista que seus sentidos derivam das Formações Discursivas em que se inscrevem. Todo o dizer é constituído de outras vozes, é produzido por um sujeito heterogêneo, que não é origem e nem fonte absoluta de significado. Cabe ressaltar, aqui, os dois esquecimentos propostos por Pêcheux (1975), quando se trata da relação do sujeito e da ilusão deste ao pensar que é origem do seu dizer: o esquecimento número um, de natureza inconsciente e ideológica, é aquele em que o sujeito desconsidera toda e qualquer Formação Discursiva em que está inscrito, alimentando a ilusão de ser o criador daquilo que diz. O esquecimento número dois é relativo à significação do discurso: o sujeito tem a ilusão de que o que diz só apresenta um significado, aquele que ele deseja que o interlocutor entenda, ignora qualquer outra interpretação que não esteja em consonância com a sua.

Segundo Pêcheux (1997), o “esquecimento nº 1” é aquele em que o sujeito tem a impressão de que todo dizer é novo, por ser de natureza inconsciente e ideológica, o sujeito recusa e apaga, inconscientemente, aquilo que não está inserido em sua Formação Discursiva e, desse modo, tem a ilusão de que é a origem de seu discurso. Já o “esquecimento nº 2”, é considerado pelo autor, pré-consciente ou semiconsciente, pois o sujeito mantém algumas formas e ignora outras, seleciona determinados dizeres ao invés de outros. A partir do “esquecimento nº 2”, o sujeito acredita que o que diz tem apenas um significado — aquele que deseja comunicar ao seu interlocutor —, além disso, não percebe a existência dos outros do discurso, que determinam seu dizer.

A ilusão de ser o centro, a origem do sentido, é o que garante que esse o continue a produzir sentidos. O fato de projetar seu discurso em relação ao outro, faz com que sentido seja questionado pelo outro e, dessa relação, se produzam os efeitos de sentido. Consideramos a partir da AD, o sujeito essencialmente ideológico e histórico, visto que ele está em determinado lugar e tempo. As Formações Ideológicas e Discursivas garantem que esse sujeito assumira uma posição nesse espaço, em relação ao outro e que, através da interpretação, se produzam sentidos. Para Pêcheux (1997), a interpretação é um “gesto”, é um ato simbólico que se realiza na relação da língua com a história, ideologicamente construída.

Tanto o cerne do gesto de interpretação quanto a sua eficácia ideológica se deve à relação dos fatos e do sujeito com a significação, uma vez que os fatos reclamam sentido e o

sujeito tem necessidade de atribuí-lo. A interpretação não é um mero gesto de decodificação, de apreensão de sentidos; interpretar é expor-se à opacidade do texto, é explicitar o modo como um objeto simbólico produz sentidos (ORLANDI, 2004).

A partir do gesto de interpretação, podemos entender a relação entre história, sentido, sujeito e como todo esse processo é resultado de situações sociais que vão compondo o imaginário do sujeito. Portanto, todo o acontecimento sucede em determinado momento histórico, em que circulam determinadas ideologias, com Formações Discursivas determinadas. Assim, pela/na língua, o sujeito produz sentidos, interpreta, sendo sempre afetado e constituído por tais fatores. Logo, “está aí a força de se pensar o acontecimento como marca de significação carregada de sentidos pela/na sobre a língua” (SCHERER, 2007, p.350). Nesse sentido, cabe pensarmos, também, como funcionam, no discurso, o silêncio e a censura e, ao falar nesses dois conceitos, não poderíamos deixar de trazer para reflexão os Aparelhos Ideológicos de Estado.

Começamos, então, discorrendo sobre o silêncio e suas possibilidades de sentido. Segundo Orlandi (2002), o silêncio é fundante, ele constitui o real da significação e do discurso, ele faz parte do funcionamento da linguagem. Podemos asseverar que o silêncio não é a falta de palavras, mas o excesso delas, o silêncio está sempre ali, quando silenciemos ou somos silenciados, os sentidos continuam sendo produzidos. O silêncio fundante é, como afirma Orlandi (2002, p. 31), “o real do discurso”, pois é o lugar da falta, da falha, da incompletude do sujeito.

Orlandi (1997) afirma que além de fundante, temos também o silêncio constitutivo e o silêncio local. No primeiro, o sujeito não precisa dizer, o fato de estar inserido numa Formação Discursiva determinada política e historicamente já precisa os sentidos do seu dizer. No segundo, a censura tenta impedir o sujeito de dizer, de produzir sentidos, porém, mesmo calando o sujeito, os sentidos ainda estarão ali, em movimento. Para Orlandi (2004, p. 76):

[...] a censura pode ser compreendida como a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas. Consequentemente, a identidade do sujeito é imediatamente afetada enquanto sujeito-do-discurso, pois, sabe-se, a identidade resulta de processos de identificação segundo os quais o sujeito deve-se inscrever em uma (e não em outra) formação discursiva para que suas palavras tenham sentido.

Assim, entendemos que os sentidos mudam de uma Formação Discursiva para outra, isto é, ao mudar de Formação Discursiva, as palavras não terão os mesmos sentidos.

Pensamos, neste trabalho, sobre a ditadura militar no Brasil e como, a partir da censura, o Estado tentava intervir na inscrição dos sujeitos em Formações Discursivas em que circulavam ideologias opostas à do governo. Entretanto, essa interdição proposta pela censura nunca acontece de fato, afinal, o sujeito sempre vai ocupar uma posição e se inscrever numa dada Formação Discursiva para produzir sentidos, mesmo que esse sujeito não fale, mesmo que ele fique em silêncio, ele não para de produzir sentidos.

A censura responsabiliza e pune o sujeito pelo que ele diz, de modo que ele não é mais “livre” para produzir sentidos. Os principais responsáveis pelo trabalho de censura do sujeito são os Aparelhos Ideológicos, pois são eles que reproduzem a ideologia da classe dominante. Refletindo acerca da ditadura brasileira, sabemos que, na escola, na igreja, na mídia, não eram aceitas opiniões contrárias às do Estado, tanto que, caso manifestado algum pensamento de divergente e críticas ao regime, os Aparelhos Repressivos se encarregavam de que o sujeito opositor, a partir da violência, passasse a silenciar.

No momento ditatorial brasileiro de 1964, o governo, AIE que reproduz a ideologia de um determinado grupo social (nesse caso, dos militares), utilizava a violência, a prisão e a tortura para reprimir os sujeitos discordantes de sua ideologia. A prisão e a tortura configuram formas de fazer esses sujeitos — que eram contra o sistema repressivo — calarem-se e perderem força. Nesse sentido, podemos sustentar que a prisão também age como um aparelho repressor, silenciando os sujeitos através da violência física, mas também da violência simbólica, como foi o caso de muitos sujeitos que foram presos no período da ditadura.

A partir dos testemunhos, cerne de nossos estudos, nos questionamos sobre toda a complexidade que envolve o efeito de sentido do dizer. Entendemos que todo dizer está articulado com as condições linguísticas e históricas de um determinado grupo que o produziu. As palavras de Orlandi expressam o que pensamos sobre nossa relação com a significação do texto:

[...] a relação que a análise do discurso estabelece com o texto não é para dele extrair um sentido mas sim para problematizar essa relação, ou seja, para tornar visível sua historicidade e observar a relação de sentidos que aí se estabelece, em função do efeito de unidade (ORLANDI, 2004, p. 173).

Desse modo, cabe destacar que, embora não exista uma unidade única de sentido e por mais que esses sentidos estejam sempre em movimento, o sujeito, ao produzir discurso, terá, sempre, a ilusão de que o outro interpretou seu discurso do modo esperado, que ele é a origem

absoluta daquele dizer, ou, até mesmo, que produziu um discurso “neutro” sem reproduzir ideologias.

Como defendido anteriormente, o sujeito para nós se constitui na e pela ideologia. Ele é interpelado por ela e, desse modo, carrega marcas do social, constituindo-se de esquecimentos que o fazem acreditar ser a origem do seu dizer. Para que possamos aprofundar nossa reflexão sobre o sujeito do discurso, temos que entender o funcionamento da ideologia, afinal, “o discurso, enquanto efeito de sentido entre interlocutores, em dadas condições de produção históricas, constitui a materialidade específica da ideologia, uma vez que este se realiza majoritariamente por meio das práticas discursivas” (BECK & MARCEL, 2012, p. 139). O sujeito não tem consciência de sua constituição ideológica, afinal, segundo Orlandi (2012a, p. 46), faz parte do funcionamento da ideologia “dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um interior de evidências ‘subjettivas’”.

As evidências subjettivas funcionam pelos esquecimentos e são constitutivas do sujeito, pois contribuem para que os sentidos produzidos por ele pareçam transparentes, quando na verdade, foram construídos inconscientemente, a partir das formações discursivas, nas quais o sujeito está inscrito. As palavras ganham seus sentidos no interior das formações discursivas, apoiadas no interdiscurso, ou seja, naquilo que se fala antes, em outro lugar. Pêcheux, em *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, afirma que é a ideologia que fornecerá evidências que farão com que “uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’” (PÊCHEUX, 1997, p. 160), e são elas, também, que ocultarão o que o autor denomina como carâteres materiais do sentido, tornando os sentidos das palavras e enunciados transparentes para o sujeito.

Para o autor, o caráter material do sentido existe na dependência com “o todo complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 1997, p.160), o que é sustentado pelo autor a partir de duas teses. Na primeira tese, Pêcheux refere-se ao *sentido* de uma palavra, proposição ou expressão, afirmando que ele não existe “em si mesmo” (PÊCHEUX, 1997, p. 160), mas que é determinado pelas posições ideológicas daqueles que as utilizam. Na segunda tese, o autor vai desenvolver a ideia de “todo complexo com dominante” das formações discursivas entrelaçado no complexo das formações ideológicas. Assim, ele propõe chamar *Interdiscurso* esse “todo complexo com dominante” das formações discursivas, esclarecendo que, pelo fato de as formações ideológicas atravessarem e constituírem as formações discursivas, esse todo está sujeito à desigualdade, contradição e subordinação, pois essas constituem as formações ideológicas.

Para concluir a segunda tese, Pêcheux dispõe que o funcionamento da ideologia como interpelação do indivíduo em sujeito vai acontecer através do complexo de formações ideológicas e, principalmente, do interdiscurso que funciona no interior desse complexo, assim “fornece a ‘cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistema de evidências e significações percebidas – aceitas – experimentadas” (PÊCHEUX, 1997, p. 162).

O autor desloca, teoricamente, o sujeito biológico para o sujeito ideológico, afirmando que é na condição de sujeito que qualquer pessoa é interpelada a ocupar um lugar determinado pelas formações discursivas e pelas condições de produção. O EGO, determinado por Pêcheux (1997) como imaginário do sujeito, não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao Sujeito ou Outro, aqui com O e S maiúsculos, pois se referem ao Sujeito universal, a esse Outro a quem o sujeito do discurso está submetido. É Althusser, em sua obra *Aparelhos Ideológicos de Estado*, que pensa, inicialmente, o conceito de interpelação, afirmando que “o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para, livremente, submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto (livremente), sua submissão” (ALTHUSSER, 1985, p. 104).

Michel Pêcheux retoma reflexões de Lacan e Althusser sobre as “formas travestidas e ‘fantasmagóricas’ inerentes à subjetividade” (PÊCHEUX, 1997, p. 163) para tratar do processo natural e sócio histórico, pelo qual se constitui e se reproduz o efeito-sujeito. Já efeito-sujeito é definido, por Pêcheux, como o processo em que o sujeito reconhece uma sequência discursiva como sentido, porém, esse sentido se apaga, evidenciando a falta que constitui o sujeito, revelando um sujeito incompleto, o que nos leva a pensar na ideologia, não como excesso e sim como a falta, o que, além de interpelar o sujeito, “o atravessa no interdiscurso como real (exterior)” (PÊCHEUX, 1997, p. 163). Assim, o sujeito tem a ilusão de ter controle do que diz, mas não tem acesso ao controle sobre os sentidos que se estabelecem no discurso.

Pêcheux (1997, p. 150) afirma que a forma-sujeito, definida por Althusser como “forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais.”, ou seja, o Sujeito de uma formação discursiva (FD), preenche o lugar do sujeito. A competência da forma-sujeito enquanto geradora de práticas está no fato do discurso do Outro ser a referência no inconsciente: é assim que o assujeitamento ao Sujeito se torna efetivo e o sujeito obedece a suas ordens, reinscrevendo-as em seu próprio discurso, como se fossem suas escolhas, o que nos remete, novamente, à condição dos sujeitos constituídos pelo “esquecimento”. A identificação do sujeito ao Sujeito (Universal), conforme Pêcheux (1997, p. 154), é expressa, materialmente, na língua por expressões como “‘todo mundo sabe que...’ e ‘é claro que...’”.

Pêcheux, ao abordar os modos de identificação do sujeito, atravessado e interpelado que se constitui na/pela ideologia, inicia uma reflexão sobre a reduplicação da identificação do sujeito. Para o autor, “O ‘desdobramento’ do sujeito — como ‘tomada de consciência’ de seus ‘objetos’ — é uma reduplicação da identificação...” (PÊCHEUX, 1997, p. 172). Tal reduplicação da identificação do sujeito, nada mais é do que a identificação, ao tomar posição, do sujeito discursivo com seus semelhantes e com o Sujeito (Universal ideológico). Entretanto, mais tarde, Pêcheux introduz as modalidades da tomada de posição, mostrando que a “reduplicação da identificação” não é absoluta, afinal, o sujeito não é homogêneo, é um sujeito sempre dividido e tal divisão se concretiza nas tomadas de posição em relação aos saberes que circulam na formação discursiva em que esse sujeito se inscreve.

A primeira modalidade definida por Pêcheux caracteriza o “discurso do ‘bom sujeito’ que reflete espontaneamente o sujeito” (PÊCHEUX, 1997, p. 215). Nessa modalidade de identificação, o sujeito se identifica plenamente com o que está incluído na FD. Essa modalidade vai referir exatamente ao que Pêcheux denominou como a “reduplicação da identificação”. A segunda modalidade caracteriza o discurso do “mau sujeito”, na qual o sujeito do discurso, por meio de uma “tomada de posição”, se contrapõe à forma-sujeito. O discurso do “mau sujeito” se contra-identifica com a FD e há “uma separação distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...” (PÊCHEUX, 1997, p. 215). Pêcheux, ainda acrescenta uma terceira modalidade, que se estabelece pela “desidentificação”, isto é, de “uma tomada de posição não subjetiva, que conduz ao trabalho de transformação deslocamento da forma-sujeito” (PÊCHEUX, 1997, p. 217). Assim, o sujeito do discurso desidentifica-se de uma FD e, conseqüentemente, de sua forma-sujeito, deslocando sua identificação para outra FD.

É por meio da forma-sujeito que o sujeito se inscreve na FD e tem acesso ao todo complexo com dominante, ao conjunto de conhecimento institucionalizado pelo Sujeito em uma dada FD. Pêcheux afirma que, na forma-sujeito do discurso, “coexistem, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção de sujeito como causa de si, sob a forma da evidência primeira [evidência do sujeito]” (PÊCHEUX, 1997, p. 295). Assim, entendemos que o indivíduo, interpelado em sujeito pela ideologia, ao se inscrever na língua e se colocar como sujeito falante, vai se colocar a partir de sua inscrição em uma determinada Formação Discursiva (FD), que irá representar na linguagem, uma formação ideológica também determinada. Vejamos o que diz Pêcheux:

[...] “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) por formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. Especificamos também que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina”. [...] essa interpelação de sujeito do discurso, de forma que um dos termos representa o “locutor”, ou aquele a quem se habituou chamar o “sujeito da enunciação”, na medida em que lhe é “atribuído o encargo pelos conteúdos colocados” – portanto, o sujeito que “toma posição”, com total conhecimento de causa, total responsabilidade, total liberdade, etc. e o outro termo representa, “o chamado sujeito universal, sujeito da ciência ou do que se pretende como tal” (PÊCHEUX, 1997, p. 214)

Essa interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se dará através da identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina. Ao identificar-se com a FD que o domina, o sujeito irá **tomar uma posição**, ou seja, irá dizer aquilo que a FD regula como o que pode e deve ser dito, numa conjuntura dada, e a partir dessa tomada de posição. As formações discursivas “são o lugar de um trabalho de reconfiguração que constitui [...] um trabalho de recobrimento – reprodução – reinscrição ou um trabalho politicamente e/ou cientificamente produtivo.” (PÊCHEUX, 1997, p. 213). As FD’s carregam o pré-construído, o já dado, o já posto e uma memória discursiva que é retomada, reproduzida, reinscrita em discurso.

Esse sujeito interpelado pela ideologia se submete à língua para significar e é significado por ela. Temos um sujeito que toma a palavra pela língua e que só é sujeito por que existe um outro que, também pela língua, o significa e o possibilita ser sujeito. Dizemos que esse sujeito é assujeitado, ou seja, assujeitado à língua para ser sujeito.

Garcia e Sousa (2014, s. p) tratam da não identificação feminina com o discurso que as domina, como um gesto de resistência que busca fundar um outro discurso com o qual elas, em sua posição sujeito na sociedade, se identifiquem. As autoras se colocam em relação à noção de **posição sujeito**, como uma passagem da situação sujeito, que estaria relacionada ao mundo empírico, para a posição sujeito que estaria relacionada ao discurso, a produção de sentidos, numa relação inconsciente/ideologia. Segundo as autoras:

O sujeito da Análise de Discurso não é o sujeito empírico, mas a posição sujeito projetada no discurso. Isto é, há em toda língua mecanismos de projeção que permitem passar da situação sujeito para posição-sujeito no discurso. Portanto, não é o sujeito físico, empírico que funciona no discurso, mas a posição sujeito discursiva. (GARCIA e SOUSA, 2014, s. p)

Entendemos que o sujeito projeta o lugar que ocupa no mundo, em seu discurso. Orlandi (1999b) afirma que “[...] o sujeito, na análise de discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para

sua posição no discurso [...]” (ORLANDI, 1999b, p. 17). E a resistência dos sujeitos a certos lugares, possibilita a constituição de outras posições-discursivas, assim como a produção de outros sentidos, que deslizam, que se movimentam.

As modalidades de identificação, propostas por Pêcheux (1997) só são possíveis a partir da tomada de posição. Pela tomada de posição o sujeito é chamado à existência e entra na ordem do discurso. Ao tomar a palavra, o sujeito toma um lugar, o sujeito diz de um lugar. Entretanto, esse lugar não é homogêneo, ele é lugar de movimento, de divisão. Dito de outro modo, ao dizer de um lugar, não há como não trazer saberes que vêm de outros lugares, de outras posições ocupadas. Nos recortes a serem analisados compreendemos que o torturador deseja que as militantes tomem a palavra, e tomar a palavra requer tomada de posição, como mulher, como militante ou como mãe. No entanto, elas resistem à essa tomada de posição que as inquiri a falar do lugar de mulher, do lugar de militante ou do lugar de mãe, silenciando, não entregando os companheiros da resistência. Mas, esse silêncio não carregaria, também, uma posição? Uma posição heterogênea, que reúne os discursos que constituem tanto a posição de mulher, quanto de mãe, de militante?

3.2 O CORPO COMO MATERIALIDADE SIGNIFICANTE DO SUJEITO

O sujeito busca tudo aquilo que o faz sentir, busca experiências do corpo, pelo corpo e no corpo. O corpo produz sentidos e é afetado por eles, mas não os produz sozinho; produz pela linguagem, pelo silêncio, pelo espaço que ocupa, pela maneira como se relaciona com os outros corpos. Se a língua é a materialidade da ideologia, o corpo é a materialidade do sujeito e, por isso, significa. Segundo Courtine (2009), o corpo começou a ser pensado, teoricamente, como constituição do sujeito no século XX, em um primeiro momento com a Psicanálise, em um segundo momento durante a Primeira Guerra Mundial e, um pouco depois, com os movimentos sociais e protestos.

Perrot (2005), em sua obra *As Mulheres ou os Silêncios da História*, reflete sobre o corpo feminino, como corpo subjogado, um corpo que sempre esteve as margens do domínio do outro:

O corpo das mulheres não lhes pertence. Na família, ele pertence a seu marido que deve "possuí-lo" com sua potência viril. Mais tarde, a seus filhos, que as absorvem inteiramente. Na sociedade ele pertence ao Senhor. As mulheres escravas eram penetráveis ao seu bel-prazer. O sistema feudal estabelece distinções de tempo e de classe. O senhor tem direito sobre a virgindade das servas (PERROT, 2005, p. 447).

Apoiados em Perrot (2005) podemos afirmar que o corpo feminino está sempre no “poder” de algum homem, está sempre reservado aos lugares privados e associado à reprodução e ao prazer masculino. Historicamente, a mulher não tem poder de decisão sobre seu corpo, é a sociedade patriarcal machista religiosa que irá definir e estabelecer o comportamento, as regras, enfim, que exercerão esse poder sobre o corpo feminino. Ainda segundo Perrot:

O corpo está no centro de toda relação de poder. Mas o corpo das mulheres é o centro, de maneira imediata e específica. Sua aparência, sua beleza, suas formas, suas roupas, seus gestos, sua maneira de andar, de olhar, de falar e de rir (provocante, o riso não cai bem às mulheres, prefere-se que elas fiquem com as lágrimas) são o objeto de uma perpétua suspeita. Suspeita que visa o seu sexo, vulcão da terra. Enclausurá-las seria a melhor opção: em um espaço fechado e controlado, ou no mínimo sob um véu que mascara sua chama incendiária. Toda mulher em liberdade é um perigo e, ao mesmo tempo, está em perigo, um legitimando o outro. Se algo de mau lhe acontece, ela está recebendo aquilo que merece (PERROT, 2005, p. 447).

Em conformidade com Perrot, no que se refere ao corpo da mulher como cerne das relações de poder, refletimos quanto a tortura do corpo feminino e a maneira como esse corpo se significa e é significado na ditadura militar brasileira. Quando as mulheres pertencentes aos grupos de resistência são presas, esse corpo feminino é torturado, é estuprado, no intuito de “controlá-las” e de recuperar o “poder” sobre esse corpo que foge do lugar a ele instituído. O corpo das militantes/mães é enclausurado, é privado de liberdade, pois, de acordo com Perrot (2005), o corpo feminino, a mulher em liberdade, é considerada um perigo. As militantes que testemunham sobre sua tortura, desafiaram o espaço, desafiaram os sentidos atribuídos a seu corpo materno, estamos pensando no filho como extensão do seu corpo e por isso ligado a elas. Temos corpos femininos que foram contra todos os sentidos pré-construídos sobre eles e sobre a permanência no espaço privado. Seu corpo é preso, por ter se libertado.

Para refletirmos no caso específico de tortura do corpo feminino, podemos trazer à baila o texto de Audoin-Rouzeau, *Massacres: o corpo e a guerra*, no qual a autora trata, especificamente, da Primeira Guerra Mundial e dos massacres dos corpos inimigos. Seu texto traz pontos de intersecção, sobre os quais podemos relacionar às torturas ocorridas no Brasil, entre 1964 e 1985. Audoin-Rouzeau (2008, p. 365) afirma que “toda a experiência de guerra é antes de tudo, experiência do corpo. Na guerra são os corpos que infligem à violência, mas também são os corpos que recebem a violência”.

O torturador buscava uma delação das militantes e também idealizava apagar esse conflito, esse espaço de questionamento instaurado pela contra-identificação das mulheres com a FD da ditadura. Porém, o silêncio das militantes incomodava o torturador, visto que “[...] a linguagem supõe [...] a transformação da matéria significativa por excelência (silêncio) em significados apreensíveis, verbalizáveis” (ORLANDI, 2002, p. 35). Assim, era a falta, era aquilo que elas não revelavam, que se buscava verbalização, a violência era a forma utilizada para calar, mas ao mesmo tempo para “fazer falar”. Como afirma Orlandi, retomando Barthes, a função mais específica do autoritarismo não é impedir que os cidadãos digam o que querem, mas acima de tudo, obrigá-los a dizer aquilo que não querem (ORLANDI, 2011).

Nesse sentido, o silêncio é também lugar de resistência, o silêncio é também um lugar, silenciar é também uma tomada de posição, de produção de sentidos e, tomar uma posição é entrar na ordem do dizer, produzir discurso, produzir sentidos, mesmo que em silêncio.

Calar era a forma de essas mulheres resistirem, afinal, silenciar também é se constituir pela língua, é uma forma de resistir. Todavia, seu silêncio recaía sobre o corpo, o corpo recebia a tortura, pois é a partir dele que o sujeito se materializa e significa e, com isso, buscava sua identificação com a FD dominante, o que significa “entregar” parceiros de militância, estratégias e etc. Esse processo de identificação só seria possível através da desestabilização da sua inscrição na FD resistência.

Segundo Pêcheux (1983), não encontramos o real, deparamo-nos com ele. Assim, não há real da língua do sujeito ou do discurso e sim modos pelos quais ele se apresenta e circula nessa relação língua-sujeito-discurso. Desse modo, pensando a noção de corpo, como objeto discursivo, em que transita o real, temos um objeto que se constrói no/pelo discurso, sujeito a falhas, deslizos e equívocos. O corpo discursivo é visto como inscrição do sujeito; é por meio do corpo que o sujeito se significa e se faz ouvir, em determinados espaços.

Orlandi (2012b, p. 92) reflete sobre como os corpos caracterizam o sujeito em discursos diversos, atentando para sua condição de não transparência, visto que são “atravessados de discursividade, efeitos de sentido constituídos pelo confronto do simbólico com o político em um processo de memória que tem sua forma e funciona ideologicamente.”. Destarte, entendemos que, assim como as palavras, que são carregadas de sentidos constituídos historicamente, ideologicamente, nosso corpo também já vem sendo significado, mesmo que ainda não tenhamos consciência. Ainda, conforme Orlandi (2012b, p. 93):

Não há corpo que não esteja investido de sentidos, e que não seja o corpo de um sujeito que se constitui por processos nos quais as instituições e suas práticas fundamentais para a forma com que ele se individualiza, assim como o modo pelo

qual, ideologicamente, somos interpelados em sujeitos, enquanto forma sujeito histórica.

A relação corpo-sujeito já é atravessada por uma memória, por uma construção social que o significa e o individualiza, porém, mesmo com essa pré-construção, há a incompletude, há a falha, há outros sentidos possíveis, há o real. Assim, o corpo sujeito se constitui histórica e ideologicamente e é atravessado por uma memória, ou seja, vários sentidos compõem esse corpo que, mesmo sendo um corpo individual, é investido da memória coletiva e tem uma história, a partir da qual se produzem muitos outros sentidos. Ainda, sobre esse corpo, se quer poder, se quer controle e se tenta ditar regras.

Podemos conceber o corpo como texto; é possível “lê-lo”, interpretá-lo, buscar entender que dispositivos conferem dizeres sobre ele, isto é, entender como esse corpo é textualizado, afinal, como refletem Venturini e França (2016, p. 234) “Pela e na textualização, os efeitos de sentido dos corpos transferem-se, variam de acordo com a ideologia em funcionamento, com os discursos que retornam e com as memórias que ressoam e instauram a textualidade do corpo”.

Ferreira (2013) afirma que o corpo, em nossa perspectiva teórica, está relacionado às formas de assujeitamento, logo, à ideologia. Para a autora, além de objeto teórico, o corpo nos permite visualizar aquilo que constitui o sujeito, “suas circunstâncias, sua historicidade e a cultura” (FERREIRA, 2013, p. 78).

3.3 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA RESISTÊNCIA À DITADURA

Pêcheux, no texto *Remontemos de Foucault a Spinoza*, observa a ausência da categoria de *contradição* nos estudos Foucaultianos e vai tratar sobre ela em sua explanação. O autor coloca que, a partir de Marx, a contradição é vista como desigualdade. Ao trazer tal noção, Pêcheux (1977), retomando Althusser, afirma que os Aparelhos Ideológicos de Estado são *plurais*, ou seja, não constituem um grupo homogêneo, carregam em seu interior:

[...] relações de contradição-desigualdade-subordinação tais que suas propriedades regionais contribuem desigualmente para o desenvolvimento da luta ideológica entre as duas classes antagonistas, intervindo desigualmente na reprodução ou na transformação das relações de produção (PÊCHEUX, [1977], 1990, p.258).

Então, a partir dessas relações desiguais de reprodução vai se abrir esse espaço de contradição presente nas formações discursivas, as quais que carregam a ideologia de

determinada classe, e abrigam a possibilidade de tomada de posição sujeito. É pela contradição que podemos estudar, por Pêcheux (1995), a resistência, afinal ela se dá nesse momento em que o sujeito se depara com a desigualdade presente na FD, não se identificando e, desencadeando um espaço de dúvidas e contestações perante à ela. Há uma falha, uma falta na interpelação ideológica do sujeito. Segundo Orlandi, em relação à ideologia:

Na falha, ela se abre em ruptura, onde o sujeito pode romper com seus outros sentidos e com eles ecoar na história. Condição para que os sujeitos e os sentidos possam ser outros, “fazendo sentido, do interior do não-sentido”. É a isso que chamo de resistência (ORLANDI, 2012b, p.231).

A ideologia se configura como um “ritual com falhas” (ORLANDI, 2012b, p. 231), mas mesmo com essas falhas, ela nunca para de funcionar, está sempre agindo e é a condição para os processos de identificação, contra-identificação e desidentificação. Vejamos o que nos diz Pêcheux:

O lapso e o ato falho (falhas do ritual, bloqueio da ordem ideológica) bem que poderiam ter alguma coisa de muito preciso a ver com esse ponto sempre-já-ai, essa origem não detectável da resistência e da revolta: formas de aparição fugidias de alguma coisa “de uma outra ordem”, vitórias íntimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio (PÊCHEUX, 1995, p. 301).

Assim, o sujeito, inscrito em determinada FD dominante, resiste à ela e aos saberes que a constituem. As Mulheres constituem um grupo de sujeitos que ousou se revoltar, que ousou sair do silêncio a elas imposto. São sujeitos que resistem à dominação, que resistem à invisibilidade histórica. De acordo com Rosa (2013, p. 45), a invisibilidade “faz parte da história das mulheres, ou dos lugares reservados a elas historicamente”, visto que, em sociedades patriarcais, como a nossa, o espaço das mulheres se restringe ao privado. Perrot (2007), apresentando a questão da invisibilidade feminina, principia sua reflexão com as seguintes palavras:

Escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas. Mas por que esse silêncio? Ou antes: será que as mulheres têm uma história? [...] Por que as mulheres não pertenceriam à história? Tudo depende do sentido que se dê à palavra "história". A história é o que acontece, a sequência dos fatos, das mudanças, das revoluções, das acumulações que tecem o devir das sociedades. Mas é também o relato que se faz de tudo isso. [...] As mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal. (PERROT, 2007, p. 16).

Perrot (2007) nos aponta razões pelas quais as mulheres não apareceram, durante um longo espaço de tempo nos registros da história. Reforçamos, aqui, a questão da sua restrição ao espaço privado e do espaço público reservado aos homens.

Grã-Bretanha, Estados Unidos e França sediaram o momento do advento da história das mulheres, isto é, foram palco de acontecimentos importantes na década de 1960, em que estavam inseridos fatores científicos, sociológicos e políticos que contribuíram para a “emergência do objeto ‘mulher’, nas ciências humanas em geral e na história em particular” (PERROT, 2007, p.20). Uma história que, segundo Del Priori, “não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos” (DEL PRIORI, 2004, p. 7).

Colling (1997) observa que, no Brasil, em 1964, com o início do regime ditatorial, os estudantes e os trabalhadores protestaram contra a ditadura. Nessas manifestações, a presença feminina, apesar de tímida, já era notada; havia participação na elaboração de estratégias políticas, bem como em passeatas, greves e, até mesmo, mulheres vivendo na clandestinidade. A autora, a partir de um arquivo de entrevistas com mulheres que participaram ativamente da luta contra a ditadura, afirma que:

É nesse contexto de efervescência política e cultural que as mulheres entrevistadas assumem-se como militantes nas organizações clandestinas ou de esquerda. A decisão de assumir a militância política em tais organizações expressa vontade radical das mulheres de se tornar protagonistas ativas da história (COLLING, 1997, p. 48).

Como a militância abria espaço para essa desconstrução de ideais pré-estabelecidos por um grupo dominante, as mulheres encontraram, também, um lugar onde poderiam ocupar o espaço público e lutar por ele. Segundo a análise do projeto *Brasil Nunca Mais*³⁰, 12% dos 7.367 militantes processados pela justiça militar eram mulheres. Em 1970, num total de 500 militantes, presos nos quartéis, 26% eram mulheres. Na Guerrilha do Araguaia, dos 70 guerrilheiros desaparecidos, 17% eram mulheres. Baseados em tais estatísticas, podemos compreender que as mulheres tinham participação nos movimentos sociais e nas lutas travadas pela oposição. Telles (2015) afirma que, no decorrer dos anos do regime militar, as mulheres foram o grupo social que mais apresentou mudanças, segundo a autora:

³⁰ O projeto *Brasil Nunca Mais*, idealizado por Dom Paulo Evaristo Arns, reúne cópias de mais de 700 processos dos presos políticos brasileiros do período da ditadura militar, reproduzidos nos Arquivos do Superior Tribunal Militar e Supremo Tribunal Federal. Tais processos têm informações sobre partidos e organizações perseguidos pela repressão e também estudos sobre a tortura no Brasil e no mundo (PROJETO BRASIL NUNCA MAIS).

As mulheres, provavelmente, foram o segmento que mais se modificou nas décadas de 1960 e 1970. Vivenciaram alterações na vida cotidiana, no mercado de trabalho, com a redução do número de filhos e, de forma veloz, precisaram obter mais escolaridade, o que transformou suas relações com os homens e com outras mulheres e mudou muito a dinâmica de suas vidas. (TELLES, 2015, p. 105).

Doravante as transformações vivenciadas pelas mulheres, cria-se um novo momento em que a mulher começa a ter representatividade na sociedade, deixa de ser aquela que, historicamente, permanecia em casa sustentada pelo marido, para ser uma mulher que tem seu próprio dinheiro e a sua própria opinião. Sua entrada na política não deixa de ser, também, resultado dessa ampliação do espaço da mulher, afinal, quando ela começa a se inserir, nos diversos setores, suas lutas também são ampliadas. De acordo com Colling (2005, p. 7) “Ousar adentrar o espaço público, político, masculino por excelência, foi o que fizeram essas mulheres ao se engajarem nas diversas organizações clandestinas existentes no país durante a ditadura militar”.

Telles, em seu texto *Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura*, disserta sobre a participação das mulheres na luta contra a ditadura, expondo os principais pontos explorados pelo sistema de repressão e tortura quando se tratava de militantes do sexo feminino, sendo eles o corpo, a sexualidade e a maternidade. Nas palavras de Telles:

A participação de mulheres nas organizações políticas clandestinas, de um modo geral, foi para garantir a infraestrutura das ações políticas e militares; na imprensa clandestina, pegaram em armas, viveram a clandestinidade de diversas formas, com outros nomes, outras identidades, deslocavam-se para várias partes do país ou para outros países, engravidaram, fizeram abortos ou tiveram filhos e os amamentaram, e choraram as perdas de pessoas queridas e amadas (TELLES, 2015, p. 1008).

Podemos considerar que as mulheres se envolveram em todas as esferas da luta, embora convivendo com o perigo e sendo perseguidas, tiveram filhos, cuidaram deles e os protegeram. Quando encurraladas e presas pelos militares, a violência que sofriam, nas prisões, era uma violência sexual à mulher. As vítimas, em sua maioria, eram estupradas e levavam choques nas partes íntimas. Não queremos dizer que o estupro não acontecia com homens, afinal, sabemos que sim, porém, como colocou a professora Susel Oliveira da Rosa (2011), em entrevista ao programa *Diálogo sem Fronteira*, quando esses homens que estão presos são estuprados, existe um deslizamento de sentidos e eles passam a ser a “mulherzinha”, como se o estupro fosse “comum” e aceitável somente ao feminino.

Entendemos que a violência sofrida pelas militantes é uma violência que ocorre pela sua condição de ser mulher e, também, é um “castigo” por ocuparem a posição de militantes e

não “obedecerem” aos limites impostos às mulheres pela sociedade machista. O primeiro ato dos torturadores era deixá-las nuas, para mostrar, talvez, que nada mais poderia ser escondido delas, que seu corpo era agora propriedade do Estado. Ficar nua frente ao torturador não é apenas desfazer-se de suas vestes, é desfazer-se de sua ideologia. A nudez, como forma de tortura, torna a vítima mais frágil, é uma forma de mostrar que nada pode ser escondido, que o direito sobre o corpo não tem lugar nessas condições de produção, que ela não responde mais sobre o que o outro pode ou não ver.

Ao invés de estarem em casa, essas mulheres estavam distanciando-se do papel “tradicional” da mulher na sociedade e então passavam a ser “a puta”, “a vaca”, “a terrorista”. Essas mulheres, segundo Colling, cometiam dois crimes aos olhos da repressão “o de insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado socialmente à mulher, rompendo com os padrões dos dois sexos” (COLLING, 2005, p.1).

PARTE IV- MATERNIDADE

4. MULHERES, MILITANTES, MÃES: A PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE “SER MÃE”

“Ter um filho há de ser, sempre, um ato de resistência. Talvez a afirmação da continuidade da vida fosse apenas mais um imperativo ético a ser seguido, mais um modo de se opor a brutalidade do mundo” (FUKS, 2015, p.13)

Neste capítulo, refletimos, norteados sempre pelo ir e vir entre teoria e objeto, sobre a problemática da maternidade que está presente nos testemunhos das militantes. Nosso *corpus* se constitui de seis testemunhos de mulheres/mães/militantes, dos quais fizemos recortes dos enunciados em que as militantes relatam ameaças a seus filhos e os sentidos que tal ato desperta nelas. A partir desses recortes, pretendemos entender como a problemática da maternidade funciona, nas condições de produção de prisão e tortura feminina durante o período ditatorial militar, como um lugar possível de visibilidade do confronto entre a posição sujeito-mulher, posição sujeito-militante e posição sujeito-mãe, do ponto de vista discursivo.

Os testemunhos dos quais selecionamos nossos recortes carregam esse trauma de tortura e ameaça às crianças em frente as mães, com intuito de desestabilizá-las e extrair uma delação. Trazemos, para essa reflexão, o que assevera Seligmann (2008, p.69) sobre o trauma: “o trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa.” Ainda segundo o autor, assentado no que diz Freud, trauma se trata de uma “ferida na memória” (SELIGMANN, 2008, p. 84). Compreendemos que o trauma seria um misto de dor e repetição dessa dor. Um passado que nunca passa, é uma memória sendo remoída a todo o momento. Uma ferida na memória é um fato que marca, entretanto marca através da dor.

Ao testemunhar sobre esse trauma, as militantes movimentam essa memória ferida, marcada por lembranças dos filhos como parte de sua tortura. Esse trabalho que acontece a partir do testemunho, isto é, desses recortes que tomamos como objeto de análise, proporcionam-nos refletir sobre essa tortura e entender como funcionam no/pelo discurso a tomada de posição, as modalidades de identificação, as Formações discursivas nas quais estavam inscritos os sujeitos, a resistência das militantes à tortura e a interpelação ideológica da criança também presa pela ditadura.

Podemos pensar que a mulher, inserida nas condições de produção da ditadura, filiada ao movimento de resistência, vivendo uma vida sempre urgente, rápida, insegura, exercia uma importante decisão ao resolver ter um filho. Segundo Garcia e Souza (2014), na interpelação

ideológica do feminino, o discurso patriarcal machista que constitui a posição sujeito-mulher, a põe num lugar de submissão, objetificação, do sexo mais frágil. Ainda conforme as autoras, no discurso de resistência feminina, a mulher não se identifica com esse discurso patriarcal que constrói um imaginário do que é ser mulher, buscando “fundar um outro dizer que é um dizer no qual a mulher tem voz, tem poder, não é submissa, nem objeto do homem e da sociedade [...]” (GARCIA; SOUSA, 2014, s. p).

Ao serem presas, torturadas e terem seus filhos ameaçados pelos torturadores, esse discurso patriarcal machista que constitui a posição sujeito- mulher, a posição sujeito-mãe, é o discurso (re)produzido pelo torturador inscrito na FD da ditadura, no qual a ameaça e a tortura às crianças seriam um modo de desestabilizar a inscrição das militantes na FD da resistência, “aceitando” esse lugar, essa posição atribuída à elas, pela FD dominante.

Podemos, então, caracterizar essa tortura feminina, que se dá pela violência contra a mulher nos espaços de cárcere da ditadura brasileira, como uma tortura/violência de gênero, pois é baseada no corpo e no imaginário sobre a mulher- mãe, no qual “seu lugar primordial é a casa, que seu espaço fundante é o da família [...]” (MAGALHÃES, 2005). Para a repressão e seus agentes “masculinos fiéis às performances de gênero”, estar fora desse lugar, atribuía a essas mulheres um papel “duplamente transgressor: enquanto agentes políticos (insurgindo-se contra o regime) e enquanto gênero (rompendo com o padrão vigente) (ROSA, 2013, p.59). Por encarnar esse papel, dentro da FD dominante, a FD da ditadura, as mulheres eram submetidas a torturas que eram intensificadas, começando por agressões verbais e psicológicas a estupro. Na FD da resistência, a condição feminina era desconsiderada, pois, dentro dos grupos de esquerda, admitia-se uma figura universal do militante, isto é, sem distinção de gênero (ROSA, 2013).

Em *Vinte Anos de Feminismo* (1996), tese de livre docência escrita por Maria Lygia Quartel de Moraes, a autora vai desenvolver a questão do *Feminismo e maternidade* expondo os pressupostos com base nos quais as correntes feministas avaliavam a questão da maternidade. Moraes (1996) afirma que foram muitos os estudos feministas sobre a “questão da ‘ontologia feminina’, vale dizer, sobre a importância dos caracteres biológicos e/ou sociais que definem o ‘ser mulher’” (MORAES, 1996, p.87). Para a autora, a herança biológica e a herança social sobre o “ser mulher” caminhavam, ambas, para a existência de uma “essência feminina”. Essa essência feminina diz respeito à imagem da mulher sempre vinculada à “carne”, ao desejo e ao seu destino precário (MORAES, 1996). No que se refere à questão da maternidade, a autora afirma que as discussões imbricaram em duas posições:

[...] o debate sobre a maternidade (e sobre a sexualidade feminina) consubstanciou-se em duas posições distintas: uma, negando a “positividade” do fato feminino (a idéia de qualidades inatas ou mesmo de qualquer tipo de imanência) e outra afirmando a materialidade do ser mulher – a imanência do feminino – e a importância da dimensão bio-psicológica. Os seguidores da primeira corrente insistem em considerar a maternidade como “construção social”. Esta posição, no extremo, leva a uma completa desconsideração da vivência feminina do seu corpo, tornando-se uma explicação idealista que tem servido de chacota para as críticas conservadoras (MORAES, 1996, p. 88).

Entendemos que a maternidade, vista tanto como uma qualidade da mulher, quanto como algo do feminino, biológico e psicológico, desconsidera a intimidade e a liberdade da mulher em sua relação com o seu corpo, com as condições de produção em que vive, com a formação discursiva em que está inscrita. Quando pensamos em uma “construção social”, pensamos em um “padrão”, em algo que é aceito e construído por todos. No entanto, não se pensa se toda mulher quer ter filhos, em qual o significado dessa maternidade para essa mulher. Ao contrário, há uma cobrança para que a mulher se encaixe nesse modelo, nessa “construção social”, nessa constituição da posição sujeito-mulher, na constituição da posição sujeito-mãe, por discursos “tradicionais” de uma sociedade machista, além de discursos, recorrentes de estudos feministas sobre a constituição do “ser mulher”, que consideram a maternidade como uma “essência feminina”.

Como destacamos anteriormente, na parte inicial deste trabalho, há um discurso religioso que atravessa a posição sujeito-mulher e a posição sujeito-mãe. Segundo Orlandi (2011, p. 242), “a religião constitui um domínio privilegiado para observar esse funcionamento da ideologia dado, entre outras coisas, o lugar atribuído à Palavra”. Enfatizamos, nessa seção, a problemática da produção de sentidos em torno da maternidade como uma estratégia de desestabilização da mulher e militante nas condições de produção da ditadura militar brasileira.

4.1 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE

Em nosso estudo objetivamos compreender como a problemática da maternidade funciona, nas condições de produção de prisão e tortura feminina durante a ditadura militar brasileira, como um lugar possível de visibilidade do confronto entre a posição sujeito-mulher, a posição sujeito-militante e a posição sujeito-mãe, em discurso. A teoria que nos embasa, visa “compreender como um objeto simbólico produz sentidos.” (ORLANDI 2012a, p. 66) Para isso, Orlandi (2012a) sinaliza que o primeiro passo se constitui da transformação da superfície linguística em um objeto discursivo. O trabalho de análise inicia-se pela

delimitação do *corpus* “delineando seus limites, fazendo recortes, na medida mesma em que se vai incidindo um primeiro trabalho de análise retomando conceitos e noções.” (ORLANDI, 2012a, p.66-67)

No primeiro movimento de análise, nos desfizemos da ilusão de que a história da ditadura se limita aos registros que temos nos livros de história ou aquela que aprendemos na escola, uma história que não conta tudo e nem teria como o fazer, afinal, não se pode dizer tudo. No entanto, nos instigou saber do fato de haver um livro- relatório³¹, no qual essa história é contada por mulheres, mulheres militantes. Com isso, é necessário que, na posição de analista de discurso, saibamos que “as palavras, proposições, etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam.” (PÊCHEUX, 1997, p.146-147), assim, sabemos que os sentidos produzidos por essas militantes sobre a ditadura, sobre a tortura, sobre ser mulher-militante-mãe numa ditadura, serão regulados por um lugar discursivo do qual elas falam. A partir disso, “analisamos o que é dito neste discurso, o que é dito em outros, em outras condições, afetados por diferentes memórias discursivas.” (ORLANDI, 2012a, p.65) Esse primeiro momento é nomeado por Orlandi como processo de de-superficialização do *corpus*.

Elegemos como *corpus* seis testemunhos de mulheres sobreviventes às torturas durante o regime militar brasileiro. Tais testemunhos compõem o livro *Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. Desta forma, refletimos sobre a problemática da maternidade, enquanto construção social, nos casos de prisão feminina. Nessa passagem da superfície linguística para o objeto discursivo, sempre atravessados pelo “ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao *corpus* e análise.” (ORLANDI, 2012a, p.67), fizemos recortes através dos quais buscamos entender a relação existente entre a tortura e a maternidade. Entendemos esse movimento de ameaça e tortura às crianças como uma tentativa de desestabilizar essa identificação das mulheres com a FD da resistência, na qual estavam inscritas. Essa desestabilização se daria quando a militante ao tomar a posição sujeito-mãe e, a partir da construção social sobre o que é “ser mãe”, isto é, ser aquela que defende, que cuida, que protege, faria uma confissão em troca da não tortura da criança. Direcionamos nossos recortes aos momentos em que as mulheres relatam as práticas de tortura, a produção de sentidos sobre “ser mãe” e sobre o lugar da mulher/mãe e, também, na aparição das crianças nos locais de tortura. Tomamos como recorte a definição de Orlandi: “O recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos

³¹ A nomeação *Livro-relatório* deve-se ao fato de a obra ter partido de um relatório constituído pelos testemunhos daqueles que sofreram com algum tipo de violação durante a ditadura militar brasileira.

correlacionados de linguagem e situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva.” (ORLANDI, 1984, p.14)

Como dito anteriormente, o trabalho do analista de discurso se dá sempre na relação pendular entre teoria e o objeto de análise. Assim, temos espaço, nesse percurso analítico, considerando que AD é uma disciplina de entremeio, para relacionar ao objeto obras que possuam como tema memória, as modalidades de identificação (Pêcheux) e questões sobre a maternidade. Cabe pensar, nessa acepção, nos sentidos que podem sempre deslizar, sentidos dos quais o analista de discurso se ocupa a partir de um gesto interpretativo. Nas palavras de Pêcheux, sobre a deriva dos sentidos: “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro.” (PÊCHEUX, 1997, p.53) A ordem em que os recortes estão organizados em nossa análise, não constitui uma sistematização cronológica. Os recortes (R) estão dispostos e numerados como: R1, R2, R3, R4, R5 E R6.

4.2 “DE TODA A MINHA HISTÓRIA, ESSA É A MAIS DRAMÁTICA”

Sartre (1943 apud ORLANDI, 2017, p. 15) denomina como *facticidade* o exercício da construção de si mesmo, numa sucessão de atos concretos, atos que já são regulados por um mundo que nos precede e nos transcende. Segundo Orlandi (2017), “Como nascemos sempre num determinado contexto real e concreto, já estamos, somente por isso, comprometidos com ele, isto é, com o mundo no qual temos de viver” (ORLANDI, 2017, p. 15). Desta forma, embora nasça livre, o sujeito já está submetido e carregado de sentidos que vêm pelo Outro, e por tudo aquilo que precede a sua existência.

Nessa “teia” de relações em que se encontram os filhos dos militantes, vamos encontrá-los expostos a relações diretas com as mães. Nos testemunhos das mulheres/mães/militantes, temos relatadas as ameaças aos filhos e a vida desses filhos, tanto os já nascidos, quanto aqueles que ainda estavam na barriga da mãe. Em nosso primeiro recorte (R1), a filha já estava nas dependências da Sede do Exército, antes de a mãe chegar ao local:

R1

Um dia, eles me levaram para um lugar que hoje eu localizo como sendo a sede do Exército, no Ibirapuera. **Lá estava a minha filha de um ano e dez meses, só de fralda, no frio.** Eles a colocaram na minha frente, gritando, chorando, e ameaçavam dar choque nela. **O torturador era o Mangabeira [codinome do escrivão de polícia de nome Gaeta] e, junto dele, tinha uma criança de três anos que ele dizia ser sua filha.** Só depois, quando fui levada para o presídio Tiradentes, eu vim a saber que eles entregaram minha filha para a minha cunhada, que a levou para a minha mãe, em Belo Horizonte. Até depois de sair da cadeia, quase três anos depois, eu convivi com o medo de que a minha filha fosse pega. **Até que eu cumprisse a minha pena, eu não tinha segurança de que a Maria estava salva. Hoje, na minha compreensão feminista, eu entendo que eles torturavam as crianças na frente das mulheres achando que nos desmontaríamos por causa da maternidade (OLIVEIRA, 2010, p.149).**

Em R1, temos a filha da militante sendo torturada, em frente à mãe, haja vista que, deixá-la no frio, somente de fralda, é uma tortura. Nesse sentido, ser filha de uma militante, mesmo que uma criança, ainda sem poder compreender o que estava acontecendo, significa fazer parte e se colocar num determinado lugar, no lugar de militância, em um lugar de oposição ao governo. Como relatado em R1, há também outra criança no local, porém esta ocupa outro lugar, ela observa a tortura, junto ao torturador. Mangabeira diz que ela é sua filha, ou seja, ela estava a salvo, enquanto a filha da militante, não. Disso podemos depreender que ser filho da militante produz sentidos diferentes de ser filho do torturador. Há, neste sentido, um confronto constitutivo das FD's que permitem, regulam e produzem essas práticas diferenciadas. Além disso, a outra criança presente na sala de tortura, por estar acompanhando o torturador, o homem, o pai, é sua extensão, enquanto a filha da militante é a extensão da mãe, é punida. Os filhos, por esse viés, representam uma extensão dos pais e de suas ações, bem como da ideologia que os interpela.

Esses sentidos produzidos sobre a criança, mesmo que ela ainda tenha uma noção das condições de produção políticas nas quais está inserida, são produzidos pela família, pela sociedade, desde quando ainda está no ventre da mãe. Althusser vai trabalhar essa questão postulando que somos sempre-já-sujeitos:

Que um indivíduo seja sempre-já sujeito, mesmo antes de nascer, é no entanto a simples realidade, acessível a cada um e, de maneira nenhuma, um paradoxo.

Quando sublinhou o ritual ideológico de que se rodeia a expectativa de um «nascimento», esse «acontecimento feliz», Freud mostrou que os indivíduos são sempre «abstractos» relativamente aos sujeitos que eles são sempre-já. Todos sabemos quanto e como uma criança que vai nascer é esperada. O que equivale a dizer muito prosaicamente, se pusermos de lado os «sentimentos», isto é, as formas da ideologia familiar, paternal/maternal/conjugal/fraternal, nas quais a criança que vai nascer é esperada: está previamente estabelecido que terá o Nome do Pai, terá portanto uma identidade, e será insubstituível. Antes de nascer, a criança é portanto sempre- já sujeito, designado a sê-lo na e pela configuração ideológica familiar específica em que é «esperada» depois de ter sido concebida (ALTHUSSER, 1983, p.102-103).

Somos significados antes mesmo de nascermos, nossa chegada já foi preparada. Embasados pela teoria Pecheuxtiana, sabemos que sujeito e sentido se constituem, simultaneamente. Assim, essa criança, mesmo que ainda na barriga da mãe, já é significada e sendo significada, já é sujeito, já se constitui no entremeio língua, sujeito e história. Logo, o homem não nasce político, mas nessa teia de relações, ele vai se tornar político, isto é, na convivência com os demais. Ele nasce significado por esses outros sujeitos, e na convivência com eles já estará agindo politicamente.

O que temos é a militante, inscrita na FD da ditadura, com a qual não se identifica, sendo interpelada pelos saberes da FD da resistência e, por tal motivo, tendo sua filha ameaçada pelo torturador, inscrito na FD da ditadura e que se identifica com os saberes que a constituem. Isto é, sujeitos em diferentes posições, produzindo diferentes sentidos sobre a mesma prática de tortura. A FD da ditadura configura-se como dominante, é através dela que vão dizer os torturadores/militares, aqueles que prendem e torturam os militantes. A FD da militância, por sua vez, produz através da resistência, um lugar de confronto, de embate e deslize de sentidos, desorganizando a ilusória ordem do dizer e dos sentidos da FD dominante. Resistir é não ser dominado, é assumir uma posição outra, é entrar na ordem do político e do simbólico. É ousar.

Podemos dizer que a interpelação da militante pelos saberes que constituem a FD da resistência não caracteriza um afastamento da FD da ditadura, pensada como a da ideologia dominante, pois entendemos que a militante não deixa essa FD, resiste a ela, mas não a deixa, permanece ali, com medo, sob a pressão de tortura da filha.

Em R1, quando a militante diz: “Hoje, na minha compreensão feminista, eu entendo que eles torturavam as crianças na frente das mulheres achando que **nos desmontaríamos** por causa da maternidade.”, Oliveira não fala apenas por si mesma, mas também pelas outras mães, submetidas às mesmas práticas de tortura. Por outro lado, há o atravessamento do histórico, do imaginário construído em torno do “ser mãe”, que sinaliza para diferentes efeitos de sentido: mãe como cuidadora, zelosa, protetora, vigia, educadora, entre outros. Logo, há

divisão de sentidos e, conseqüentemente, dos sujeitos. Ao dizer “Hoje na minha compreensão feminista”, a militante retoma um passado que perpassa a produção do seu discurso atual, e reorganiza a sua tomada de posição, assumindo outro lugar em discurso, não mais só militante, mas também feminista. Sujeito dividido, sentidos dispersos. Também podemos refletir sobre o quão contraditório é esse espaço de testemunho que propicia uma relação passado – presente (*Hoje*).

Ao testemunhar, Oliveira é um sujeito porta-voz, que fala, também, em nome das outras militantes. Pêcheux, em seu texto *Delimitações, inversões, deslocamentos*, traz a questão do sujeito porta-voz, vejamos:

[...] o *porta-voz*, ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do acontecimento: o efeito que ele exerce falando “em nome de...” é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior (PÊCHEUX, 1990, p. 17, grifo do autor).

Assim, em outras condições de produção, em que a militante pode dizer o que naquelas determinadas condições de produção de cárcere e tortura não podia, expõe/afronta os torturadores, denunciando a prática de ameaça aos filhos das militantes, com um discurso que carrega esse “nós”, que representa também as outras mulheres. Na perspectiva à qual nos filiamos, esse “nós” demanda uma ilusão de coletividade, pois funciona a partir de uma relação de pertencimento, de partilha, de igualdade e de homogeneidade; apagando a divisão. Ao apagar a divisão, apaga-se o político. Por isso, dizemos que esse “nós” é um efeito de sentido que constitui a necessidade de pertencimento de todo sujeito à algo, à alguma coisa, no sentido de agregar-se, de estar colado à/a.

Em R2, temos relatada, por outra militante, uma situação semelhante, em que os torturadores mentiram que estavam com sua filha e que ela iria ser torturada.

R2

Eu quase enlouqueci. Um dia, eles me levaram para uma sala, me algemaram numa cadeira e, na mesa que estava na minha frente, tinha uma banheirinha de plástico de dar banho em criança, cheia de pedras de gelo. Havia o cavalete de pau de arara, a máquina do choque, e tinha uma mamadeira com leite em cima da mesa e um relógio na

frente. Eles disseram: ‘Pegamos sua menina, ela já vai chegar e vamos ver se você é comunista marruda mesmo’. Me deixaram lá, olhando para os instrumentos de tortura, e, de vez em quando, passava um torturador falando: ‘Ela já está chegando’. E repetia algumas das coisas que iam fazer com ela. O tempo foi passando e eles repetindo que a menina estava chegando. Isso durou horas e horas. Depois de um tempo, eu percebi que tinham passado muitas horas e que era blefe (COSENZA, 2010, p.192).

Entendemos que o torturador busca a desestabilização da FD da resistência no intuito de que a militante entregue os companheiros ou informações que levem até eles. Ao dizerem “Pegamos sua menina, ela já vai chegar e vamos ver se você é comunista marruda mesmo”, temos o pronome possessivo “sua”, ou seja, a criança tomada como não como propriedade ou como objeto, mas como extensão da mãe, logo, punir a criança é punir a mãe. Como se mãe e criança pertencessem a um espaço único e como se somente a criança fosse capaz de fazê-la se afastar da FD, na qual estava inscrita.

Essa ligação entre mãe e filho, para Arendt (2007), poderia ser explicada por ser processo e o produto de existência vital, sempre mantidos na privacidade. A autora trará como exemplo os escravos e as mulheres, pois ambos utilizavam-se do corpo: o primeiro com seu trabalho que garantia a subsistência dos indivíduos e o segundo que se encarregava da sobrevivência da espécie. Essa relação se deve ao fato de a mulher e a criança estarem restritas ao espaço privado, não devendo adentrar ao espaço público. Arendt afirma:

[...] mas é impressionante que, desde os primórdios da história até o nosso tempo, o que precisou de ser escondido na privacidade tenha sido sempre a parte corporal da existência humana tudo o que é ligado à necessidade do próprio processo vital e que antes da era moderna abrangia todas as atividades a serviço da subsistência do indivíduo e da sobrevivência da espécie. Mantidos fora da vista eram os trabalhadores que «com o seu corpo, cuidavam das necessidades (físicas) da vida», e as mulheres que, com seu corpo garantem a sobrevivência física da espécie. Mulheres e escravos pertenciam à mesma categoria e eram mantidos fora das vistas alheias - não somente porque eram a propriedade de outrem, mas porque a sua vida era «laboriosa», dedicada a funções corporais (ARENDDT, 2007, p.82).

As mulheres, então, desde os primórdios, tinham seu lugar restrito ao espaço privado, onde eram genuinamente mães, seu “trabalho” era garantir a sobrevivência da espécie, seu corpo dava origem a outros corpos e ela deveria zelar por esse outro corpo, mantendo-se sempre fora de vistas alheias. Nesse sentido, a cidade determinada pelo discurso do urbano,

delimita fronteiras e produz separação, exclusão e segregação. Dito isso, entendemos que a mulher não foi pensada dentro desse todo planejado pelo discurso urbanístico.

Quando a militante relata: “Eu quase enlouqueci”, produz-se um batimento entre a posição sujeito - militante e a posição sujeito –mãe. Como ser mãe e defender sua filha e como ser militante e se revoltar contra alguém que tem algo que é “seu” (o filho como extensão do seu corpo), ao mesmo tempo? É esse o momento em que o torturador tem que ser eficaz e fazer com que ela tome uma posição, e essa posição é a de mãe, constituída pelo imaginário de ser aquela que defende e faz qualquer coisa pelo filho, até mesmo delatar os companheiros.

Em R3, temos uma militante que foi presa grávida e teve de fazer uma cesariana num hospital onde atuavam médicos, os quais podemos chamar “facilitadores” da tortura, que agiam segundo as ordens militares.

R3

Minha filha nasceu em setembro de 1976, durante o governo Geisel. Eu tive de fazer o parto num hospital privado, fiz uma cesariana, sofri muita pressão. **Eles diziam que tinha de fazer como na Indonésia: matar os comunistas até a terceira geração para eles não existirem mais.** E depois, a entrega da minha filha foi muito difícil. Eu a entreguei para a minha sogra, pois minha família estava toda no exílio. Foi a pior coisa da minha vida, a mais dolorida. **A separação de uma criança com três meses é muito dura para uma mãe, é horrível. É uma coisa que nunca se supera. É um buraco. De toda a minha história, essa é a mais dramática.** A minha gravidez resultou do primeiro caso de visita íntima do Rio de Janeiro (JANE, 2010, p.125).

Há a tortura psicológica de ameaça à vida da criança que está por nascer, a partir de um discurso que retorna: o do massacre da Indonésia, em que milhares de comunistas foram assassinados. Um fato que também significa nessas condições de produção, uma história que se repete, que está na memória e no interdiscurso. Entendemos a criança, novamente, como parte desse sistema político, como “produto”, como “continuação”, como “extensão” dessa mulher militante e de tudo o que ela representa e defende. Podemos relacionar essa ideia do sujeito, como parte do sistema, com o que é postulado por Orlandi, ao afirmar que mesmo que se tenha singularidade na maneira em que língua e história nos afetam, “Quando nascemos os

discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós” (ORLANDI, 2012a, p.35).

Ao dizer “Foi a pior coisa da minha vida, a mais dolorida. A separação de uma criança com três meses de idade é muito dura para uma mãe, é horrível. É uma coisa que nunca se supera. É um buraco. De toda a minha história, essa é a mais dramática.”, o sujeito assume uma posição em discurso, a posição-sujeito mãe que sustenta o dizer da militante e, além disso, carrega, em seu dizer, o imaginário sobre aquilo que é ser uma “mãe”, isto é, não poder ficar longe do filho, não abandonar o filho. Ressoa em seu discurso o ideal de maternidade, construído social e historicamente.

Destarte, quando a militante alega que a separação de uma mãe e um filho é uma coisa que nunca se supera, um buraco na memória, nós temos a noção mesma de um trauma, ou seja, aquilo que fica para sempre na memória do sujeito, que nunca se apaga, nunca se esquece. Segundo Scherer e Taschetto, no que tange à memória:

[...] é muito mais que uma colagem, uma montagem, uma reciclagem, uma junção. Memória é tudo que pode deixar marcas dos tempos disjuntados que nós vivemos e que nos permite a todo o momento fazer surgir e reunir as temporalidades passadas, presentes e que estão por vir. (SCHERER; TASCETTO, 2005, p.5)

Concebemos que esse “buraco”, relatado pela militante, é uma característica da memória, é a falha, é a falta, é a incompletude do dizer, do sentido. É o impossível do narrar. Ao tratar da memória, sabemos que, cada vez que se narra um trauma, podem emergir novos sentidos, pois o sentido sempre pode ser outro e está sempre sujeito ao deslize.

Esse “buraco” não está relatado na história, mas constitui a historicidade dessa militante. Esse buraco está na memória, postulada por Pêcheux(1999) como não homogênea, formada a partir da história, cujos sentidos estão sujeitos a desdobramentos, conflitos e polêmicas; não havendo uma única interpretação para os fatos ocorridos, mas várias, pois, a cada vez que se diz algo, outros sentidos ressoam.

Em R3 e R4, as duas seqüências discursivas grifadas apresentam sentidos que têm ressonância, posto que apontam a tortura que incluía seus filhos como a pior tortura, a mais dolorosa. Esses sentidos são da ordem do já dito, do já-posto, afinal, são frutos de um imaginário que coloca a mãe como responsável por essa criança. Em R4, temos as falas das crianças pela voz da militante, as indagações delas ao serem levadas à sala de tortura e se depararem com os pais debilitados em função da mesma.

R4

Mas com certeza a pior tortura foi ver meus filhos entrando na sala quando eu estava na cadeira do dragão. Eu estava nua, toda urinada por conta dos choques. Quando me viu, a Janaína perguntou: ‘Mãe, por que você está azul e o pai verde? ’. O Edson disse: ‘Ah, mãe, aqui a gente fica azul, né? ’. Eles também me diziam que iam matar as crianças. Chegaram a falar que a Janaína já estava morta dentro de um caixão (TELES, 2010, p.162).

A militante relata as perguntas das crianças, mas não relata suas respostas aos questionamentos. Não dizer, nessas condições, era dizer muito, era “proteger”. Nada poderia ser respondido aos filhos, para protegê-los, nada poderia ser dito aos torturadores para que elas, enquanto mães, pudessem se proteger. Em R4, pelo nosso gesto interpretativo, podemos dizer que há a retomada dos sentidos em torno da proteção: se por um lado proteger era dizer muito, delatar; por outro, não dizer, calar, silenciar, era a forma velada de proteção. Há, nesse funcionamento, o deslize dos sentidos de acordo com a heterogeneidade constitutiva das FD’s, às quais os sujeitos estão filiados. Limites porosos e não delimitados.

Ainda no que tange aos questionamentos e a não resposta da mãe às crianças, retomamos o que afirma Pêcheux (1997), em relação ao real, isto é, “não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele; dá de encontro com ele, o encontra” (PÊCHEUX, 1997, p.29), na impossibilidade do dizer, como acontece em R4. Mariani (1999) ao problematizar, a partir do que diz Milner (1987) sobre o real como registro do impossível na língua, assevera que:

É um registro que se marca como falta e onde o significante primordial se inscreve na tentativa de vedar o vazio que o real faz comparecer e que resiste à simbolização, permanecendo recalçado. Entender o real como impossível ou, dito de outro modo, como ponto de ruptura, permite pensar no que sempre falta e escapa às cadeias significantes já constituídas. E no que falta se marca o descontínuo, o não linear e com uma temporalidade de outra ordem (MARIANI, 1999, p.4).

Quando o sujeito de R4 se depara com o real, constituído pela pergunta dos filhos em meio às condições de produção da tortura, ela não tem respostas, tanto que é Edson que vai responder à pergunta da irmã, “Ah, mãe, aqui a gente fica azul, né?”. É uma ruptura, uma falta com a qual o sujeito se depara, como se “faltassem palavras”. E, nesse não dizer, o silêncio funciona como lugar de produção de sentidos, pois mesmo diante do impossível da língua, temos sentidos sendo produzidos por esse sujeito, seja o medo, sejam as hipóteses do

que pode acontecer, essa falha, essa falta, esse vazio do real, convertido em silêncio. Os sentidos estão ali, embora não audíveis. Esse silêncio, por parte da mãe, significa, é a matéria significativa por excelência, é o real da significação, é o real do discurso (ORLANDI, 2002).

Esse lugar de resistência, assumido pelo sujeito em R4, não cabe enquanto discurso na FD em que o torturador estava inscrito, mesmo admitindo que atentar contra seus filhos era a pior tortura para essas mães, elas não delatavam os companheiros, não deixavam de militar, de resistir, mas também não deixavam de se preocupar com seus filhos e sofrer por vê-los expostos ao “perigo”. Cabe pensarmos, aqui, nos limites das FD’s, nos quais, ao transitar de uma FD pra outra, o sujeito carrega os sentidos de uma FD para a outra. Elas permaneciam num lugar de entremeio, que se dava pelo seu silêncio, um silêncio que carregava a falha, a incompletude. O silêncio ao se deparar com o real.

Orlandi, em seu texto *A fala de muitos gumes*, postula dois pretextos sobre o silêncio:

O primeiro é de que o silêncio, tanto quanto a palavra, tem suas condições de produção; por isso dada a diversidade dessas, o sentido do silêncio varia, isto é, ele é tão ambíguo quanto as palavras. O silêncio imposto pelo opressor é exclusão, é forma de dominação, enquanto que o silêncio proposto pelo oprimido pode ser uma forma de resistência. [...] O segundo é que a *fala é silenciadora* em vários níveis (ORLANDI, 2011, p.263, grifo da autora).

Dessa forma, sabemos que o silêncio das militantes estava atrelado àquelas condições de produção, à tortura. Além disso, por partir das mulheres, esse silêncio significava resistência, significava não desistir. E o que cabe nesse silêncio? Nem mesmo nós, enquanto analista desses recortes, podemos prever a dimensão desse silêncio. Porém, nos aventuramos a citar o que diz Fuks, sobre silêncio e ausência: “As vezes, no espaço de uma dor cabe apenas silêncio. Não um silêncio feito da ausência das palavras: um silêncio que é a própria ausência” (FUKS, 2015, p.75)

Orlandi (2011) observa que o sentido está sempre no viés, ou seja, para que se possa compreendê-lo, é necessário se perguntar “o que ele não está querendo dizer, ao dizer isto? Ou: o que ele não está falando quando está falando disso?” (ORLANDI, 2011, p.275). O que esses sujeitos na posição-sujeito militante, mas, ao mesmo tempo, tendo que ocupar a posição-sujeito mãe, querem dizer com o silêncio, o que ele implica, se esse silêncio não é transparente, o que ele carrega, que sentidos o constituem?

Esperamos sempre estar produzindo signos visíveis e audíveis, o que cria uma ilusão de controle. Quando não produzimos esses signos visíveis e audíveis, há uma quebra nesse ilusório controle, o que acarreta, como vemos em R4, nas ameaças, na tortura, buscando essa

verbalização sonora da militante. Entretanto, com base no que é relatado, essa produção não acontece. E, por fim, temos, novamente, a ameaça: “Chegaram a falar que a Janaína já estava morta dentro de um caixão”.

Essas lembranças de experiências traumáticas, profundamente marcadas pelo corpo, são vistas pelas próprias militantes e, também, por nós, enquanto testemunhas, com um novo olhar, no qual as relações de gênero marcam o cerne de seus discursos. Há resistência através dos silêncios, das dificuldades de narrar o ocorrido, na necessidade da denúncia (TEGA, 2015).

Em R5, a militante diz que estava grávida quando foi presa. Seu marido, Paulo Fontelles, também fazia parte da resistência e ela, enquanto companheira, foi presa e interrogada pelos torturadores, no intuito de serem obtidas informações sobre seu esposo.

R5

Quando fui presa, minha barriga de cinco meses de gravidez já estava bem visível. Fui levada à delegacia da Polícia Federal, onde, diante da minha recusa em dar informações a respeito de meu marido, Paulo Fontelles, comecei a ouvir, sob socos e pontapés: **‘Filho dessa raça não deve nascer’** (VEIGA, 2010, p.76).

Com a recusa da militante em prestar as informações exigidas, começa a violência, como um castigo, como uma penitência. Mais uma vez, o silêncio funciona como lugar de produção de sentidos, e na recusa do dizer ele significa, e na ausência das palavras, na emergência daquilo que ficou por dizer, ou que deveria ser dito, ações violentas são necessárias. A violência, o uso da força, a tortura e outros meios de punição e coerção funcionam sob essa mesma ausência, permitem o desdobramento do não dizer em ações.

A palavra “raça” produz, pelo funcionamento da memória, uma rede de sentidos que, postos no interdiscurso, sinalizam para diferentes efeitos de sentido e, entre eles, destacamos, “raça” como um dos alicerces de divisão dos povos, posto pelos regimes totalitários, sobretudo no nazismo. Ainda podemos dizer que a palavra “raça” funciona no discurso do torturador(e do Estado como dominante), como forma de menosprezo, pois se está dizendo que filhos de “comunistas” (retomando o que é dito em R3), como eram chamados os militantes pelos torturadores, não deveriam nascer. Afinal, quais os sentidos que estão em torno da designação comunistas? Que tipo de relação se estabelece entre ser comunista e ser militante? São questões que, pela ordem do histórico, demandam um saber sobre as condições de produção da fundação do Partido Comunista na Rússia, ou melhor, a Revolução Russa

(1905). Esse evento se organizou pautado na resistência ao regime czarista de Nicolau II, por parte de uma parcela da população reprimida pelas condições de domínio do mesmo. (COSTA, 2010).

Sobre a relação mãe e filho como extensão, podemos dizer que a “raça” funcionaria como um modo de divisão, mas também de perpetuação de herança, sendo que o filho carrega em sua existência as características constitutivas da mãe, ou seja, pela FD da ditadura “filho dessa raça, não deve nascer”, ou, pedindo licença para um trocadilho, “Filho de militante, militante é.”. Nesse mesmo sentido, destacamos a obra de Derlei Catarina de Luca, que narra, em *No corpo e na alma*, publicado em 2002, sua trajetória de resistência ao golpe civil-militar de 1964. A autora disserta acerca de suas lembranças no interior dos movimentos de militância: a principal memória é a da gravidez e do que ela significou nas condições de produção em que estava inserida. De Luca (2002) vai registrar problemas de três ordens, enfrentados a partir da “escolha” em manter a gravidez: a opressão e repressão que a cada dia cercava mais as organizações de esquerda, torturando e assassinando seus companheiros; a reestruturação da organização a qual pertencia; e a urgência de sua vida conjugal (TEGA, 2015).

Segundo Souza (2016), pertencer ao grupo “mulheres” (retomamos o “nós”, citado anteriormente) intensificava as atitudes repressivas e violentas, centradas sempre no gênero e no corpo. A autora dispõe que a exploração da sexualidade feminina e a maternidade como forma de ameaça foram amplamente utilizadas no período ditatorial, visto que a atitude militância causava, nos militares, um misto de ódio e espanto, potencializando a violência. Pensar essa violência através de uma perspectiva de gênero implica entender e denunciar os mecanismos de poder patriarcal que operavam, a partir da tortura desses corpos, marcados pelo gênero. Corpos controlados, nessas condições de produção, pelo poder exercido sobre eles pelos torturadores, os quais subordinavam e oprimiam, explorando a sexualidade e a maternidade, num sistema que institucionalizava tais ações físicas e simbólicas contra o corpo feminino (TEGA, 2015).

Em R6, temos relatada a violência psicológica contra a militante e a violência física contra a criança:

R6

Quando cheguei lá, por volta da meia-noite, encontrei meu filho, Carlos Alexandre, que na época tinha dois anos de idade, e a moça que cuidava dele. Me levaram imediatamente para a sala de tortura, e era o delegado Fleury que estava me esperando. Já era tarde da noite e o Fleury ficou irritado de saber que meu filho estava ali. Então, ele saiu para resolver o que fazer com o menino. Eu acabei não sendo torturada e, depois, soube que meu filho foi levado para a casa da minha sogra. Apesar de não ter sofrido tortura física, sofri muita violência psicológica. Fui colocada numa solitária, revistavam a cela com cachorros e faziam chacota de mim. **Como eu era muito magra e tinha pouco seio, eles perguntavam como eu tinha conseguido amamentar com tão pouco peito. Mas isso de uma maneira muito escrachada. Eles também falavam que a gente tinha doutrinado nosso filho.** Tempos depois eu fiquei sabendo que quando foram me prender em casa, encontraram meu filho e a babá. Os homens passaram o dia lá. **Mandaram que os dois ficassem quietos no sofá, mas como meu menino começou a chorar, o cara ficou nervoso e deu um tapa tão forte na boca do meu filho que os lábios dele se cortaram** (ANDOZIA, 2010, p.179).

A primeira imagem vista pela militante é seu filho de dois anos de idade, juntamente com a babá. O torturador é o “delegado Fleury” que fica irritado com a presença da criança e vai resolver “o que fazer” com ela. Novamente, temos a criança como “objeto” de tortura, usada para causar essa aflição na mãe. São processos de significação estabilizados sobre o que é ser mãe, que fazem com que se pressuponha que ela se afastará da FD da militância/resistência, pois na posição-sujeito mãe, ela precisa e “deve” defender seu filho, é esse o imaginário construído sobre a mãe. Em seguida, ela relata que faziam chacota de seu corpo e do pouco seio que tinha, referindo-se à amamentação de seu filho. Temos o corpo feminino significado nessa FD da ditadura como corpo de reprodução e há um ideal desse corpo de reprodução: não pode ser magra, não pode ter pouco seio.

Esses sentidos produzidos sobre o “ser mãe”, admitidos por todos como naturais, são parte do processo ideológico que faz com que tais sentidos pareçam “evidentes”, constitutivos do sujeito. O que acontece é que a ideologia está funcionando a todo o momento, ela não é a falta, mas “ela representa a saturação, o efeito de completude [...] sustentando-se sobre o já dito. Desse modo, resulta que se considera como natural, aquilo que é fabricado pela história” (ORLANDI, 2002, p.96-97).

O filho de Andózia, Carlos Alexandre, foi a vítima mais jovem a ser submetida à tortura. Como exposto em R6, a criança levou um tapa de um dos militares e, ainda, segundo pronunciamento³² de seu pai, o jornalista Dermi Azevedo, sofreu com outras violências:

Com apenas um ano e oito meses de vida, ele foi preso e torturado, em 14 de janeiro de 1974, no DEOPS paulista, pela "equipe" do delegado Sérgio Fleury, onde se encontrava preso com sua mãe. Na mesma data, eu já estava preso no mesmo local. Cacá, como carinhosamente o chamávamos, foi levado depois a São Bernardo do Campo, onde, em plena madrugada, os policiais derrubaram a porta e o jogaram no chão, tendo machucado a cabeça. Nunca mais se recuperou. Como acontece com os crimes da ditadura de 1964/1985, o crime ficou impune. O suicídio é o limite de sua angústia.

No discurso dos torturadores, Andózia e Azevedo tinham “doutrinado” seu filho, pois este não parava de chorar, ou seja, não silenciava, não “obedecia”, já estava implícito seu olhar em relação à criança. Entendemos por implícito “o não dito que se define em relação ao dizer”, postulado por Orlandi (2002, p.102). O que queremos expor é que a criança, embora não tivesse condições de dizer ou entender a ditadura, fazia parte do afronte, afinal era filha de pais militantes. Carlos Alexandre nunca se recuperou do trauma da tortura, ele se suicidou aos 40 anos.

Na esteira de Orlandi (2002), podemos dizer que silenciara criança, silenciar os militantes, não é calá-los e sim impedi-los de sustentar outro discurso, de se inscrever em uma FD que não seja a da ditadura, havendo, dessa forma, a proibição de sentidos, a censura, ou seja “a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas [...] proibem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições” (ORLANDI, 2002, p.104). A censura atinge a constituição da identidade do sujeito e, na censura, está a resistência, visto que, o sujeito vai tentar dizer de outra forma, ou não dirá, não sonoramente. Contudo, é impossível que os sentidos sejam, de fato, censurados.

A mulher, ao sustentar essa posição sujeito - mãe, desestabiliza os sentidos sobre “ser mãe” postos na FD da ditadura, e ela resiste, aguenta a tortura, não fala, não entrega. Ela deixa esse lugar imposto à “mãe” por uma construção social, ela é interpelada pelos discursos da FD da ditadura, pelas ameaças do torturador, mas também é atravessada pelo desejo de questionar o imaginário, de romper com os dizeres da FD da ditadura. Tega (2015) discorre sobre a significativa presença de mulheres nos espaços de militância, a qual “contribuía a um

³²*O triste fim de um brasileiro torturado quando era bebê.* Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/jornal/o-triste-fim-de-um-brasileiro-torturado-quando-era-bebe/>>. Acesso: em 3 out. 2017.

questionamento do imaginário social daquilo que é e deve ser uma mulher” (TEGA, 2015, p.134).

Amelinha Telles, em uma introdução ao livro *Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*, revela que, ao decidir pela maternidade, as militantes sabiam que havia risco, também, para as crianças:

As mulheres militantes, ao decidirem pela maternidade, eram advertidas de forma sistemática sobre o que poderia lhes advir caso caíssem nas garras da repressão. Havia reações negativas em relação à escolha pela maternidade. As organizações, de um modo geral, não adotavam nos seus planos de ação o enfrentamento dos problemas do cotidiano, considerados menores e que deveriam ser postergados para quando houvesse o triunfo da *revolução*. Por outro lado, existia o compromisso, nas mais diversas circunstâncias, de proteger mulheres e crianças das garras perversas da repressão. Algumas organizações excluía as grávidas ou mães de crianças pequenas das tarefas políticas e/ou militares, no sentido de impedir que acontecesse o pior: a mãe ter sua criança torturada e/ou sequestrada, usada como refém pelos agentes da repressão, assim como as crianças assistirem a suas mães ou a seus pais sendo torturadas(os). A relutância em aceitar as mães como militantes não era sem razão. A repressão política não poupou nem crianças nem mulheres grávidas (TELES, 2014, p.17).

Com isso, entendemos que as militantes reconheciam os riscos de serem mães dentro das organizações de militância. Como relatado em R1, R2, R4, R5 e R6, as crianças sofreram com a repressão, foram “presas” junto com as mães e já estavam inscritas na FD da resistência, por serem consideradas uma extensão do corpo da mãe. Em R3, a militante estava grávida, e mesmo nessas condições, não foi poupada ou teve qualquer tratamento diferenciado, visto que as ameaças ao filho que carregava, no ventre, permaneceram até depois de seu nascimento.

Os relatos abordados neste estudo revelam a quebra da intimidade, que está no desnudar, e que está nessa criança com a qual a mãe mantém relação de intimidade, de afeto. Assim, maternidade é intimidade. Essas mulheres resistem ao regime militar, resistem à tortura e à fragilidade causada por ele, resistem à fragilidade da própria vida e da vida de outro sujeito, que é uma extensão de seu corpo. Configura-se, então, um espaço de dupla fragilidade, pela fragmentação da intimidade dessas mães e pela fragilidade de seus filhos, dessas crianças expostas. Talvez elas não consigam assumir uma posição definida ou plena, porque isso é uma ilusão, tendo em vista que, na perspectiva que assumimos, sujeito e sentido nunca são plenos, nem unos, mas heterogêneos, divididos e não transparentes, como a língua em sua constituição. Logo, ao tomar uma posição em discurso, o sujeito assume também a responsabilidade sobre o seu dizer, podendo ocupar, transferir e produzir outros sentidos, outras posições. Movimento constante, lugar de confronto, de choque, de divisão.

4.3 É PRECISO “OUSAR REVOLTAR”³³

O estímulo de querer viver causado pela presença da criança e a pressão que se estabelecia pela ameaça a essa criança se constituem em dois pontos distintos, porém desembocam em uma mesma vertente: a necessidade do cuidado da mãe para/com a criança. Isto é, dessa ligação, dessa dependência da/na relação mãe e filho. A psicóloga Bleichmar (1988), ao tratar do sistema narcisístico da mulher, elucida que o nascimento de um filho “lhe prova que foi capaz do ato máximo: a criação da vida. Ao constatar que seu leite e seus cuidados são indispensáveis, que unicamente sua presença é vital para alguém, a mulher pode, pela primeira vez na vida, sentir-se insuperável” (BLEICHMAR, 1988, p.94).

Com base em tais premissas, a construção do que é “ser mãe” e a tortura assentada no gênero feminino, questionamo-nos em relação a esse “jogo” do torturador com as mulheres/militantes/mães. Se o “jogo” do torturador “funcionasse” e a militante entregasse informações ou confessasse uma “culpa”, qual seria a garantia de sua sobrevivência, qual seria a garantia de sobrevivência da criança? Estando ela inscrita na FD da resistência, ciente das artimanhas dos torturadores, desistiria, ela, de resistir? Mesmo no caso de alguma das mulheres cederem às ameaças, poderíamos dizer que ocorreu o processo de desidentificação com a FD da resistência? Uma revelação forçada, a entrega de informações ou de companheiros em detrimento da vida do filho consiste numa desidentificação com FD da resistência? São questões que permanecem no desenrolar desta escritura.

Nesse “jogo” o sujeito se desdobra, desestabilizando a FD na qual está inscrito e as demais FD’s as quais ele poderá se filiar. Por esse movimento, podemos dizer que as FD’s possuem limites aparentemente fechados e/ou delimitados, no entanto, isso é apenas uma evidência. Além disso, após o que foi abordado, permanece conosco a reflexão sobre a questão do risco e da decisão em correr esse risco, tomada por essas mulheres. Que processo está em funcionamento na constituição do discurso daquela que resiste? Recorremos, então, aos dois pontos postulados por Pêcheux:

- Não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso “ousar se revoltar”.
- Ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso “ousar pensar por si mesmo”(PÊCHEUX, 1995, p. 304).

³³ Citação de Pêcheux (1995, p.304).

Assim, a luta de classes, que é o motor da história, sempre se reproduz, transforma-se, mas nunca deixa de existir. Há uma eterna luta por poder, uma luta por dominação. Nesse sentido, é possível aceitar essa dominação se inscrever na FD dominante e reproduzir a ideologia dominante. Porém, pode haver uma falha na interpelação ideológica de um sujeito que, não se identificando com a FD dominante, “ousar se revoltar” e contestar, afasta-se, rompe e resiste a ela. Mesmo com a dominação, com a imposição de uma ideologia que se sobrepõe, não é possível que todos pensem de modo igual ou que um sujeito possa pensar pelo outro, o inconsciente é individual, ele constrói um sujeito dividido, clivado, um sujeito determinado pela falha, pela falta.

As mulheres, cujos recortes dos testemunhos foram analisados neste estudo, significam, pela/na língua, esse movimento de ruptura com a FD dominante. São sujeitos que ousaram se revoltar e pensar por si mesmas. O torturador tenta fazer com que elas deixem o lugar de resistência que ocupam, no entanto não há como ele pensar do lugar delas, não há como ele promover o afastamento delas da FD da resistência, esse processo é ideológico e ocorre por uma falha no ritual. Uma falha na interpelação do sujeito, afinal “não há ritual sem falhas”(PÊCHEUX, 1995, p.301) e “só há causa daquilo que falha” (PÊCHEUX, 1995, p.293). Podemos afirmar, então, que é a partir dessa falha no ritual, que se instaura a contradição e que podemos pensar a resistência. A causa, definida pelos lapsos, pelo ato falho, determina o sujeito, isto é, esses sentidos inconscientes jamais esquecidos ou apagados constituem um sujeito que é dividido. Há a falha, mas a ideologia não deixa de funcionar.

É nesse processo de materialização do real possível da língua em discurso, que o confronto permite o movimento de sentidos e dos sujeitos. Nesse movimento não se dá somente a produção de sentidos, mas a (re)produção, a não homogeneidade, a não transparência da língua. Existe a falha, pois o sentido não está preso às palavras, ou colado à elas, é o sujeito que, confrontando o real da língua e o real da história, permite esse movimento de sentidos. Um sujeito nunca autônomo, um sujeito que é posto pela ideologia.

EPÍLOGO ILUSÓRIO

O que se materializa para nós, enquanto analistas de discurso, é que toda a análise é um olhar, é um ponto de vista, no qual somos sempre interpelados pela ideologia e, embora pretendamos criar um distanciamento em nossa relação com o objeto, sabemos que não há como fazê-lo. Sabemos que não existe neutralidade, não existe imparcialidade, somos constituídos por discursos e atravessados por eles. A AD pecheuxiana nos encaminha à compreensão de que o que existe é sempre uma luta, uma luta de classes, uma luta por poder, uma luta ideológica pelos sentidos.

Como afirmam Nogueira e Cestari (2013, p.4), “o discurso como objeto teórico em uma constelação conceitual, [...] é uma aposta para uma intervenção na luta teórica e política.” Compreender o sujeito do/no discurso, em sua relação com a teoria das ideologias, viabiliza questionar as posições sujeito nos movimentos de identificação constitutivos do processo discursivo. Essa tomada de posição não é intencional, não pensamos em “sair de uma posição” para “tomar outra”, são as condições de produção, os outros sujeitos envolvidos que exigirão do sujeito tomar uma posição-sujeito de acordo com as circunstâncias e a própria ideologia, que pelo seu funcionamento, nega e, ao mesmo tempo, admite as causas e efeitos constitutivos da produção de sentidos. (ALTHUSSER, 1985)

Essa luta se materializa na língua, que, por sua vez, é lugar de visibilidade do discurso, do dizer de um sujeito, a partir da produção e divisão de sentidos. Embora a ideologia, como postula Pêcheux (1997), dissimule sua existência no interior de seu funcionamento e se constitua num ritual com falhas, ela está sempre em funcionamento, ela não para. Ela é a engrenagem dessa luta de classes. Dito isso, atestamos para a dificuldade que encontramos ao distanciarmo-nos desse objeto que nos interpela, nos emociona, nos desperta interesse e vontade de mudança, que inquire de nós uma tomada de posição. Resistência. Esse outro que é tão próximo de nós, que é tão parecido conosco. Esse outro que é significado a partir de uma construção social masculina e dominante, que segrega, que impõe, que carrega um imaginário que o limita, que o inscreve, que o circunscreve.

Retomando um dos títulos de uma obra que nos embasa, *O papel da memória*³⁴, questionamo-nos sobre o quão delicado e desafiador é movimentar os sentidos que carregamos na memória. O papel da memória teria um vínculo com o “ousar revoltar-se” ou com a resistência, com tudo aquilo que nos faz pensar por nós mesmos, enquanto sujeitos livres? Parcialmente livres? Nada livres? O que seria “ser livre”? O que é liberdade no

³⁴ Pêcheux (1999).

discurso? O silêncio é liberdade? Conforme Sartre (1943), citado por Orlandi (2017), a liberdade não é algo que o homem tenha e sim algo constitutivo, isto é, o homem é livre, ele tem a capacidade de agir livremente. Orlandi reitera que “Ora, sendo antes de tudo liberdade, o homem não é propriamente nada, além das possibilidades de ser, antes de assumir por si mesmo um projeto de existência.” (ORLANDI, 2017, p. 14)

Como explicitamos, no preâmbulo desta dissertação, adentramos a casa e pudemos conhecer um pouco dela, porém ainda existem muitas indagações e muitas outras entradas possíveis nesse mesmo objeto, nesse mesmo tema. Tega (2015) nos provoca a delinear outros caminhos a partir de testemunhos de mulheres cujo tema contorna a questão da maternidade, a saber:

[...] tanto os testemunhos como as pesquisas neles baseadas não problematizam a questão da responsabilidade em relação às crianças. Destacam as relações de gênero [...] mas deixam de lado as implicações que as crianças poderiam sofrer naquelas circunstâncias: se é inegável a importância do amor e das atenções maternas e paternas para possibilitar uma infância feliz (TEGA, 2015, p.137).

Tega (2015) trilha outros possíveis caminhos de análise, que melhor se encaixem, talvez, em estudos alicerçados em outras regiões do saber, todavia o que queremos expor é que há um leque de possibilidades para deixar dizer, deixar retornar essa memória de resistência à ditadura. É necessário coragem, é necessário mergulhar bem fundo. Por fim, “da nossa parte, podemos tomar tal coragem como estímulo para servir de porta-voz a novos sentidos sobre essa história, ajudando a ressignificá-la, a contá-la de novo, de um outro ponto de vista.” (DALTOÉ, 2016, p.164).

Chegamos a um final possível de nossa primeira visita à casa, sabemos que não existe um final definitivo, de modo que sempre há muito a se dizer, contudo, por ora, despedimo-nos. Como dispõe Scherer (2002), navegamos por terras novas, pelo não visível, deixamo-nos levar pelos sentidos dados, encontramos sentidos nas palavras do outro. A autora, com toda sua poesia, expõe o que é necessário para pesquisar:

[...] para pesquisar é preciso nos esfacelarmos em múltiplos pedaços para nos lançarmos em um caminho incerto, nos engajarmos em um caminho obscuro rumo a um lugar incerto. Pesquisar é também nos expormos. Não existe pesquisa sem exposição ao outro e as bizarras da viagem. É navegar em busca de pontos novos, terras novas, é transitar pelo não senso – o não visível – é retornar a nossa origem com novos sentidos. [...] é nos deixarmos levar pelos sentidos dados, é assumir as nossas limitações, é encontrar sentidos nas palavras do outro, é encontrar sentido no saber, espectro da verdadeira mudança (SCHERER, 2002, p.18).

Apoiados no dizer de Scherer, retornamos a nossa origem com novos sentidos, com novas questões que se constituíram no decorrer da escritura deste trabalho, com inquietações que nos acompanham sempre. Nos desafiamos e nos encorajamos a desenvolver este estudo e a encontrar sentidos nas palavras do outro, que também são nossas, que também significam para nós. Foi nessa busca que encontramos o saber, pois não há como pensar pelo outro, há como navegar no seu discurso, nas suas palavras e movimentar esses sentidos, dando espaço ao deslize, ao deslocamento, à ruptura com o óbvio para dar lugar ao aprofundamento na história, na constituição de sentidos.

É possível dizer que o silêncio é um lugar incomodo, é um lugar de tensa instabilidade que opera na dupla via: o nada dito e o tudo silenciado. Se faltam palavras, o silêncio supre esta necessidade, produz sentidos recobrando a ausência do dizer pela presença do não dito, do apagado, do desejado, do interdito. As palavras aparentemente se esvaem no silêncio, logo, porém, ressurgem sempre novas, divididas, incompletas e não transparentes. Significam. Por fim, retomamos Orlandi (2017, p. 109) que afirma que o sentido não é exato, que sujeitos e sentidos não coincidem entre si, ou seja, que se movimentam, se deslocam e fogem. Na incompletude, no silêncio, na desarticulação, outros sentidos “se instalam desfazendo evidências pela fuga, pela polissemia, pelo silêncio. Aí vemos o silêncio funcionando como resistência, e o sujeito não coincidindo com a imagem sujeito que lhe tentam colar.” (ORLANDI, 2017, p. 109).

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD et al. **Papel da memória**. Tradução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Tradução Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ANSART, Pierre. As Humilhações Políticas. In: MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia (org). **Sobre a Humilhação: sentimentos, gestos, palavras**. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 18-21.
- ARANTES, Maria. Resistência e dor. In: MERLINO, Tatiana e OJEDA, Igor (Orgs). **Direito à memória e à verdade: luta substantivo feminino**. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. 1964.
- _____. **Da revolução**. SP: Ática, 1988.
- _____. **A Condição Humana**. , 10. ed. São Paulo: Editora Forense-Universitária, 2007.
- ARFUCH, Leonor. “Mujeres que narran: trauma y memoria”. **Revista Labrys**, N.15, 2009.
- AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane. Massacres: o corpo e a guerra. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (dir.). **História do corpo: as mutações do olhar: o século XX**. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BECK, Maurício; SCHERER, Amanda. As modalidades discursivas de funcionamento subjetivo e o legado marxista-leninista. **Letras (UFSM)**, v. 18, p. 169-183, 2008.
- BECK, Maurício; MARCEL, Phellipe. O sujeito e seus modos? identificação, contra-identificação, desidentificação e superidentificação. **Leitura**, v. 2, p. 135-162, 2012.
- BLEICHMAR, E. **O feminismo espontâneo da histeria: estudo dos transtornos narcisistas da feminilidade**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1988.
- BRASIL. **Comissão nacional da verdade**. Capítulo 1. 2014. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2017.
- BRASIL. **Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
- BRASIL. **Histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. – Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.
- BRASIL. **Aos descendentes de homens e mulheres que cruzaram o oceano a bordo de navios negreiros e foram mortos na luta contra o regime militar**. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial / Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

BRASIL. **Contexto histórico das graves violações entre 1946 e 1988**. Capítulo III. 2014. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2017.

CARNEIRO, Ana.; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo - Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2010.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997.

_____. As mulheres a ditadura militar no Brasil. In: **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, 2005, Coimbra. Papers do VIII Simpósio Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais, 2004.

COSTA, Frederico. Revolução Russa: vitória, degeneração e resistência. **Revista Eletrônica Alma da Crítica**. Ano 2, n. 2, mar.2010.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS/ IEVE – INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. **Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964- 1985)**. 2ª ed., São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

COURTINE, J.-J. **História do corpo: as mutações do olhar: O século XX**. Sob a direção de Alain Corbin. 3. ed. Tradução e revisão Ephraim Ferreira Ales. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CRUVINEL, M. Mulher e testemunho das (im)possibilidades de lembrar, esquecer e dizer. **Revista Moara** – Edição 43 – jul-dez 2015.

DALTOÉ, Andréia da Silva. A comissão nacional da verdade e suas ressonâncias nos documentários Verdade. Em busca da verdade. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 16, n. 1, p. 153-167, jan./abr. 2016.

DAVALLON, J. A imagem, uma arte de memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da Memória**. Tradução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 2004.

DE LUCA, Derlei Catarina. **No corpo e na alma**. Criciúma: Editora do autor, 2002.

DOMINGUES, Daniele; PINHEIRO, Marcos; LIMA, Talita. AI-5: o golpe dentro do golpe: Mesmo 40 anos depois, o Brasil ainda sofre suas consequências. **Portal PUC-Rio (online)**, 2007.

FERREIRA, M. C. L. Análise do Discurso e Psicanálise: uma estranha intimidade. IN: **Correio da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**. n. 131. Porto Alegre: APPOA, dez. 2004.

_____. Análise do Discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon** (UFRGS), v. 24, p. 17-34, 2010.

_____. O corpo como materialidade discursiva. **REDISCO - Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo**, v. 02, p. 77-82, 2013.

FIGUEIREDO, Euridice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. 1.ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.

FIDALGO, Lurdes. **(Re) Construir a Maternidade numa Perspectiva Discursiva**. Tese de Doutorado. Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar Universidade do Porto. 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

FUKS, Julián. **A resistência**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GADET, F; PÊCHEUX, M. **A Língua Inatingível**. O Discurso na História da Lingüística. Tradução Bethania Mariani e Maria Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

GARCIA, D. A. ABRAHÃO SOUSA, Lucília Maria. A Marcha das Vadias e a posição-sujeito-mulher: uma resistência constitutiva. In: XVII Congresso Internacional da ALFAL, 2014, João Pessoa. **Anais do XVII Congresso Internacional da ALFAL**, 2014. p. 1-12

INDURSKI, Freda. O trabalho discursivo do sujeito entre o memorável e a deriva. **Signo y Señã - Revista del Instituto de Lingüística**, v. 24, p. 91-104, 2013.

_____. Políticas do esquecimento x Políticas de resgate da memória. In: FLORES, Giovanna G. Benedetto; NECKEL, Nádia Régia Maffi; GALLO, Solange Maria Leda (orgs.). **Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia**, V. 2, Campinas, SP: Pontes Editores, 2016, p. 11-27.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson, SAFATLE, Vladimir (Org.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 123-132.

KUCINSKI, Bernardo (2011). **K.:** relato de uma busca. São Paulo: Estrela Polar.

LANZA, Fabio. Igreja Católica e Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil. In: VII Seminário de Pesquisa em Ciências Sociais, 2008, Londrina. **VII SEPECH - Caderno de Resumos**. Londrina: Eduel, 2008. v. 01. p. 26-27.

LACAN, J. (1974/75) **O Seminário**. Livro 22: R.S.I., Lição de 18 de fevereiro de 1975 (inédito).

MACHADO, V. Está faltando ela: a história da resistência feminina ao regime militar nos livros didáticos de História. In: IX Encontro Estadual de História: Vestígios do passado a história e suas fontes, 2008, Porto Alegre. **Anais Eletrônicos Encontro Estadual de História: Vestígios do passado a história e suas fontes**. Porto Alegre, 2008.

- MAGALHÃES, Belmira. Trabalho, Gênero e Educação. In: MAGALHÃES, Belmira; BERTOLDO, Edna (org.). **Trabalho, Educação e Formação Humana**. Maceió: Edufal, 2005.
- MARIANI, B. S. C.. Sujeito e Sentido: Efeitos de Linguagem. In: **Anais do XIII Encontro Nacional da ANPOLL**, 2000, Campinas. Síntese Anpoll 2000. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999.
- MARIANI, B. S. C.. Testemunho: acontecimento na estrutura. **Desenredo** (PPGL/UPF), v. 12, p. 48-63, 2016.
- MERLINO, Tatiana e OJEDA, Igor (Orgs). **Direito à memória e à verdade: luta substantivo feminino**. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.
- MOSER, Magali. Visita ao inferno dos porões da ditadura militar brasileira. **Portal Desacato**, 2012.
- MOURA, D. F. G.. Maternidade e Poder. **Revista Mal-Estar e Subjetividade** (Impresso), v. XIII, p. 387-404, 2013.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Vinte anos de feminismo**. Tese de Livre-Docência, IFCH, Unicamp, Campinas: 1996.
- NASIO, J.-D. **Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10. 1993.
- NOGUEIRA, L.; CESTARI, M. J. . Análise de Discurso e Militância política. In: VI Seminário de Estudos em Análise do Discurso - SEAD, 2013, Porto Alegre. **Anais do VI SEAD**. Porto Alegre: UFRGS, 2013. p. 1-7.
- ORLANDI, E. P. Segmentar ou recortar? Linguística: questões e controvérsias. **Série Estudos 10**. Uberaba, MG: FIUBE. 1984.
- _____. Maio de 1968, os silêncios da memória. In: ACHARD, P et al. **Papel da Memória**. Tradução e introdução de J.H. Nunes. Campinas, Pontes, 1999a.
- _____. Do sujeito na história e no simbólico. **Escritos n° 4**. Campinas, SP: Laboratório de Estudos Urbanos – Nudecri, maio, 1999b.
- ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: Unicamp, 2002.
- _____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas: Pontes, 2004.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 6ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2011.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2012a.

_____. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, Ideologia**. Campinas, SP, Pontes, 2012 B.

_____. Parkour: corpo e espaço reescrevem o sujeito. In: **Revista Língua e Instrumentos Linguísticos**. Campinas-SP, no 34-jul-dez, 2014.

_____. **Eu, Tu, Ele**. Discurso e real da história. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

PAIVA, Marcelo Rubens. Nós não esquecemos. In: TELES, Janaína (Org.). **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?**. 2. ed. - São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

PÊCHEUX & FUCHS (1975). A propósito da Análise Automática do Discurso. In : GADET & HAK (org). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, Michel. (1975). Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**. Tradução de Bethania Mariani et al. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1993.

_____. A análise do discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise. & HAK, Tony.(org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1990.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli; GERALDI, João Wanderley. (orgs.). **Cadernos de estudos linguísticos**. Campinas, p. 07-20, nº19, jul./dez., 1990.

_____. (1975) **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi et al. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. (1977) Remontons de Foucault à Spinoza. In: MALDIDIER, D. (Éd.) **L'inquiétude du discours**. Paris: Cendres, 1990, p. 245-260. Tradução de Maria do Rosário Gregolin.

_____. (1982) **“Rôle de la Mémoire”**, Tradução José Horta Nunes, *O Papel da Memória*. Ed. Pontes, Campinas, 1999.

_____. **O Discurso**. Estrutura ou Acontecimento. 3. ed. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Ed. Pontes, 2002

PETRI, Verli. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. In: _____; Dias, Cristiane. **Análise de Discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: UFSM, 2013, p. 39-48.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

_____. **Minha História das Mulheres**. São Paulo, editora Contexto, 2007.

PROGRAMA LUGARES DA MEMÓRIA. **Fazenda 31 de Março de 1964**. Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. **A partilha do sensível**: estética e política. Tradução Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO Experimental / Editora 34, 2005.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984 [livro eletrônico]. Londrina: EdueL, 2013.

RICOEUR, Paul. **Teoria da interpretação**. trad. port. Artur Morão. Porto: Porto Editora, 1995.

_____. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Memory, history, oblivion**. Budapeste, 2003. Tradução. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia>. Acesso em 30 de maio de 2017.

ROSA, Susel Oliveira da. Trajetos possíveis quando “a realidade passa dos limites”. In: **Anais do XIX Encontro Regional de História ANPUH - Sessão São Paulo**. São Paulo, 2008. v. 1. p. 1-12.

_____. **Mulheres, ditaduras e memórias**: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

_____. Mulheres versus ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba. **Estud. sociol.** Araraquara v.20 n.39 p.309-324 jul.-dez. 2015

ROSA, S. O.; FUNARI, P. P. A. ; CARVALHO, A. **Diálogos sem fronteira**. 2011.

SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida. (Orgs.) **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. Volume I. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.

SAPRIZA, Graciela. Memória y memórias de mujeres em el relato de la dictadura (Uruguay, 1973-1985). Violência/carcel/exílio. In: **Rivista telemática di studi sulla memoria femminile**, n.11, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. Cultrix: São Paulo, 1975

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. **Marcas da clandestinidade**: memórias da ditadura militar brasileira. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SAGGIORATO, Alexandre. **Anos de Chumbo: rock e repressão durante o AI-5.**Dissertação de mestrado- Universidade de Passo Fundo. 2008.

SCHERER, Amanda Eloina; TASCHETTO, Tania Regina. O papel da memória ou a memória do papel de Pêcheux para os estudos lingüístico-discursivos. **Estudos da Língua(gem)**. n. 1, p. 119-123, jun. 2005.

SCHERER, Amanda Eloina. As inquietudes discursivas de um orientador. **Letras** (Santa Maria), PPG Letras UFSM, v. 21, p. 11-20, 2002.

_____. A constituição do eu e do outro pela interpelação da língua pela língua na história do sujeito. In: Freda Indursky; Maria Cristina Leandro Ferreira. (Org.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Clara Luz, 2007, v., p. 347-356.

_____. Dos domínios e das fronteiras: o lugar fora do lugar em outro e mesmo lugar. In: SARGENTINI, V. (Org.). **Análise do Discurso: heranças, métodos e objetos**. 1ed. São Carlos: Editora Clara luz, 2008.

SCHILLING, Flávia. Memória como resistência ou resistência como construção da memória. IN: PADRÓS, E. S et al. **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul: História e Memória – Conexão Repressiva e Operação Condor**, vol.3. Porto Alegre: Corag, 2010.

SCHNEIDER, Nina. **Brazilian Propaganda: Legitimizing na Authoritarian Regime**.Gainesville: University Press of Florida, 2014.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicol. clin.** [online]. 2008,

SILVA SOBRINHO, J. S. "**A língua é o que nos une**": língua, sujeito e Estado no Museu da Língua Portuguesa.Campinas, SP [s.n.], 2016.

SOUZA, Priscila Paula de. **Mulheres e memórias: uma análise da historiografia sobre a ditadura militar brasileira**.Campinas, SP [s.n.], 2016.

TEGA, Danielle. Entrelaçando os fios: memória, feminismo e ditadura no Brasil.**II Seminário Internacional Políticas de la Memoria – CCHCONTI**. Buenos Aires, 2009.

_____. **Tramas na memória: um estudo de testemunhos femininos sobre as ditaduras militares no Brasil e na Argentina**. Campinas, SP: [s.n], 2015

TELES, Amelinha. Introdução. In: ESTADO DE SÃO PAULO. **Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. Assembleia Legislativa, Comissão daVerdade do Estado de São Paulo. São Paulo: ALESP, 2014.

VENTURINI, Maria Cleci; FRANÇA, Marilda Lachovski. O Corpo no Espaço Urbano: entre o Vigiar, o Punir e o Significar. **Linguagem em (Dis)curso** (Online), v. 16, p. 227-244, 2016.

ZAWADZKI, P. O ressentimento e a igualdade: contribuição para uma antropologia filosófica da democracia. In: BRESCIANE, Stella. **Memória e res (sentimento)**. Indagações sobre uma questão do sensível. SP: Campinas, 2004.

Testemunhos citados:

ANDOZIA, Darcy. Testemunho. In: MERLINO, Tatiana e OJEDA, Igor (Orgs): **Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

CELIBERTI, Lilian. Testemunho. In: MERLINO, Tatiana e OJEDA, Igor (Orgs): **Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

COELHO, Lúcia. Testemunho. In: MERLINO, Tatiana e OJEDA, Igor (Orgs): **Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

COIMBRA, Cecília. Testemunho. In: MERLINO, Tatiana e OJEDA, Igor (Orgs): **Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

COSENZA, Gilse. Testemunho. In: MERLINO, Tatiana e OJEDA, Igor Orgs: **Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

FARIA, Maria Diva de. Testemunho. In: MERLINO, Tatiana e OJEDA, Igor (Orgs): **Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

FRATE, Dilea. Testemunho. In: MERLINO, Tatiana e OJEDA, Igor (Orgs): **Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

JANE, Jessie. Testemunho. In: MERLINO, Tatiana e OJEDA, Igor Orgs: **Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

MAIA, Dulce. Testemunho. In: MERLINO, Tatiana e OJEDA, Igor (Orgs): **Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à**

ditadura. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

NOGUEIRA, Rose. Testemunho. In: MERLINO, Tatiana e OJEDA, Igor (Orgs): **Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura.** Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. Testemunho. In: MERLINO, Tatiana e OJEDA, Igor (Orgs): **Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura.** Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Testemunho. In: MERLINO, Tatiana e OJEDA, Igor (Orgs): **Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura.** Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Testemunho. In: MERLINO, Tatiana e OJEDA, Igor (Orgs): **Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura.** Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

VEIGA, Hecilda Fontelles. Testemunho. In: MERLINO, Tatiana e OJEDA, Igor (Orgs): **Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura.** Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.